

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52

ATA DA XXVII REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH

23 de março de 2010

Anexo 1 - Encaminhamentos

O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH) - Inicialmente eu gostaria de dar as boas-vindas aos Conselheiros, às Conselheiras, começar aqui a coordenação dos trabalhos. Já está conosco aqui o Ministro Carlos Minc. Eu convidaria também o Vicente Andreu, presidente da ANA para estar aqui conosco nesta sessão de abertura. Dizer que esta reunião do Conselho é uma reunião de fato muito importante, é a nossa primeira do ano e a primeira reunião com a pauta bastante objetiva, com resoluções importantes para o sistema de recursos hídricos. Eu estou, na verdade, me inaugurando aqui na condição de Secretário Executivo de Conselho, é um grande prazer para mim, nesta condição estar aqui participando dessa condução, de um sistema de recursos hídricos que é muito importante para o Brasil. Eu queria, então, já passar a palavra para o Ministro Carlos Minc e agradecê-lo aqui pela presença. O Ministro Carlos Minc hoje está fazendo a última participação em coordenação do nosso Conselho Nacional de Recursos Hídricos e nessa data em que a gente está aqui, na semana do dia mundial da água e para que nós de fato é um grande prazer. Queria agradecer, Ministro, a sua presença que hoje está sendo inaugurado na condição de Conselheiro, ele que já esteve do lado de cá na condição de coordenador, já tem até aqui o crachá para votar. Já passo a palavra para o Ministro, agradecendo a presença dele. A gente sabe da agenda dele, como está complicada, mas aqui a possibilidade de estar conosco aqui, participando da nossa abertura, dessa nossa reunião do Conselho. Ministro. **O SR. CARLOS MINC BAUMFELD (Presidente do CNRH) -** Boa tarde a todas e a todos. Queria saudar todos os membros, todos os Conselheiros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, representando os órgãos dos governos estaduais e municipais, Governo Federal, sociedade civil, ONGSs, academia. Queria fazer uma breve consideração para vocês, como disse o Silvano, fim do mês, com outros ministros, saindo do cargo estou me desincompatibilizando, estarei completando um ano e 10 meses aqui à frente do Ministério. Queria dizer para vocês que eu queria agradecer os membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos pelo desempenho, pelo que aprovaram, pelo reforço do sistema, pelo reforço dos comitês de bacia, dos mecanismos de gestão integrada, de cobrança. Hoje nós vamos votar algo que eu julgo extremamente importante, valores e mecanismos para cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio São Francisco. Nós tivemos, nesse período, votações e deliberações muito relevantes desse Conselho. Destaco a aprovação do plano estratégico da bacia do Araguaia Tocantins. Sei que a ANA já está numa fase avançada, Vicente nos informou e também o Silvano, que será apreciada por este Conselho, da mesma forma que foi do Araguaia Tocantins, a margem direita do sistema bacia da margem direita do Amazonas e também da bacia do alto Paraguai. Eu queria fazer algumas breves considerações, dizendo que nessa nossa gestão, uma das nossas preocupações foi, claro, combater o desmatamento da Amazônia, reduzir o desmatamento da Amazônia, isso foi obtido, nós chegamos ao menor número. Esse número, 7 mil, foi praticamente metade do ano anterior e um terço da média, ainda é um número elevado, mas foi o menor desde que o INPE monitora, há 22 anos. Agora, a nossa preocupação, além de criar um mecanismo de controle, nós estamos lançando amanhã, finalmente, o macrozoneamento econômico ecológico da Amazônia, que não é apenas o corta e cola dos zoneamentos estaduais, é uma visão integrada, esse foi construído com os governos estaduais, com a academia, com os órgãos federais todos e é um marco. Agora, nossa preocupação também foi dizer o seguinte, Amazônia é

53 fundamental, mas o Brasil não pode ser o samba de uma nota só. Então, nós temos o cerrado,
54 a caatinga, a Mata Atlântica, o pantanal, o pampa. Por exemplo, cerrado e a caatinga. Nós,
55 Governo Federal, monitorávamos exclusivamente a Amazônia, portanto, tínhamos um Plano
56 de Combate ao Desmatamento para a Amazônia, era o PPCDAM e metas para a Amazônia de
57 controle do desmatamento. Então, agora nós estamos monitorando todos os biomas
58 brasileiros. Lançamos os dados, lançamos os planos já de dois outros, o cerrado e a caatinga.
59 O cerrado eu chamo especial atenção desse Conselho e todos os Conselheiros sabem disso, é
60 onde nascem uma parte significativa das nossas bacias hidrográficas e nós conseguimos não
61 só mostrar os números do cerrado, lançar um plano para o cerrado que ficou 45 dias em
62 consulta pública e nos últimos dias já um plano efetivo que implica uma série de operações
63 concretas, recuperação de áreas degradadas, corredores florestais, reflorestamento das
64 nascentes, a questão do controle do uso incorreto, ilegal do carvão vegetal de mata nativa,
65 convertendo uma parte da mata nativa do cerrado em carvão. Por que isso é realmente
66 importante? Nós conseguimos fazer mais uma coisa, o Brasil não tinha, em relação à questão
67 do clima, o Brasil não tinha plano, não tinha metas, não tinha fundo clima e, pelo
68 desmatamento da Amazônia estar alto, por não monitorarmos os outros biomas e por não
69 termos uma posição firme sobre a questão do clima, o Brasil vivia apanhando em todos os
70 fóruns internacionais. Ganhávamos o prêmio moto-serra, o prêmio fóssil e nessa última
71 conferência de Copenhagen, embora a conferência não tenha sido nenhuma Brastemp, o que é
72 certo é que o presidente Lula foi aplaudido, foi consagrado e além, naturalmente, da grande
73 sensibilidade, da habilidade, da força que ele tem, naturalmente ele tinha o que mostrar. Nós
74 tínhamos reduzido muito o desmatamento da Amazônia, estávamos monitorando todos os
75 biomas e, pela primeira vez, o Brasil estava com uma posição agressiva, forte em relação à
76 questão do clima, apresentando metas de redução que foram votadas e aprovadas em lei e um
77 fundo de mudanças climáticas que vai ter cerca de 1 bilhão de reais/ano, 10% do lucro do
78 petróleo. Então, a tarefa agora é regulamentar essas duas leis fundamentais, as duas
79 sancionadas pelo presidente em dezembro, a lei do clima e a lei do fundo e acho que a área
80 dos recursos hídricos tem muito a fazer. Por exemplo, nós, quando lançamos os dados do
81 desmatamento e uma primeira aproximação de plano para a caatinga, o semi-árido, nordeste,
82 nós fizemos, recentemente, cerca de aproximadamente um mês atrás, uma reunião muito
83 importante simultaneamente em duas cidades nordestinas: Petrolina e Juazeiro, uma de cada
84 lado do rio São Francisco, ligadas por uma ponte, uma em Pernambuco, outra na Bahia e aí,
85 com a presença de todos os governos estaduais, parlamentares, vários Ministérios nós vimos a
86 importância de reativar um plano de defesa do semi-árido, de combate à desertificação, e aí a
87 questão da água assumiu um papel relevante. O nordeste é uma região que já tem déficit
88 hídrico e será seguramente a região brasileira mais afetada pelas mudanças climáticas. Então,
89 uma parte desse fundo nacional clima será para medidas de adaptação no nordeste, também
90 para medidas de mitigação e combate ao desmatamento no cerrado. Como a questão dos
91 recursos hídricos é muito presente, inclusive nas discussões com as áreas econômicas do
92 governo e fora do governo, para que a lei brasileira também tivesse uma meta de redução do
93 desmatamento no cerrado, nós levantamos, para além da questão da biodiversidade, porque às
94 vezes a área econômica não se sensibiliza tanto com a biodiversidade. Nós dissemos: olha, se
95 continuar o desmatamento do cerrado, isso vai afetar nossas águas, nossas bacias, nosso
96 recurso hídrico; isso significa menos água para irrigação e menos água para geração de
97 energia renovável, energia hidroelétrica. Então, eu acho que esses argumentos foram muito
98 importantes, Silvano e Vicente, para que o governo, como um todo, com apoio do Fórum de
99 mudanças climáticas, da academia, da sociedade civil, colocasse na lei do clima metas
100 também para a redução do desmatamento no cerrado. Quer dizer, para além da
101 biodiversidade, tem um lado econômico, água para irrigação, água para energia. Quem não
102 chegou a se sensibilizar muito com a biodiversidade, pelo menos sensibilizou numa área de
103 expansão agricultura, dos nossos grãos, em suma, da produção de alimentos também, se
104 sensibilizou com essa questão. Então, eu queria dizer para vocês que o nosso Governo, nesse

período, um ano e e 10 meses, a questão dos recursos hídricos foi tratada com carinho especial. Nós tivemos uma preocupação na discussão, retomar a questão das hidroelétricas, que é um recurso renovável, mas retomar com uma série de cuidados, retomar com uma série de pré-condições. Por exemplo, licenciamento de Belo Monte, que foi um licenciamento complexo, polêmico, isso vinha há 15 anos sendo discutido, houve uma discussão muito forte, mudando. Quer dizer, a gente tinha 4 usinas que iam ser feitas naquela área do Xingu, já aprovadas pelo Conselho Nacional de política energética, nós passamos para uma, de 4 para 1, uma área alagada que ia ser de 1500 quilômetros, passou para 500, desses 500 quilômetros quadrados, metade já inunda quando o Rio enche. Pusemos de compensação sócio-ambiental 1 bilhão e meio de reais para saneamento, para habitação, para cuidar das tartarugas que são importantes na área, inclusive para alimentação dos índios, essas tartarugas não estão ameaçadas de extinção, nós vamos fazer lá um programa tipo os grandes programas de reprodução, tipo TAMAR, projetos tipo TAMAR da Petrobrás, que é um sucesso absoluto no Brasil. A partir da experiência Araguaia Tocantins, eu acho que esse Conselho deu um exemplo para o Brasil e para outros setores, que não podia tratar cada hidroelétrica como uma guerra, cada hidrovía como uma guerra, tinha que ter uma visão de conjunto, uma visão integrada. Então, quando nós aprovamos na época Machado, presidente da ANA, aproveito para informar também para os membros do nosso Conselho que o nosso companheiro José Machado deve ser o próximo Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, junto com a Isabela no Ministério. Isso eu acho que é uma sinalização para vocês dos recursos hídricos, da importância que eu e a Isabela atribuímos a esse assunto na pauta, ou seja, o número 2 do Ministério vai ser o ex-presidente da ANA, isso mostra que essa área dos recursos hídricos, hoje o presidente da ANA, nosso companheiro Vicente é um homem que vem de prefeitura, que vem de saneamento, que vem de comitê de bacia, portanto, é um homem que vem da área. O Silvano também é técnico, é do setor, vem de LONGso tempo. Eu me lembro, eu era secretário do ambiente do Rio de Janeiro, 80 municípios dos 92 com lixões, na época estávamos com a gestão Marina Silva. Silvano esteve lá no Rio, conversou conosco a questão dos consórcios intermunicipais. Nós implantamos no Rio, com apoio do FECAN, com apoio da FUNASA, hoje o Rio está com uns 8 ou 9 consórcios intermunicipais, em 2, 3 anos vão acabar os lixões lá no Rio de Janeiro. Isso o presidente Lula, eu estive com o presidente Lula ontem de manhã no grande Fórum do hábitat, no Rio de Janeiro, o Fórum mundial das cidades, o Fórum mundial Urbano. O presidente Lula reafirmou que para ele, uma questão que ele quer no PAC 2 é resolver a questão dos lixões, ele está por aqui com a questão dos lixões, disse que visita muitos municípios que os prefeitos sozinhos não dão conta, vai ter um recurso forte no PAC 2 para aterros sanitários, ele compartilha a nossa visão que sejam aterros integrados, aterros intermunicipais, fazer um encerro pequenininho para cada município, quebra um caminhão, quebra um trator volta a ser lixão rapidamente. Então, essa idéia de juntar 8, 10 municípios, fazer uma coisa com base, com escala, captando o meto ano, que é uma meta do clima, meto ano, gás do lixo, é um gás de efeito estufa, tratando o chorume. Então, acho que recursos hídricos têm que dialogar fortemente com isso porque os lixões, o chorume, o esgoto sem tratamento estão entre, não são as únicas, mas estão entre as principais causas de poluição e de agressão dos recursos hídricos no Brasil. Então, lembra aqui o Silvano, nós comemoramos agora, há 10 dias atrás, a aprovação na Câmara Federal, de uma lei que tramo TVA há 19 anos, que é a Lei Nacional dos Resíduos Sólidos, agora falta o Senado, espero que a tramitação seja muito rápida. Nós tivemos, há 10 dias atrás, em São Paulo, em dois eventos, no dia do consumidor um outro, com o Carrefour em Piracicaba, onde foi inaugurado o primeiro grande super mercado com 0 sacolas plásticas. Nós lançamos, ano passado uma campanha "saco é um saco", foram deixados de ser lançados no meio ambiente 600 milhões de sacolas plásticas. A gente não precisa ficar tão contente com isso porque o consumo nacional de sacolas plásticas é de 18 bilhões por ano. Então, um avanço de você reduzir 600 milhões é significativo, é importante, mas vocês vêem quanto a gente tem que avançar ainda para que isso não seja descartado, poluindo os rios, fazendo diques junto com

157 latas, vidros e pneus e acabando virando motivo de inundação, de doença na casa das
158 pessoas. Outra questão que o nosso companheiro José Machado sempre colocava e vocalizava
159 uma preocupação desse Conselho é a questão das hidrovias. Nós conversamos muito com o
160 Presidente Lula, com a Ministra Dilma, com o Ministro Lobão e ficou realmente claro que vai
161 arrancar a questão das hidrovias, não só nos marcos em que isso foi discutido no Plano
162 Araguaia-Tocantins, que esse Plano viu quais a hidroelétricas mais interessantes, quais as
163 desaconselhadas. Quais as hidrovias mais interessantes, quais as não. Quais as áreas que
164 tínhamos que aumentar, ou dobrar, ou triplicar a área de irrigação para agricultura e quais
165 aquelas que o saneamento era estratégico, porque estava prejudicando a qualidade da água e
166 também naturalmente a saúde. Agora nós vamos replicar esse trabalho para a margem direita
167 do Amazonas, para a Bacia do Alto Paraguai e a partir daí vai ser mesmo uma norma de tratar
168 de forma conjunta e integrada essas questões: a hidrovias, a hidroeletricidade, a irrigação, o
169 saneamento, que no fundo é um pouco a cobrança, que no fundo é um pouco o trabalho do
170 Conselho, aquilo que o Conselho tem avançado, tem pontuado, tem colocado os recursos
171 hídricos de uma forma muito forte, muito incisiva na Política Nacional, nas políticas
172 ambientais e nas políticas econômicas. Então eu queria, como disse o Silvano, me despedindo
173 de vocês enquanto Ministro, estarei presente, enquanto parlamentar, enquanto representante
174 do Rio de Janeiro nas questões de recursos hídricos, mas enquanto Ministro é a última vez
175 que eu faço abertura dessa sessão e queria agradecer a todos pelo empenho, pelos avanços
176 verificados nesse período e me comprometer com vocês, e garantir a vocês que essa ela não
177 vai perder força, ela vai ganhar força. O Governo está muito sintonizado com isso. A questão
178 da água é muito ligada à saúde da população. Em dezembro do ano passado nós fizemos a I
179 Conferência Nacional de Saúde e Meio Ambiente, com 3 Ministérios: o Ministério da Saúde,
180 o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério das Cidades. Isso mobilizou mais de 80 mil
181 pessoas no Brasil inteiro e a Conferência aqui em Brasília tinha cerca de 1400 delegados.
182 Entre as propostas aprovadas, duas eu destaco. Uma: o primeiro Plano Nacional de Qualidade
183 do Ar. É inacreditável que o Brasil nunca teve um Plano Nacional de Qualidade do Ar.
184 Inclusive essa semana nós vamos estar no Rio, na ANP, Agência Nacional de Petróleo com os
185 nossos técnicos, lançando o primeiro inventário das emissões atmosféricas do Brasil. Mas
186 esse, digamos assim, tem relativamente menos, tem intercessão, mas menos do que eu vou
187 falar agora e nessa I Conferência Nacional de Saúde e Ambiente também foi lançado e
188 aprovado o Plano Decenal de Saneamento Ambiental. Foi a primeira vez que se trata de
189 saneamento ambiental, não só como tubo, estação de tratamento, uma visão muito mais ampla
190 do saneamento. Claro, inclui tubo, estação de tratamento, mas inclui lixo, inclui saúde, inclui
191 recuperação de bacia, inclui recuperação das margens, das matas ciliares, portanto uma visão
192 muito mais forte, muito mais integrada de saneamento ambiental do que aquela tradicional de
193 achar que saneamento é: tubo e estação de tratamento. É muito mais do que isso. Inclusão da
194 saúde. Eu considere muito relevante você incluir o Ministério da Saúde, a FIOCRUZ, os
195 conselhos de saúde na discussão do saneamento ambiental exatamente por serem as doenças
196 de veiculação hídrica a principal causa de mortalidade infantil no Brasil. Ainda são,
197 infelizmente. Espero que deixem de ser. Depende de nós um dia, deixarem de ser a principal
198 causa da mortalidade infantil no Brasil. Então agora nós temos um Plano Decenal. Esse Plano
199 Decenal prevê duplicar, em 10 anos, a quantidade de esgoto coletado e tratado. Isso não é
200 pouco, vai exigir um investimento brutal, federal e estadual, da ordem de mais de 20
201 bilhões/ano. Nós temos que nos preparar para isso, normatizar isso, estarmos à altura disso,
202 acompanhando. Aqui há representantes do lado empresarial, da sociedade civil, dos governos
203 federais, dos governos estaduais. Eu acho que nós estamos em um bom momento. O Brasil
204 está crescendo, está avançando na infra-estrutura, na energia, reduzindo desigualdades,
205 melhorando o mercado interno, renda, crédito, mas acho que nós temos que incluir aí
206 indicadores de qualidade. Melhorar a qualidade dos recursos hídricos, implantar os comitês de
207 bacia, implantar cobrança, implantar gestão integrada, explorar muito mais as hidrovias. É
208 inacreditável como nós exploramos pouco hidrovias no Brasil. Hidrovias é tudo de bom. Ela

209 desmata menos, tem menos asfalto, menos caminhão soltando diesel e ainda barateia 2 ou 3
210 vezes o preço dos transportes dos grãos. Então eu acho que essa é uma questão relevante.
211 Agora, nós temos um Plano de Mudanças Climáticas. Esse Plano fala de energia renovável, de
212 energia hidroelétrica. Isso está sendo retomado. Agora nós estamos discutindo, por exemplo, a
213 questão da Bacia do Tapajós, um conceito novo, que são as chamadas usinas-plataforma. O
214 que são as usinas-plataforma? São como as plataformas de petróleo: você leva os
215 trabalhadores de helicóptero, tem a plataforma e pronto. Você não faz estrada, cidade, aquelas
216 estradas vicinais em forma de espinha de peixe que são uma das causas principais do
217 desmatamento da Amazônia e também do Cerrado. Então a usina-plataforma é construída sem
218 construir grandes vias de acesso, sem construir uma cidade, é uma base. Depois de pronta tem
219 um número de operadores é muito pequeno, a energia é ligada à rede. Então você pode ter
220 Unidades de Conservação no Entorno, portanto, dissociar a idéia de energia renovável da
221 hidroeletricidade, que é um grande diferencial para o Brasil ter uma matriz energética limpa,
222 do conceito de desmatamento gerado por obra, estrada, serraria, espinha de peixe e ocupações
223 fora de controle. Então acho que nós estamos avançando, estamos avançando com o conceito
224 de usina-plataforma, com o conceito de gestão integrada, com o conceito de plano estratégico
225 de bacia, como foi o Araguaia-Tocantins, com o Plano Decenal de Saneamento Ambiental,
226 onde está a questão da saúde, a questão da recuperação das matas ciliares. Então é claro que
227 eu tenho uma visão muito clara de que nenhuma gestão ministerial inventa alguma coisa,
228 começa e acaba, quer dizer, muita coisa aconteceu antes desse curto período que nós tivemos
229 aqui, avanços relevantes: a lei do saneamento, a lei dos recursos hídricos. Muita coisa vai
230 acontecer depois, nós apenas, num determinado período, com apoio de todos, colocamos
231 algumas sementinhas de defesa ecológica dos nossos recursos hídricos e sabemos que muita
232 coisa foi feita antes e muita coisa será feita depois. Isso é apenas um período e nesse período
233 houve avanços. Há algumas coisas significativas a comemorar, sobretudo essa consciência
234 dos governantes e da sociedade civil que a questão da água ligada à saúde, a questão da água
235 ligada a uma gestão integrada, a questão da água ligada a cobrança. Num primeiro momento a
236 sociedade tem aquela história que tudo que é cobrança parece que é um imposto a mais e na
237 verdade não existe água gratuita. Você tem que geri-la, você tem que monitorá-la, você tem
238 que recuperar suas nascentes, você tem que tratar os efluentes. Isso exige realmente um
239 recurso para isso. Você não cria um Sistema Nacional de Recursos Hídricos sem recurso
240 financeiro e eu queria compartilhar com vocês, agradecer a todos o esforço, o carinho, o
241 empenho que todos os conselheiros se dedicaram, continuam dedicando em defesa desse azul
242 da nossa bandeira, dos nossos recursos hídricos, da água de beber, da água de irrigar, da água
243 de navegar, da água de gerar energia limpa e da água de gerar saúde para os brasileiros. Então
244 um grande abraço para vocês. Nós temos uma pauta carregada hoje. Eu tenho logo mais uma
245 reunião às 11 horas, no Instituto Chico Mendes. Vamos passar 11 reservas extrativistas já com
246 a regularização fundiária para os seringueiros, para os castanheiros. Isso é importante, porque
247 nós não tínhamos um controle. Muitas vezes você cria uma unidade no papel e ela não tem
248 regularização fundiária, não tem demarcação, não tem plano diretor, não tem sede. Então é
249 uma daquelas unidades que você entra e sai e há uma relação. Várias das nossas Unidades de
250 Conservação têm também como função a defesa de recursos hídricos. Várias nascentes estão
251 em Unidades de Conservação. Então nós temos tem que defendê-las e implantá-las. Então
252 uma coisa é você criar uma unidade no papel. Um Decreto Presidencial: está criada a reserva
253 tal, parque tal, APA tal, a RESEX tal. A outra coisa é acontecer no terreno. Para isso você que
254 se apoderar, discriminar as terras, recuperar as terras, passar para o Chico Mendes, para os
255 seringueiros, no caso de ser uma reserva extrativista. É o ato que nós vamos fazer hoje com o
256 Conselho Nacional de Seringueiros, entregar o direito real de uso, quer dizer, não é a
257 propriedade, é o direito real de uso. Então eu chamo a atenção que há uma forte relação entre
258 a implantação de fato de dezenas ou centenas de Unidades de Conservação e a questão da
259 quantidade e da qualidade dos recursos hídricos. Vários desses recursos hídricos nascem, por
260 exemplo, me lembro o ano passado, nós fizemos uma ação de fiscalização num parque no

261 noroeste da Bahia, que era o Parque das Nascentes do Rio Parnaíba, inclusive nem sabia: o
262 Rio Parnaíba, Piauí, nasce lá no noroeste da Bahia, lá no Cerrado e tinha um Parque Nacional,
263 tinha uma fazenda de soja ampliando o seu cultivo mecanizado com agrotóxicos dentro de um
264 Parque Nacional que o nome era Parque Nacional das Nascentes do Parnaíba. Nós tivemos
265 que ir lá, teve prisão, teve apreensão. Nós dissemos: “Não pode ser”. Então você veja que não
266 basta criar um parque, você tem que fiscalizar, implantar e isso não tem a ver só com a
267 biodiversidade, com a questão do desmatamento. Tem a ver com os recursos hídricos. Então
268 devolvendo aqui a palavra para os nossos coordenadores e organizadores, mais uma vez
269 agradeço o empenho de todos. Despeço-me com as nossas tradicionais saudações ecológicas e
270 libertárias. Bom dia e bom trabalho. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário**
271 **Executivo do CNRH)** - Queria agradecer ao Ministro e também em nome do Conselho, falar
272 em nome do Conselho, Ministro, queria agradecê-lo e parabenizá-lo pelo período que esteve
273 conduzindo esse Conselho e ser testemunha dos avanços que esse Conselho teve no seu
274 período como presidente aqui do Conselho e não foram poucas. Se nós quisermos ficar apenas
275 na Política Nacional da Mudança do Clima e o Fundo Nacional da Mudança do Clima, que
276 para o país foi uma grande contribuição, e nós, de fato, somos testemunhas do seu empenho e
277 participação capitaneando isso pelo país, nós do Setor de Recursos Hídricos vamos, de fato,
278 poder disputar recursos no Fundo Clima que tem uma parte, o senhor tem dito dos 50%
279 talvez, alguma coisa da ordem de 500 milhões de reais/ano para as ações de adaptação da
280 mudança do clima e que tem muito a ver com a nossa área. Muito provavelmente os nossos
281 conselheiros já vão começar a preparar esses projetos, porque nós temos uma relação muito
282 grande. Então apenas simbolizando com essa medida, que é lei e nós estamos vendo a sua
283 pressão para que nós possamos inclusive regulamentar essa lei o mais rápido possível, e eu
284 queria simbolicamente pedir uma salva de palmas para o Ministro enquanto condutor do
285 nosso Conselho e reconhecendo aqui em nome do Conselho os nossos avanços, o avanço que
286 o senhor deu para nós enquanto Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Muito obrigado,
287 Ministro. E dizer que essa reunião continua hoje à noite na Abertura da Pré-conferência das
288 Águas, que é uma pré-conferência e que nós vamos ter alguma coisa na ordem de 2 centenas
289 de participantes, esse Conselho participa também e nós vamos estender para lá a continuação
290 dessa reunião do Conselho, Ministro, e nós podemos continuar lhe homenageando. Muito
291 obrigado e pedir ao Vicente que possa acompanhá-lo. Obrigado, Ministro. Vamos então dar
292 continuidade aqui aos trabalhos. Eu queria inicialmente dizer aos nossos conselheiros e
293 conselheiras, pedir que cada intervenção, nas intervenções, os conselheiros informem o nome
294 e a entidade ou órgão que representa para efeito de registro da gravação. Nós estamos
295 prevendo um intervalo em torno de 12h30 às 14h e queria, de fato, agradecer aqui a
296 participação dos conselheiros, pessoas ilustres aqui, autoridades e reconhecendo inclusive o
297 tanto que essa reunião do Conselho pode ter atrapalhado as atividades, a comemoração do Dia
298 Mundial da Água nos estados, nos municípios, mas nós entendemos que ela foi muito
299 importante, essa reunião do Conselho, porque ela tem uma pauta importante. Então na medida
300 em que com certeza criou um certo transtorno, nós queríamos reconhecer a contribuição que
301 vocês dão para o sistema e em nome dele registrar aí a nossa comemoração conjunta do Dia
302 Mundial da Água aqui nessa reunião do Conselho. Eu dou por iniciados os trabalhos, está
303 aberta a sessão. Passo já para apresentação do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos
304 do Brasil para 2010, que é elaborado pela Agência Nacional de Águas, conforme determinado
305 pelo art. 2º da Resolução CNRH nº 58, de 30 de janeiro de 2006, que aprova o Plano Nacional
306 de Recursos Hídricos e eu passo a palavra para o Sérgio Soares, que na verdade é Sérgio
307 Rodrigues Ayrimoraes Soares, Superintendente Adjunto da Superintendência de
308 Planejamento de Recursos Hídricos da ANA, que pelo prazo de 10 minutos vai nos apresentar
309 aqui esse relatório de conjuntura. O SR. SÉRGIO SOARES (ANA)- Em primeiro lugar, bom
310 dia a todos. Sempre é um privilégio poder apresentar em primeira mão aqui no Conselho uma
311 síntese dos resultados, os melhores momentos desse Relatório Conjuntura em sua versão
312 2010. Algumas questões para poder contextualizar sempre importante. Sei que os senhores

são já doutores em conjuntura dos recursos hídricos, mas alguns aspectos são importantes pontuar nesse início de apresentação. Primeiro deles, essa atribuição da ANA na emissão dos relatórios da conjuntura, atribuição colocada na Resolução 58 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, mesma Resolução que fez a aprovação do Plano Nacional. O Conjuntura é uma ferramenta de acompanhamento sistemático da situação dos recursos hídricos do país, então isso permite, por um lado, acompanhar o histórico, a evolução dos dados, tanto no que se refere aos dados mais brutos, questões de hidrologia, da situação dos recursos hídricos em si, como o próprio acompanhamento sistemático da gestão dos recursos hídricos no país. É uma estrutura, pela própria característica do relatório, em construção permanente, ou seja, ela é sujeita necessariamente à aprimoramentos contínuos ao longo desses anos. O relatório 2010 já traz uma evolução em relação ao relatório 2009 e assim nós esperamos continuar ao longo da publicação dos relatórios de conjuntura, que tem uma previsão de publicação anual. O marco zero, o início da construção e da divulgação dos relatórios de conjuntura se deu a partir do lançamento aqui no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, do Relatório Conjuntura 2009. Para entender um pouco como funciona e como está pensada a dinâmica de elaboração, de divulgação dos relatórios de conjuntura ao longo dos anos, nós construímos essa seguinte linha do tempo, em que nós temos um primeiro marco ali em 2006 de lançamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Em 2009 a edição do Primeiro Relatório de Conjuntura e podemos entender como um relatório pleno, porque ele traz não só os dados disponíveis e as melhores informações até o ano de referência 2009, como também o estado da arte de todas as informações contidas no âmbito do relatório: os instrumentos de gestão de recursos hídricos, os dados referentes à situação dos recursos hídricos. Nos anos seguintes: chegamos aqui ao ano de 2010. A proposta, a idéia é que o relatório na prática se constitua de um informe sobre as variações ocorridas no período, no ano entre, no caso, 2009 e 2010, os avanços, as alterações ocorridas nos recursos hídricos no âmbito desse período e assim Relatório 2011 mais o informe, relatório 2012 mais o informe, até que tenhamos um período suficiente, no ano de 2013 como ilustração, para que tenhamos um novo relatório pleno com uma revisão do estado da arte e um balanço desses últimos 4 anos. Considerando que esses relatórios, essa revisão do estado da arte e esse balanço dessas variações anuais são o principal aporte para a revisão do Plano Nacional, essa primeira revisão acontecendo agora, iniciando no ano de 2010. Então conjuntura com uma dinâmica de relatórios plenos sempre anteriores à elaboração, à revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos e nos anos subsequentes um informe, um relatório mais focado na questão das variações anuais do período reportado. O processo de elaboração do Conjuntura conta, é um trabalho coordenado pela Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da ANA com a participação, com a cooperação de praticamente todas as unidades organizacionais da agência, mas principalmente conta com inúmeros parceiros institucionais, sejam eles no âmbito do Governo Federal, o INMET, o DNOCS, a própria Secretaria de Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos, mas principalmente os órgãos estaduais. Então é a partir desses dados, por exemplo, que conseguimos trazer um mapa de qualidade da água com dados de todo o país, as outorgas não só no âmbito dos rios de domínio da União, mas também nos rios de domínio estadual. Então deixando claro aqui, enfatizando a importância dessa parceria nos diferentes níveis de governo para a construção e divulgação dos dados do Relatório de Conjuntura. Basicamente o relatório, assim como a versão 2009, traz dois grandes temas, é dividido em duas grandes áreas, um tema de situação dos recursos hídricos, onde são apresentados os dados mais brutos de eventos hidrológicos, a situação dos setores usuários no que se refere aos usos múltiplos da água e um balanço hídrico entre essas demandas e a oferta de água e uma análise da qualidade da água dos recursos hídricos. A questão, num segundo bloco, mais focado na gestão, a implementação dos instrumentos de gestão, a questão das mudanças ou do arcabouço legal, institucional referente à gestão dos recursos hídricos e a questão importante dos recursos financeiros e dos programas executados no âmbito da implementação e no âmbito da gestão dos recursos hídricos, sempre terminando com uma análise crítica, tanto dessa situação dos recursos

hídricos, quanto da gestão. Esses dados, o Relatório 2010 traz a melhor informação disponível até dezembro de 2009 nos diversos temas. Essa informação se refere, em alguns dos temas, ao ano hidrológico, 2008-2009 e a maioria dos dados referentes aos instrumentos de gestão dos recursos hídricos são dados até dezembro de 2009. Dependendo do tema, nós trabalhamos com anos anteriores em função do processamento desses dados, sejam em sistemas de informações disponíveis dos setores, por exemplo, o SNIRH, que fornece informações sobre cobertura de saneamento, os dados são até 2007, como tendo, por exemplo, os dados de qualidade da água processados pelos estados, são referência o ano de 2008. Trazendo um pouquinho alguns dados, a síntese de dados relacionados à situação dos recursos hídricos: a primeira informação, o primeiro dado, o primeiro informe que está contido no Relatório Conjuntura se refere a que nós tivemos um período de chuvas, ou seja, um ano hidrológico em que tivemos um predomínio de eventos acima da média normal, da média histórica no período. Então a primeira conclusão a que chega o Relatório Conjuntura é de que tivemos um período em que as cheias foram, em todo o território nacional, mais frequentes do que alguns períodos, alguns eventos de seca registrados. Como não poderia deixar de informar e consta do relatório, a cheia mais... O marco desses eventos de cheia ocorreu na região amazônica ali, são duas estações em Manaus e Óbidos e o registro das maiores vazões registradas na estação de Óbidos em termos de vazões médias mensais. No que se refere aos reservatórios do Nordeste, a disponibilidade hídrica na Região Nordeste, nós também tivemos um acréscimo no que se refere ao aumento do volume armazenado nos reservatórios do Nordeste, uma recuperação desse volume armazenado em todos os reservatórios, apenas com uma ligeira diminuição, uma diminuição que já vem ocorrendo desde 2006 nos reservatórios do estado da Bahia. No que se refere às demandas, mantivemos nesse relatório as estimativas de demanda apresentadas em 2009, ou seja, uma manutenção do quadro de demandas consultivas da ordem de 1800m³ por segundo, se considerando a retirada e um pouco mais de 50% desse valor em termos de vazão consumida. Essas estimativas, essa manutenção das estimativas de demandas consultivas confirmadas quando nós trabalhamos em termos de irrigação, o senso divulgado em 2009 do IBGE posterior à edição e publicação do Relatório Conjuntura 2009 confirma a estimativa feita, ou seja, de que a área irrigada no país, nós temos da ordem de 4,5, 4,6 milhões de hectares como a área irrigada, então a estimativa já presente no Relatório Conjuntura 2009 e confirmada pelos dados do senso e o registro da evolução da Capacidade Instalada Nacional, no que se refere à energia elétrica e a manutenção em torno de 74% da hidroeletricidade na Matriz Energética Nacional. No que se refere ao saneamento: coberturas acima de 90% no que se refere ao abastecimento de água, em torno de quase 50% no que se refere à coleta de esgotos, pouco mais de 30% no que se refere ao tratamento de esgotos, mas fazendo uma ressalva: apesar desse histórico se manter relativamente constante, já buscando dados de 2004 a 2007, nós temos continuamente, no âmbito aqui do Sistema Nacional de Informações de Saneamento, um aumento da base de dados. Então esse aumento da base de dados, em geral com municípios de menor porte leva, muitas vezes, a uma diminuição do que seria os índices de cobertura e nós não conseguimos observar o reflexo dos investimentos em saneamento nos índices apresentados pelo SNIS. Por outro lado, o registro importante da conclusão no que se refere aos recursos hídricos mais do que a cobertura em termos de abastecimento de água, é importante a questão da segurança hídrica, da garantia hídrica. Nesse contexto, no período, foram elaborados os Atlas de Abastecimento Urbano de Água da ANA, predominante na Região Nordeste, regiões metropolitanas do país e no extremo sul do país, em que temos um amplo diagnóstico sobre a oferta de água para abastecimento urbano dos municípios e uma indicação dos investimentos necessários para garantia dessa oferta de água. A questão da qualidade da água: tivemos um aumento do número de pontos monitorados em termos do IQA e aqui novamente registrando a importância da parceria com os estados que possibilita a divulgação desse quadro geral da qualidade da água do país. É um quadro que se mantém relativamente constante se considerando o período anterior, mas onde foi possível registrar uma melhoria na questão da qualidade da água, por exemplo, no Rio das

Velhas. Esses pontos de melhoria da qualidade da água no Rio das Velhas, já fazendo a comparação entre a situação 2001 e 2008, reflexo direto dos investimentos de saneamento das grandes estações de tratamento de esgoto que já entraram em operação na região metropolitana de Belo Horizonte. Uma grande novidade em termos desse Informe Conjuntura 2010 é a questão de um balanço qualitativo, procurando agregar, tanto o balanço hídrico do ponto de vista da quantidade da água, quanto os trechos de rios, as bacias onde nós temos problemas de qualidade. Então nesse mapa nós agregamos as duas informações e percebemos que no Nordeste, nas regiões metropolitanas, maior incidência de trechos de rios onde nós temos problemas, tanto de ordem quantitativa, quanto de ordem qualitativa no extremo sul do país, problemas mais concentrados na questão da quantidade da água. Aqui um quadro que mostra a evolução dos comitês. Nós temos atualmente no país 157 comitês instalados. Então no período nós tivemos mais 13 comitês no âmbito das bacias estaduais em instalação de 2 comitês em rios de domínio da União: o Comitê da Bacia do Paranaíba e o Comitê da Bacia do Piranhas Açu. Esses comitês estaduais ali no mapa nós indicamos a predominância desses comitês justamente naquelas áreas onde nosso balanço qualitativo mostrou, são áreas mais vulneráveis, tanto do ponto de vista da quantidade de água, quanto da qualidade da água, então uma resposta da gestão aos problemas encontrados do ponto de vista dos recursos hídricos e aqui no quadro o registro no período da pauta da agenda dos comitês interestaduais, ou seja, focados em alguns deles, no acompanhamento da elaboração dos seus planos de bacia, como o Comitê do Doce, Comitê do Verde Grande, a instalação dos comitês do Paranaíba, do Piranhas Açu e a questão do acompanhamento do plano também com foco no enquadramento na bacia do PCJ e o destaque, como foi colocado, já colocado na Mesa de Abertura, Bacia do São Francisco, aprovação no âmbito do Comitê, da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. No que se refere aos planos, também já colocados na Mesa de Abertura, a importância da aprovação pelo Conselho do Plano da Bacia do Tocantins-Araguaia e a perspectiva que em 2010 nós já tenhamos a finalização do Plano da Margem Direita do Amazonas, do Plano da Bacia do Verde Grande, no Plano da Bacia do Rio Doce. No que se refere aos planos estaduais, destaques no período da conclusão dos planos dos estados do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No que se refere às outorgas, também tivemos aumento em termos de vazão outorgada, em termos do número de outorgas e aqui enfatizando, assim como na qualidade da água, a importância da parceria com os estados e aumento dessa base de dados de estados que têm suas outorgas aí iniciadas, o que também contribui para esse aumento, tanto na vazão outorgada, mas principalmente do número de outorgas emitidas. No que se refere aos recursos, nós temos, em termos de valores cobrados nas duas bacias com rios de domínio da União, uma ligeira queda na bacia do PCJ e um ligeiro aumento na cobrança na Bacia do Paranaíba do Sul, uma evolução significativa em termos dos recursos para gestão ambiental e saneamento da ordem de 20 bilhões, esse pico no último ano, em 2008 e uma manutenção dos recursos disponíveis em termos da fonte 134 para gestão de recursos hídricos no âmbito da ANA, em torno de 100 milhões, mas o registro até do aumento em termos da reserva de contingência. Uma síntese para poder finalizar e tentar avançar pouco em termos do tempo: então quais foram os grandes destaques? As chuvas acima da média histórica, refletidas nas cheias na Amazônia, no aumento do reservatório equivalente da Região Nordeste, uma manutenção do quadro geral de qualidade da água, mas com aumento do número de pontos de monitoramento e uma melhoria da qualidade das águas na Bacia do Rio das Velhas, alterações, mudanças no marco legal e institucional, com alterações na atribuição da Agência Nacional de Águas e mudanças na legislação em alguns estados, como Rio de Janeiro, como Bahia, como Paraná, avanços na gestão dos recursos refletidos em algumas importantes resoluções aprovadas no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, já colocado do Plano Tocantins-Araguaia, mas procedimentos para enquadramento, para aplicação dos recursos da cobrança, para ficar em alguns exemplos, um avanço na instalação de comitês de bacia e registro da instalação de mais dois comitês em bacias de rios de domínio da União, Piranhas Açu e Paranaíba como exemplo, um acréscimo

na vazão outorgada, avanços na regularização de empreendimentos hidrelétricos e aqui o destaque da outorga de Santo Antônio e Giral no Rio Madeira e da DRDH de Belo Monte, todas emitidas no período do nosso Relatório de Conjuntura 2010 e elas juntas representam um acréscimo de 17% na Matriz Elétrica Brasileira. Uma Comissão, instituição de uma comissão de acompanhamento das condicionantes da outorga e do certo no que se refere ao Projeto de Integração do São Francisco, então a questão da fiscalização atuando então. Não basta só emitir as outorgas se não são verificados se os condicionantes dessas outorgas e não existe uma fiscalização atuante, essas outorgas muitas vezes podem ser pouco efetivas. O aumento da cobertura com planos de bacia, com aprovação do Tocantins e a perspectiva em 2010 de que tenhamos 54% do território brasileiro já coberto com planos de bacias aprovados. Avanços em termos do instrumento de enquadramento dos corpos de água, sempre associados à esses planos de bacia, esses planos de recursos hídricos, a questão do planejamento da oferta de água para abastecimento humano, hoje cobrindo 80% da população urbana do país, mas já há um trabalho em andamento e que até o fim de 2010 vamos ter 100% dos municípios do país contemplados no Atlas e, portanto, com diagnóstico e com planejamento no que se refere à garantia de água para o abastecimento humano e a aprovação, por fim, como já comentado, da cobrança no âmbito do Comitê da Bacia do São Francisco. Agradeço. Foi um pouco corrido em função do tempo e da pauta extensa que tem o Conselho. O último registro mais uma vez é de que se trata de um relatório de previsão anual, sujeito a aprimoramentos, sujeito a aperfeiçoamentos contínuos. Esse é o nosso endereço na Agência e o endereço está pronto para receber todas as sugestões e contribuições dos senhores, muito obrigado. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** - Agradeço ao Sérgio e também à ANA, parabenizando pelo Relatório de Conjuntura aqui apresentado. Esse instrumento que muito acertadamente constitui o panorama da evolução do Sistema de Recursos Hídricos do ponto de vista quantitativo e qualitativo das águas, como também da gestão do que evoluiu e vai se constituir importante para a próxima revisão do Plano. Eu queria nesse momento colocar aqui, informar para o Conselho do encaminhamento dado pela CONJUR, a Consultoria Jurídica do Ministério Meio Ambiente quanto ao texto da Resolução do CNRH nº 104, aprovada a última reunião de 2009 e referente à alteração do parágrafo único o art. 1º do Decreto 25, de janeiro de 2002, que institui o Comitê de Bacia do Rio Doce, localizado no estado de Minas Gerais, Espírito Santo e dá outras providências, que ainda não foi publicada por necessitar de ajustes no texto do art. 1º. Eu peço para que seja projetada a Resolução, porque na verdade a Consultoria Interna alertou a nós da Secretaria Executiva que como se trata de uma Resolução encaminhada pelo Ministro à Presidência da República, foi necessário fazer a alteração dessa Resolução e a Secretaria não quis fazê-la sem antes apresentar para vocês. Então apenas a título de informação, porque na verdade quem encaminha esse documento não é o Conselho, é o Ministro. Então teve uma pequena alteração na Resolução. Eu estou só repassando aqui para vocês, para informar essa pequena alteração. Nós poderíamos fazer isso *ad referendum*, mas vamos fazer só por respeito ao Conselho. Já está sendo projetado aqui. Fica aí, portanto, à disposição para os conselheiros apreciarem para verificar que de fato não houve nenhuma mudança, apenas essa alteração do encaminhamento ao Presidente da República. Rapidamente eu queria também aprovar, dizer a vocês, fazer alguns comentários breves antes de dar início ao trabalho do Conselho mesmo, sobre a aprovação do PL 203/91 de Resíduos Sólidos pela Câmara dos Deputados. Esse Projeto de Lei tem uma importância muito grande também para o Setor de Recursos Hídricos. Ele instrui a Política Nacional de Resíduos Sólidos do país. Ele está sendo aguardado há muito tempo e acaba criando no país, assim que aprovado, ele vai permitir que o país tenha uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, não só os resíduos sólidos urbanos, mas os resíduos da construção civil e demolição, resíduos industriais, perigosos, de portos, aeroportos e fronteiras, os resíduos sólidos agrosilvopastoris, os resíduos rurais e um conjunto de resíduos, todos possíveis resíduos e, portanto, cria instrumentos importantes, como, por exemplo, a responsabilidade compartilhada pela geração de resíduos, então portanto, para além do

521 município e dos catadores que fazem isso, essa coleta de forma marginal vão ter outros
522 responsáveis pela geração do resíduo e a geração do resíduo induz também à responsabilidade
523 pela logística reversa, que é fazer o caminho de volta do resíduo colocado, do produto
524 colocado no mercado que tenha resíduo, agora os geradores vão fazer também o... Vão ser
525 obrigados a fazer esse caminho de volta. Por que isso tem a ver com o Setor de Recursos
526 Hídricos? Porque nós sabemos que uma boa carga da poluição dos nossos recursos hídricos
527 tem relação com os resíduos sólidos, desnecessário, portanto, nós apresentarmos o detalhe.
528 Então eu queria dar essa informação, não foi um processo tranquilo, mas o que foi aprovado
529 na Câmara dos Deputados é um texto que foi pouquíssimo alterado pelos deputados, foi uma
530 votação simbólica de líderes e ele está muito próximo do que foi discutido pelo Governo, pela
531 sociedade civil e, portanto, nós não conseguimos enxergar críticas a esse Projeto de Lei, o que
532 significa que ele é fruto do debate e vai permitir uma... Eu estou dizendo o tempo todo, uma
533 grande revolução nos resíduos sólidos no país. A partir dele e aprovada agora no Senado, nós
534 também torcendo para que seja feito o mais rápido possível, na medida em que o Senado pode
535 alterar muito pouco, porque a Câmara é a Casa Revisora e volta para o Senado, porque ele
536 nasceu no Senado. Essa é uma primeira informação, primeiro comentário e também eu queria
537 comentar sobre a Pré-conferência Nacional das Águas. A Pré-conferência Nacional das Águas
538 inicia hoje às 19 horas. Eu queria convidar, na verdade mais do que convidar, eu queria
539 convocar o Conselho para estar presente na medida em que o Conselho tem a sua
540 representação garantida. Essa I Pré-conferência Nacional das Águas vai inaugurar o processo
541 de construção da Conferência das Águas, que foi objeto inclusive de discussão aqui nesse
542 Conselho. Vai ser um momento, inclusive, para poder aferir agenda, a sociedade civil um
543 pouco mais ampliada para além do Conselho, discutir e aferir a agenda do Sistema de
544 Recursos Hídricos. Vai ser a oportunidade também de nós fazermos o lançamento do Plano
545 Nacional de Recursos Hídricos e também nós podermos discutir e debater alguns temas
546 importantes para o Sistema de Recursos Hídricos, por exemplo, a questão da sustentabilidade
547 econômica e financeira do Sistema de Recursos Hídricos e também a questão das mudanças
548 climáticas e o impacto nos recursos hídricos. Então eu queria mais do que convidar, convocar
549 os nossos companheiros conselheiros para participarem dessa Conferência, porque a
550 Conferência, essa Pré-conferência vai planejar a Conferência das Águas e é claro que ela não
551 é deliberativa para a Conferência, mas ela vai servir como a criação de uma cultura, de uma
552 proposta que depois vai ser validada pelo Conselho da Conferência das Águas, mas era
553 importante que nós pudéssemos fazer essa construção conjunta e nesse sentido que eu queria
554 convocar a participação dos senhores conselheiros e senhoras conselheiras para hoje à noite
555 participarmos da abertura. Nós já temos a confirmação de 315 inscritos, não é isso? 300
556 inscritos. Nós temos a informação de que temos quantos conselheiros inscritos até agora? Da
557 ordem de 13 ou 14 conselheiros inscritos somente de um Conselho com 57 titulares e 57
558 suplentes. Então nós precisamos avançar um pouco mais com os nossos conselheiros para
559 participarem dessa Conferência e ela vai estar de fato sendo um momento importante para o
560 Sistema de Recursos Hídricos. Quero comentar também, nós vamos ter a oportunidade de ter
561 aqui a apresentação pelo Marco Neves, que é o nosso Diretor de Recursos Hídricos. Nós
562 estamos, nesta reunião do Conselho, fazendo um lançamento da revisão do Plano Nacional de
563 Recursos Hídricos. Um Plano que é desnecessário fazer, tecer elogios a ele, mas o Brasil é o
564 primeiro país das Américas a ter um plano, cumprindo a meta da ONU e já tanto cumpriu, que
565 já está na sua primeira revisão. Estamos há 4 anos de instituição do Plano e ele é dinâmico e
566 já passa por essa primeira revisão. Nós vamos então, nessa reunião do Conselho de hoje,
567 inaugurar o processo de revisão e debater já uma primeira oficina nessa Pré-conferência das
568 Águas a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Eu quero, portanto, feito esses
569 comentários, dar início aos trabalhos, convidar o Márley Caetano de Mendonça, o Nosso
570 Gerente de Apoio ao Conselho, que vai nos auxiliar aqui na condução dos trabalhos, informar
571 que a agenda do dia consta da pauta encaminhada anteriormente aos conselheiros e de pronto
572 peço ao Márley que verifique o quorum do Plenário. **O SR. MÁRLEY CAETANO DE**

573 **MENDONÇA (SRHU/MMA)** - Senhor Secretário, Informo que possuímos quorum, com a
574 presença de cerca de 40 conselheiros. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA**
575 **(Secretario Ejecutivo do CNRH)** - Não sei se o número é bom, na medida que nós somos
576 57, mas queria desde já agradecer a participação dos conselheiros e dizer que estou muito
577 feliz por ter começado a Coordenação de uma reunião sem ter que preocupar com o quorum e
578 também agradecer o prestígio de todas as autoridades, todos os representantes aqui que
579 compõem esse Conselho e pedir que esse quorum seja mantido ao longo do dia, porque a
580 nossa pauta está bastante instigante e pode ser que nós saíamos daqui no dia de hoje com uma
581 boa evolução no Sistema de Recursos Hídricos. Vou passar para o Márley, que leia os
582 informes e os procedimentos regimentais. **O SR. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA**
583 **(SRHU/MMA)** - Informes: Intervenções não serão permitidas durante apresentação de
584 matéria, ficando facultado a cada Conselheiro que estiver com a palavra concedê-la ou não.
585 Encerradas as discussões, a matéria será submetida ao Plenário para votação. Durante o
586 processo de votação não será concedida a palavra para novos pronunciamentos, nem pedidos
587 de vista e apartes. A matéria será declarada aprovada ou rejeitada por maioria simples dos
588 membros presentes, ou seja, metade mais um dos votos dos conselheiros que se encontrem
589 presentes no momento de votação. Procedimentos: Somente terão direito a voto os
590 conselheiros titulares. Os conselheiros suplentes com direito a voto são aqueles que estejam
591 substituindo os titulares ausentes. Os conselheiros suplentes terão direito a voz. O relator de
592 cada matéria deverá fazer uso da palavra por 10 minutos para apresentá-la ao Plenário com
593 suas respectivas justificativas. Após a apresentação das matérias serão abertas as inscrições
594 para os conselheiros que quiserem se manifestar sobre o assunto. Os conselheiros inscritos
595 serão chamados pela ordem de inscrição. Farão uso da palavra por 3 minutos, devendo todos
596 se aterem exclusivamente sobre o assunto em discussão. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA**
597 **COSTA (Secretario Ejecutivo do CNRH)** - Eu queria só ressaltar a importância de serem
598 respeitados os tempos determinados, os 10 minutos para apresentação da matéria e 3 minutos
599 para discussão, porque de fato hoje nós vamos ter que ser bastante objetivos, porque a pauta
600 está bastante intensa. No caso das apresentações, elas vão acontecer no final da reunião,
601 sendo dado o prazo de 20 minutos para as apresentações. Na verdade só a Conjuntura que
602 ficou prejudicada, na medida que é um tema que depois nós vamos poder apreciar. Passo,
603 portanto, à posse nos novos membros. Solicito ao Márley que proceda à leitura dos novos
604 conselheiros indicados. **O SR. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA** - O Ministério das
605 Minas e Energia indicou o Sr. Thales de Queiroz Sampaio como Conselheiro Titular; a
606 Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul indicou a Sra. Luciana de Paiva
607 Luquez como Conselheira Suplente; o Ministério da Integração Nacional indicou a Sra.
608 Robeísia Herbênea Miranda de Holanda como Conselheira Suplente; o Ministério do Meio
609 Ambiente indicou o Sr. Vicente Andreu Guillo como Conselheiro Titular; o Ministério da
610 Defesa indicou o Sr. Carlos Luiz Guedes Neto como Conselheiro Titular e o Sr. João Paulo
611 Syllós como Conselheiro Suplente; o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Tocantins
612 indicou o Sr. Belizário Franco Neto como Conselheiro Suplente; e o Ministério de Minas e
613 Energia indicou o Sr. Gilberto Hollauer como Conselheiro Suplente. **O SR. SILVANO**
614 **SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Ejecutivo do CNRH)** - Eu queria declarar
615 empossados os novos conselheiros, saudá-los e lembrar de importância da efetiva participação
616 das ações do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que tende a melhorar a gestão dos
617 recursos hídricos brasileiros. Também queria aproveitar a oportunidade para agradecer a
618 contribuição dos conselheiros que foram substituídos e já passo à pergunta, se tem alguma
619 matéria de urgência que o Plenário coloca? Nós também não recebemos nenhuma
620 manifestação formalmente. A equipe da GAC não recebeu essas indicações e, portanto, é pelo
621 fato de não existirem. Eu pergunto se existe alguma solicitação de intervenção de pauta, de
622 retirada de matéria de pauta e caso exista o pedido de inversão de pauta, eu já coloco em
623 votação. Nós recebemos aqui, Márley, dois pedidos de inversão de pauta. O primeiro deles
624 apresentado pelo Professor Oscar Cordeiro Neto, Presidente da Câmara Técnica do Plano

625 Nacional de Recursos Hídricos, por meio de ofício nº11/2010, de 15 de março de 2010,
626 relativamente ao item 3.5, a Proposta de Resolução que cria unidades de gestão de recursos
627 hídricos de bacias hidrográficas de rios de domínio da União, o GRH estabelece
628 procedimentos complementares para a criação e acompanhamento dos comitês de bacia. O
629 Presidente da Câmara Técnica solicita que o item 3.5 seja invertido para 3.1. Tem um outro
630 pedido apresentado pelo Senhor Everton Luiz da Costa, Presidente da Câmara Técnica de
631 Águas Subterrâneas, por meio do Ofício nº 3/2010, de 18 de março de 2010, relativamente ao
632 item 3.4: Proposta de Resolução que estabelece diretrizes e critérios a serem adotados para
633 planejamento, implantação e operação de Rede Nacional de Monitoramento Integrado
634 Qualitativo e Quantitativo de águas subterrâneas. O Presidente da Câmara Técnica solicita
635 que o item 3.4 seja invertido para 3.6. Eu já imediatamente passo a palavra para o Professor
636 Oscar para fazer aqui a justificativa do pedido de inversão. **O SR. OSCAR CORDEIRO**
637 **NETO (OTEPs)**- Bom dia a todos. Esse pedido de inversão de pauta se justifica pela
638 necessidade de se discutir a matéria, uma vez que se ele ficasse para o item 3.5 haveria o risco
639 desse tema ser debatido na parte da tarde e na parte da tarde, quer dizer, não só eu como
640 outros participantes também da Câmara Técnica do Plano, nós estamos envolvidos num
641 evento aqui no Distrito Federal, quer dizer, a Semana da Água, então há uma série de eventos
642 importantes e a mim particularmente cabe a Coordenação na Mesa Redonda no evento
643 coordenado aqui pela Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal e pela ADASA. Então
644 é com o receio de que a discussão da matéria fique prejudicada, eu vim solicitar que houvesse
645 a inversão de pauta para que assegurar que esse tema pudesse ser discutido ainda pela parte da
646 manhã. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** - Eu
647 queria abrir a discussão. Tem inscritos 2 conselheiros, é isso? Um conselheiro está inscrito. O
648 Carlão então, por favor. **O SR. CARLOS EDUARDO NASCIMENTO ALENCASTRE**
649 **(Comitês)** - Como nós temos interesse também na matéria do Grande, que eu acho que iria
650 mais para trás ainda, eu sugeriria então que o Grande passasse para o 3.1 e essa outra matéria
651 para o 3.2, senão nós também vamos passar para a parte da tarde e vai prejudicar bastante a
652 nossa apresentação. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do**
653 **CNRH)** - Então foi apresentado pelo Carlão a proposta de passar a Resolução do Grande
654 como primeiro ponto de pauta, mas não foi contrário à proposta do Professor Oscar de passar
655 para a parte da manhã a discussão da Câmara Técnica do Plano. Então eu queria, apenas para
656 ajudar na indicação, eu vou colocar essa outra solicitação de depois inversão do Rio Grande
657 para o primeiro ponto de pauta, mas eu queria perguntar ao Conselho... Foi apresentado
658 portanto, aqui, uma solicitação de passar a votação do Rio Grande para o primeiro ponto de
659 pauta, porque é importante, mas eu primeiro tenho que submeter aqui a solicitação que já
660 tinha sido colocada, de passar a votação da Câmara Técnica da Resolução do Professor Oscar,
661 da Câmara Técnica da Resolução do item 3.5 para o primeiro. Ela foi colocada primeiro,
662 então eu queria submeter ao Plenário se está de acordo com a solicitação do Professor Oscar,
663 pedindo então que aqueles que sejam favoráveis à inversão de pauta, colocação do primeiro
664 ponto de pauta essa Resolução, por favor, se manifestem levantando o crachá. Muito
665 obrigado. Aqueles que são contrários, por favor, manifestem levantando o crachá. Temos 4
666 votos contrários, portanto fica esse ponto como primeiro ponto de pauta. Eu vou colocar à
667 votação, portanto, do que já tinha sido colocado. Depois eu posso até sugerir que o Plenário
668 também analise a alternativa de colocar a proposta do Grande. Eu queria só colocar em
669 votação a discussão feita pelo Sr. Everton Luiz da Costa Souza. Ele não está aqui presente,
670 mas ele pediu que a Resolução, o item 3.4 seja invertido para 3.6, ficando para o final da
671 pauta. Vou pedir ao Márley que faça a leitura da justificativa do Everton. **O SR. MÁRLEY**
672 **CAETANO DE MENDONÇA (SRHU/MMA)** - É o Ofício nº 03/2010 da Câmara Técnica
673 de Águas Subterrâneas, datado de 18 de março de 2010. Assunto: inversão de pauta na 27ª
674 Reunião Extraordinária do CNRH. Senhor Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente
675 Urbano, na condição de Presidente de Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS e
676 como apresentador da Proposta de Resolução que estabelecem diretrizes e critérios a serem

adotados para planejamento, implantação e operação de rede nacional de monitoramento integrado qualitativo e quantitativo de águas subterrâneas, solicito inversão de pauta na 27ª Reunião Extraordinária do CNRH do item 3.4 para o item 3.6. Tal inversão justifica-se em função de uma audiência pública, cujo tema é a PEC 43, que modifica a titularidade das águas subterrâneas, onde realizarei uma apresentação. Atenciosamente, Everton Luiz da Costa Souza. Presidente da CTAS. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** - Eu queria consultar o Plenário se está de acordo com a inversão e colocação desse ponto para outro ponto. Portanto, aqueles que são favoráveis à inversão da pauta, por favor, se manifestem levantando o crachá. Por favor, podem abaixar. Os contrários, por favor, se manifestem levantando o crachá. Nenhum voto contrário. Eu esqueci de perguntar na votação anterior das abstenções. Peço desculpas, mas faço a correção perguntando se na votação anterior tem alguma abstenção. Por favor, quem se abstém levante o crachá. Nós temos então daquela votação anterior 5 abstenções e nesta votação agora eu pergunto se tem abstenção da inversão dessa proposta. Temos, portanto, 3 abstenções registradas. Eu pergunto se nós podemos discutir a proposta do Carlão de passar a votação do Grande para a parte da manhã. Eu queria perguntar então ao Carlão se concorda de nós colocarmos como segundo ponto de pauta a proposta, entendendo a importância de que seja colocado como prioridade na parte da manhã. Pode ser? Eu vou colocar em votação a proposta feita de aprovação pelo Conselho da criação do Comitê do Rio Grande, para colocá-la como segundo ponto de pauta. Passa a ser o 3.2, não é isso? O Márley está lembrando aqui que ela ficaria como 3.3. então ela fica como segundo ponto de pauta, então eu acho que nem precisa de consultar o Plenário, já está mantida como segundo ponto de pauta, que era esse o espírito que estava, portanto a criação do Comitê do Rio Grande fica como segundo ponto de pauta, portanto, 3.2, OK? Eu peço então ao Márley que faça a leitura da nova ordem do dia. **O SR. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (SRHU/MMA)** - Senhor Secretário, a nova ordem do dia é a seguinte: abertura com apresentação da revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, pelo senhor Marcos Neves, da Secretaria de Recursos Hídricos em Ambientes Urbanos, em seguida item 1, aprovação da ata da 22ª Reunião Ordinária do CNRH. Ordem do dia, item 2: Deliberação sobre a Proposta de Resolução objeto de pedido de vista. 2.1: institui o Cadastro de Organizações Cíveis de Recursos Hídricos – CORE, com o objetivo de manter em banco de dados registro das organizações cíveis de recursos hídricos para fins de representação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais. Item 2.2.1: Apresentação do parecer do representante das Organizações Não-Governamentais, Conselheiro João (...). Item 3: Deliberação sobre Proposta de Resolução que 3.1: Cria unidades de gestão de recursos hídricos de bacias hidrográficas de rios de domínio da União - UGRH, estabelece procedimentos complementares para criação e acompanhamento dos comitês de bacia, encaminhada pela Câmara Técnica do Plano Nacional de recursos hídricos. Item 3.2: Aprova a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande e dá outras providências. Encaminhado pela Secretaria Executiva do CNRH. Item 3.3: Aprova os valores e mecanismos para cobrança pelo uso dos recursos hídricos de Bacia Hidrográfica do São Francisco. Encaminhado pela Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos. 3.4: delega competência à fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para o exercício de funções inerentes à Agência de Água das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Encaminhado pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais. 3.5: Altera a Resolução CNRH nº 95, de 17 de dezembro de 2008, que estabelece composição e define suplências para a CTAS, CTAP, CTCT, CTGRHT, e CTPOA, para mandato de 1º de fevereiro de 2009 a 31 de janeiro de 2011 e dá outras providências. Encaminhado pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais. 3.6: Estabelece diretrizes e critérios a serem adotados para planejamento, implantação e operação de Rede Nacional de Monitoramento Integrado Qualitativo e Quantitativo de Águas Subterrâneas. Encaminhado pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas. Item 4: Deliberação

sobre proposta de moção que: 42: recomenda a rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 315 de 2009, em tramitação no Senado Federal, que reduz o percentual de recursos da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH, destinado aos estados. Encaminhado pela Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos. Item 5: Apresentações. 5.1: Estado de implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Informe SIGO/2009, Sistema de Gerenciamento Orientado para os Resultados do Plano Nacional de Recursos Hídricos, a ser feito pelo senhor Marco Neves, pela Secretaria de Recursos Hídricos de Ambientes Urbanos. 5.2: relatório de atividades do Colegiado Gestor do Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia 2009, a ser feita pelo representante do Colegiado Gestor. Em seguida, informes e após, encerramento. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** - Obrigado, Márley. Eu já passo para o Marco Neves, nosso Diretor de Recurso Hídricos para a apresentação no prazo de 15 minutos para nós ganharmos um pouco mais de tempo, da Revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos. **O SR. MARCO JOSÉ MELO NEVES (MMA)** - Obrigado, Secretário. Eu vou procurar cumprir a apresentação em 12, 15 minutos, entendendo a pauta pesada do jeito que está, dessa Reunião Extraordinária do Conselho e ao mesmo tempo falar da importância do PNRH para o Estado Brasileiro e para esse Conselho em particular, porque é esse Conselho que delibera sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos. A única instância deliberativa do Plano é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Essa revisão já é prevista na Resolução CNRH nº 58, que aprova o Plano e essas revisões acontecem conforme está lá na Resolução, a cada 4 anos. Então em 2010 é a primeira Revisão do Plano. O Plano Nacional, a estratégia para efetividade da implementação, processo de revisão e agenda 2025. O Plano Nacional, o foco dele, regional, são as 12 regiões hidrográficas brasileiras, Resolução 32 desse Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de 2003. Os componentes dos programas do Plano Nacional, o primeiro componente trata de estudos estratégicos, ordenamento institucional da gestão integrada, implementação dos instrumentos da política, capacitação e comunicação social. O segundo bloco de componentes trata de articulação interinstitucional e de temas relacionados aos usuários e aos usos múltiplos, em particular aqui saneamento e irrigação. O terceiro componente trata de espaços territoriais que não necessariamente tenha bacia hidrográfica como foco. Aqui tem a região costeira, região de semi-árido da Amazônia, Pantanal e no meu ponto de vista, de forma equivocada, também águas subterrâneas aqui, está aí no terceiro componente. O quarto componente é um componente de monitoramento, avaliação do Plano Nacional de Recursos Hídricos. O Plano tem que ser dinâmico, tem que ter um sistema que o monitore, avalie e faça o sangue correr no Plano, seja constantemente dinâmico. Por isso foi criado um quarto componente que trata disso, que é o CGO. Em termos do processo deliberativo, aqui no Conselho Nacional de Recursos Hídricos relacionado ao plano, a Resolução 58 aprovou o Plano, a Resolução 67 desse Conselho, de 2006, aprova a estratégia de implementação do Plano, a Resolução 69, de 2007 aprova o Sistema de Gerenciamento Orientado para Resultados, que prevêem, além de outros relatórios, esses dois aqui, o Relatório Anual de Conjuntura, o colega Sérgio apresentou e os Relatórios quadrienais do PNRH: 2010, 2014, 2018, além do informe CGO. A Resolução 80 de 2007 desse Conselho aprova o detalhamento dos programas 1 ao 7. São aqueles dois blocos de caderninhos que tem os programas detalhados. Saíram daquela oficina no Hotel Nacional em março de 2007, a Resolução 99 desse Conselho aprova o detalhamento dos programas 8, Águas Subterrâneas, o 10, 11 e 12 do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Isso em 2009. Alguns elementos da estratégia para efetividade da implementação do Plano são essas aí: adoção de uma atitude pró-ativa com vistas à construção do futuro, o enfoque de diretrizes estratégicas de abrangência nacional, a perspectiva da gestão como consolidação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, a efetiva articulação entre Política de Recursos Hídricos e as políticas dos setores usuários, articulação intersetorial que atinja o campo das políticas macroeconômicas e ações de comunicação social e difusão de informações do Plano. Processo de revisão do Plano

781 Nacional de Recursos Hídricos, que é Plano 2025. O horizonte dele passa o de 2020 para
782 2025. O que foi feito nesse período, 2006-2010? Isso vai ser apresentado no final dessa
783 Reunião Plenária do Conselho, que é o informe CGO. Eu não vou me ater aqui. Quais são os
784 desafios norteadores para essa revisão do Plano 2025? São 4 principais. E o Plano 2025 seja
785 um instrumento reconhecido e adotado como norteador para o próprio Conselho Nacional,
786 para os conselhos estaduais, para os comitês de bacia, para o MPOG e para os ministérios
787 responsáveis por políticas setoriais, dos setores usuários de água. Um outro desafio, aí sim do
788 processo de revisão, é ser uma oportunidade para o fortalecimento do SINGREH. Isso foi
789 muito forte e importante durante a própria elaboração do Plano. A criação de uma pauta de
790 debate nacional dentro do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. É um
791 ganho tangencial, mas muito relevante e importante para o Sistema e a revisão do Plano
792 oportuniza essa dinamização dentro do SINGREH. Também ser uma oportunidade para
793 fortalecer o caráter nacional do Plano, ele ser mais nacional e ter aderência nas 12 regiões
794 hidrográficas do Brasil. Quem são os atores envolvidos no PNRH 2025? O Conselho, que
795 pela Lei acompanha a execução e aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determina
796 as providências necessárias ao cumprimento das suas metas. A ANA, participando da
797 elaboração do Plano e supervisionando a sua implementação, a Secretaria, coordenando a
798 elaboração do Plano, bem como acompanhando e monitorando a sua implementação, o Grupo
799 GUIA de integração e articulação de temas afetos à Secretaria e à ANA para definir
800 mecanismos para a implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das
801 revisões do Plano, os estados, por meio dos órgãos gestores de recursos hídricos, os conselhos
802 estaduais de recursos hídricos e os comitês de bacia. Esse é o foco da revisão do Plano. Não é
803 um novo plano. Existe o Plano Nacional de Recursos Hídricos aprovado por esse Conselho
804 em 2006. O foco da revisão é a avaliação da sua implementação, adequação de programas e
805 subprogramas e essa dinamização, o debate, oportunidade de um debate nacional dentro do
806 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Então, como é que é o Plano hoje
807 e como que fica após o processo de revisão do Plano? Hoje existem 4 volumes. O primeiro:
808 Panorama e Estado dos Recursos Hídricos. Como fica o volume 1 do Plano Nacional de
809 Recursos Hídricos? Ele é atualizado periodicamente pelo Conjuntura de Recursos Hídricos
810 que foi apresentado aqui pelo Sérgio hoje, primeira apresentação. Isso está lá na Resolução 58
811 que aprova o Plano. O segundo volume: Águas para o Futuro - Cenários para 2020. Ele é
812 atualizado periodicamente pelos estudos envolvidos por um grupo de prospectiva em recursos
813 hídricos. Está no subprograma 1.2 do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Não é foco dessa
814 revisão. O volume 3: Diretrizes. São as 64 macrodiretrizes do Plano, que têm sido adotadas
815 por vários planos estaduais de recursos hídricos e nós entendemos que são mais estáveis no
816 horizonte 2020. Então também não é foco dessa Revisão do Plano Nacional de Recursos
817 Hídricos. E por último o volume 4, que são os programas nacionais e metas. É o objeto
818 principal dessa Revisão, por meio de atualização, adequação e priorização para o horizonte
819 dos próximos 4 anos. Alguns temas precisam, devem ser aprofundados no PNRH 2025. Por
820 conta desses 4 anos algumas temáticas, entende-se que elas devem ser aprofundadas. Uma
821 delas é Água e Mudança do Clima. A questão de água e economia, água e meio ambiente,
822 água no ambiente urbano, a sustentabilidade financeira do SINGRE e outros temas de
823 interesse nacional para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos. Então aquele volume 1. O
824 volume 4, que são as proposições do Plano. O foco é priorização de ações no período 2011-
825 2014, dar foco para o Plano para esse próximo período de implementação dele. Qual é a
826 dinâmica do processo de revisão do Plano? Já estou encaminhando para finalização da
827 apresentação. Qual é a dinâmica? Primeiro, vão acontecer uma série de reuniões, um
828 conjunto de reuniões e consultas que não estão pré-definidas. São consultas bilaterais,
829 reuniões bilaterais, reuniões com grupos específicos. Isso a própria dinâmica e a necessidade
830 da reunião vai demonstrar quando ela deve acontecer. Não dá para pré-definir essas reuniões.
831 Além disso tem um processo regional, um processo temático e um processo de consolidação.
832 Os três grandes pilares da dinâmica do Plano. No processo regional, o foco dele é a

833 priorização de ações para o período 2011- 2014. Um forte debate com os estados, comitês,
834 conselhos estaduais para focar, para definir que ações prioritárias para região devem acontecer
835 em 2011 – 2014. Esse é o foco do processo regional. Será realizada uma consulta aos estados
836 sobre ações prioritárias nas 12 regiões hidrográficas que sejam estruturantes para gestão
837 integrada dos recursos hídricos regionalmente e para isso serão realizadas 12 oficinas
838 regionais e serão compostas 12 comissões organizadoras regionais. Esse processo regional foi
839 pauta de reuniões que nós tivemos com o Fórum Nacional dos Comitês de Bacia lá com o
840 Lupércio em Fortaleza, em fevereiro. Então o Fórum já está nos indicando os comitês que vão
841 participar aqui. Está tendo uma dinâmica interna no Fórum Nacional de Comitês para a
842 indicação dos comitês que participarão da Comissão Organizadora e também foi pauta da
843 última reunião do Fórum Nacional de Órgãos de Gestores das Águas, que aconteceu no Rio
844 de Janeiro. O Fórum Nacional de Órgãos Gestores das Águas... Então eles estão fazendo uma
845 dinâmica de escolha dos locais onde as reuniões regionais vão acontecer e oportunamente eu
846 acho que também a Rosa pode desdobrar mais o que aconteceu lá no Fórum, a dinâmica. Eu
847 sei que o Fórum Nacional de Órgãos Gestores das águas priorizou a revisão do Plano como
848 pauta do Fórum para esse ano e isso desdobrou em algumas ações lá dentro do Fórum. Não
849 sei se o Júlio Rocha está aqui, mas oportunamente... Quanto ao processo temático, o principal
850 foco do processo temático é a inclusão e aprofundamento de temas no PNRH que sejam de
851 interesse nacional. Temas como a sustentabilidade financeira do Sistema, temas estratégicos
852 que tenham essa conotação. Mudanças climáticas e recursos hídricos. Seriam temas que ele
853 ganha em termos de densidade estratégica se for debatido nacionalmente, porque cada estado
854 por si pode até debatê-lo, mas a agregação de valor principal estaria no debate nacional sobre
855 essas temáticas. Então esse debate vai ser oportunizado nesse processo de revisão do Plano
856 Nacional de Recursos Hídricos e por fim, o processo de consolidação e retorno. Então esses
857 dois processos acontecem em 2010 e esse aqui, a Oficina Nacional de Consolidação, ainda em
858 2010, mas o Seminário Melhores Práticas e os seminários regionais são um retorno da revisão
859 do Plano. Nacionalmente, em cada uma das regiões, acontece no ano que vem, em 2011. É um
860 retorno aproveitando inclusive já os novos governantes e as novas pessoas que vão estar
861 assumindo os seus cargos, para conhecerem melhor esse processo do Plano Nacional de
862 Recursos Hídricos e o que foi debatido em 2010. Esse retorno nós daremos. A proposta a esse
863 Conselho é que ele aconteça em 2011. As comissões organizadoras regionais. A composição
864 dessas comissões organizadoras: a Secretaria de Recursos Hídricos e Agência Nacional de
865 Águas, a representação dos comitês de bacia, representação de um Conselho Estadual de
866 Recursos Hídricos da região e um órgão gestor de recursos hídricos do estado que vai sediar o
867 encontro regional daquela região. Essa é a composição da Comissão Organizadora. A
868 participação no encontro obviamente é muito mais ampla. São todos os estados que compõem
869 aquela região, os órgãos gestores, todos os conselhos estaduais, representações dos comitês de
870 bacia, representações do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para ampliar o debate
871 regional, organizado pela Comissão Organizadora Regional e o foco é priorização de ações
872 regionais, horizonte 2011 – 2014. Quais são as atribuições dessas comissões organizadoras
873 regionais? Organizar e prover a logística local para realização da Oficina Regional, indicar os
874 participantes das oficinas, definir a estratégia regional de mobilização e participar da
875 consolidação dos documentos de aporte e resultantes das oficinas. Então esse aqui é uma
876 síntese do processo. Oficinas regionais, o Seminário Diálogos, que são novos temas,
877 aprofundamento de temas de interesse nacional, a Oficina Nacional de Consolidação, o
878 Seminário Melhores Práticas, em 2011. É um retorno e é um seminário aberto e os seminários
879 regionais. É um retorno regional, também seminários abertos. É o retorno para a população
880 sobre o processo do Plano. O que é esse quadro aqui? Esse quadro é o quadro propositivo das
881 cidades onde ocorrerão cada um dos 12 encontros regionais. Então isso foi apresentado no
882 Fórum Nacional de Órgãos Gestores das Águas e aqui é a proposição das cidades. O Fórum
883 Gestor está numa dinâmica interna para acatar ou propor, enfim, essas cidades aqui e os
884 meses, têm que acontecer de maio a julho essas reuniões regionais. O que nós precisamos? O

885 que sai do Plano Nacional de Recursos Hídricos? O resumo executivo PNRH 2025, a
886 Conjuntura Recursos Hídricos, os programas e ações priorizadas 2011 - 2014, o volume
887 Águas do Brasil: estratégias 2011 - 2014 e a série Diálogos com Água, que não será lançada
888 tão logo o Plano seja aprovado, mas o objetivo dela é numa linguagem mais acessível,
889 popularizar as proposições do Plano Nacional de Recursos Hídricos para comitês de bacia,
890 para a sociedade de uma forma geral. Essa apresentação, Silvano, finalizei. Só teria uma
891 demanda para cá. para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que seria: estão sendo
892 abertas as vagas, 3 vagas para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos para participação
893 em cada uma dessas regiões; O Conselho é instância deliberativa. Obviamente os encontros
894 regionais não são deliberativos, mas é importante que o Conselho esteja presente nesse debate
895 regional, para inclusive participando desses debates, quando o Pleno entrar no seu processo
896 deliberativo aqui no Conselho, o Conselho já conheça o processo. Já vem acompanhando. É
897 importante para os estados, para o público, para os colegiados que o Conselho Nacional esteja
898 presente lá nessas regiões. Obrigado. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario**
899 **Executivo do CNRH)** - Obrigado, Marco Neves. Queria agradecer ao Marco Neves a
900 apresentação e eu abro para esclarecimento e dúvidas dos conselheiros, as conselheiras que
901 tiverem alguma dúvida, esclarecimento para solicitar, pedir ao Marco Neves para sentar
902 conosco aqui só para nós garantirmos o tempo. Depois nós encaminhamos o que foi já
903 demandado para o Conselho. Logo depois nós encaminhamos. Pois não, Conselheiro Ivo
904 Mello. **O SR. IVO MELLO (Irrigantes)** - Antes de qualquer coisa, eu sou Presidente do
905 Comitê do Ibiqui, um afluente do Uruguai. Lá na minha região eu sou Presidente do Comitê
906 do Ibiqui, que é um afluente do Uruguai e eu queria não só mais esclarecimento, mas porque a
907 reunião da nossa Comissão da Região do Uruguai tem que acontecer na capital, em Porto
908 Alegre, que não está na região? Não faz parte da região. **O SR. MARCO JOSÉ MELO**
909 **NEVES (SRHU/MMA)** - Essa é uma proposição inicial. Procuramos seguir mais ou menos a
910 lógica do processo de desenvolvimento do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que contou
911 com reunião lá em Porto Alegre, mas nós pedimos que os estados, por meio do Fórum
912 Nacional de Órgãos Gestores de Águas, estejam então deliberando quanto ao local. Qual foi a
913 condição que nós colocamos para essa proposição? Que fossem cidades centrais, de fácil
914 acesso, que desse para chegar e que... O principal foi esse aí, mas assim, nós indicamos esses
915 locais, colocamos as condições de, vamos dizer, o que vai acontecer ali, mas enfim, nós
916 solicitamos isso ao Fórum Nacional de Órgãos Gestores de Água que definam então as
917 cidades dos encontros. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo**
918 **do CNRH)** - Nós temos mais 3 inscritos: Vicente, Andrew da ANA, Rosa Mancine e o
919 Wilson Azevedo. Na fala do Vicente nós encerramos as inscrições. **O SR. VICENTE**
920 **ANDREU (MMA/ANA)** - Bom dia a todos. Eu só queria fazer uma sugestão de inversão.
921 Talvez do ponto de vista territorial até tenha também alguma dificuldade, mas o que eu penso
922 que representaria melhor a importância, especialmente da bacia hidrográfica do São
923 Francisco, da região aqui. Então a minha proposta seria que o São Francisco acontecesse em
924 um dos demais estados e aí no caso poderia ser na Bahia, em Salvador e do Atlântico Leste
925 então acontecesse em Minas Gerais ou então em outro estado, mas sugeriria a substituição do
926 São Francisco para o médio São Francisco e a do Atlântico Leste em Minas Gerais. **O SR.**
927 **SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** - Na verdade isso é
928 uma proposta-tentativa. Então vamos acatar aqui, nós podemos acatar a sugestão do Vicente e
929 vamos encaminhar ao Fórum de Gestores das Águas para que eles considerem. Nós podemos
930 acatar essa proposta sem problema. Agora Rosa Mancine nós já tivemos inscritos, não é isso,
931 Márley? Estão encerradas as inscrições para esse tema. **A SRª. ROSA MARIA OLIVEIRA**
932 **MACHADO MANCINE (CERH/SP)** - Bom dia a todos. São duas coisas. Primeiro: como
933 eu fui citada na fala do Marco com relação ao Fórum Nacional de Órgãos Gestores, só queria
934 enfatizar que nessa reunião que ocorreu Rio de Janeiro agora nesse mês, de fato o Plano
935 Nacional foi colocado como ponto prioritário na discussão do Fórum Nacional de Órgãos
936 Gestores, sendo que nós organizamos um grupo com representantes de todas as regiões do

937 estado, não de regiões hidrográficas, mas norte, sul, leste, oeste e centro, porque se não seria
938 muita gente e para justamente discutir... O foco da discussão desse grupo é: como os estados,
939 os conselhos estaduais e os comitês de rio de domínio da União podem apoiar na revisão do
940 Plano Nacional e fazer com que de fato ele seja um instrumento de gestão forte e que seja
941 incorporado dentro das políticas de cada um dos estados. Isso é uma coisa muito positiva.
942 Com relação agora ao segundo ponto da pauta, volto a dizer, já tive oportunidade de
943 externalizar isso para o Secretário Silvano e para o Marco Neves, que eu acho que nós
944 teríamos o maior prazer em sediar o encontro em São Paulo, porém São Paulo é uma cidade
945 complicada. Se chove para, o transporte é complicado, organizar uma sala é uma coisa
946 complicada e é um encontro grande. Então como nós recebemos uma carta essa semana que
947 diz que nós devemos nos articular com os demais estados que estão ali previstos para definir o
948 local, eu proponho aqui, como tem vários representantes de estado, que outro estado possa se
949 apresentar. Eu dou todo apoio. Eu, como representante do Estado de São Paulo, dou todo
950 apoio para que a coisa aconteça, porém eu acho que São Paulo não é a cidade adequada para
951 sediar o evento. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** - Eu agradeço a contribuição. Inclusive dizer que nós ficamos muito satisfeitos com a
952 discussão do Fórum de Gestores das Águas, porque o que pior poderia acontecer era é o Plano
953 Nacional de Recursos Hídricos sem incorporar o que de fato se faz e o que acontece na ponta.
954 Então eu queria de fato agradecer a decisão do Fórum e também passar a palavra agora para o
955 próximo inscrito, Wilson Azevedo. **O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores, Turismo e Lazer)** - Bom dia a todos. Sou representante dos pescadores e usuários de recursos
956 hídricos para lazer e turismo. Eu vi, Marco, a proposta de revisão do Plano. Tem bastante
957 trabalho pela frente. Eu acho importante ser feito. Agora, eu fiquei, eu senti falta e queria
958 saber onde se encaixaria a articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos com as
959 demais políticas ou planos nacionais, por exemplo, o PLANSAB, o Plano Nacional de
960 Saneamento. Onde isso está previsto, que parece que eu não vi. Na minha opinião, isso é de
961 extrema importância e não vi nenhum produto específico ou nenhuma proposta específica
962 para esse item. **O SR. MARCO JOSÉ MELO NEVES (SRHU/MMA)** - Realmente bem
963 lembrado. Não está explícito. Isso é pauta prioritária, do programa 5 do Plano Nacional de
964 Recursos Hídricos, de articulação com outras políticas. Elas vêm acontecendo, articulação
965 especialmente dentro da Câmara Técnica do Plano, com o PLANSAB. Nós entendemos,
966 Wilson, até o momento, que isso fará parte, será internalizado dentro das estratégias, aquele
967 documento que eu mostro ali, de estratégias 2011 - 2014, em especial voltado para estratégia
968 com os setores, com as políticas dos setores usuários de recursos hídricos. Mas assim, claro
969 que ao longo do processo do Plano isso pode ficar melhor visualizado, mas hoje já acontece
970 com o PLANSAB no âmbito da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos,
971 que certamente aportará informação e subsídio, tanto para priorização de ações do Plano e tem
972 um programa específico, que é o 5, que é de articulação, quanto para a definição de estratégias
973 2011 - 2014. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)**
974 - O próximo inscrito. Não tem mais inscrito, mas tem aqui o Ivo que queria fazer a palavra.
975 Eu abro, porque ele quer fazer a sugestão de local, é isso? **O SR. IVO MELO (Irrigantes)** -
976 Exatamente. Como os outros fizeram a sugestão de local, eu gostaria de sugerir a cidade de
977 Passo Fundo, que é de fácil acesso e está na bacia hidrográfica do Uruguai, já que do
978 Atlântico Sul já é em Santa Catarina, em Florianópolis, então a do Uruguai seria a sugestão,
979 que fosse na cidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** - Obrigado. Esse ponto está passado. Nós
980 vamos reconhecer aqui as sugestões, alterar a proposta inicial e nós depois encaminhamos
981 aqui para consideração. O Vicente falou sem microfone, ele está dizendo que tem um
982 problema, que Belo Horizonte não está no Atlântico Leste. Então a recomendação foi que de
983 fato nós escutássemos aqui as propostas, fizéssemos aqui o arranjo, precisamos ver também,
984 porque Salvador não sei se está na Bacia do São Francisco. Nós precisamos fazer esses
985 acertos. Nós vamos considerar as sugestões, fazer aqui a sistematização e, na medida do

possível, de fato, considerar as sugestões do Plenário. Eu só quero encaminhar então aquela proposta de indicação de conselheiros dos seguimentos do poder público federal, usuários e sociedade civil que tiverem interesse, dos conselheiros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que tiverem interesse de participar dos encontros regionais, que eles devem comunicar o seu interesse aos técnicos da Secretaria Executiva do Conselho até o término da reunião ou via *e-mail* dirigido à Secretaria Executiva no prazo de 10 dias. Estou me reportando, portanto aos conselheiros do segmento do poder público federal, usuários e sociedade civil para se fazerem representados nessas reuniões regionais, considerando o fato de que vai ser possível custear a participação dos representantes, viagem, estadia e alimentação das ONGs e das OTEPs. Só informem, portanto, a tabela já está aí, para aqueles conselheiros que puderem já se interessar e já quiserem fazer participação, com o destaque que os conselhos estaduais já vão participar diretamente dessa atividade. Não tem a necessidade de nós termos aqui as indicações. Eu, portanto já passo para o item 1 da pauta, que é aprovação da ata da 22ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, informando que a ata foi encaminhada anteriormente e é composta de 2 documentos: a ata que corresponde à gravação da reunião e o anexo 1, que é o resumo dos encaminhamentos da reunião. Consultar se algum Conselheiro tem sugestão de alteração. Carlos Hugo. **O SR. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** - Eu só queria corrigir. Eu acho que foi um engano, porque a transcrição foi encaminhada como ata e foi encaminhado também os encaminhamentos da reunião, que eu acho que na verdade é a própria ata, porque a transcrição não é a ata, e eu acho que nós não podemos aprovar a transcrição como se fosse a ata, especialmente pelo que diz o próprio Regimento Interno, que eu vou ler aqui: O art. 18: as reuniões serão gravadas e as atas deverão ser redigidas de forma a retratar as discussões relevantes e todas as decisões tomadas pelo Plenário e depois aprovadas pelo Conselho e assinadas pelo Presidente e Secretario. Parágrafo único: as gravações das reuniões serão mantidas até a aprovação das respectivas atas. Então a função, de acordo com o atual Regimento Interno, das gravações é simplesmente orientar os conselheiros até a aprovação da ata. Ela não é a ata e não pode ser a ata. Além desse problema com o Regimento Interno, tem um problema que acho que é um pouco mais grave, que é o problema de acesso às informações e as decisões do Conselho. Apesar de ter sido feito um resumo através dos encaminhamentos, se nós aprovarmos a gravação como se fosse ata, nós não estamos aprovando o que está aqui nos encaminhamentos, que eu acho que para que o acesso a todo mundo, não só aos conselheiros, mas a todos aqueles que de alguma forma tenham interesse nas decisões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, fica muito difícil se você tiver que procurar na gravação onde é que está tal decisão e o que exatamente foi decidido, porque as discussões são fluídas e não são pontuais e não são tão informativas como uma ata deve ser. Além disso, eu também acho que não faz sentido você aprovar uma gravação se você não tiver a própria gravação para conferir, porque quando nós estamos aprovando uma gravação, nós estamos simplesmente confiando que a gravação foi bem feita e que constitui exatamente o que foi falado aqui no Conselho e eu acho que é um trabalho que não cabe aos conselheiros, fazer essa conferência. Então eu acho que realmente deve ter havido um engano, especialmente porque esse assunto já surgiu outras vezes aqui no Conselho, então que o que foi encaminhado como encaminhado seja aprovado como ata e o que eventualmente essa gravação entre como um anexo da ata se for o caso, mas acho também que não é exatamente necessário. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** - Vou pedir ao Márley que faça os esclarecimentos. **O SR. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (SRHU/MMA)** - Senhor Secretário, Conselheiro Carlos Hugo e demais conselheiros, esse procedimento foi adotado, acho que há mais de um ano, justamente em razão de várias questões colocadas pelos conselheiros, de que o formato anterior, onde nós fazíamos a ata de uma maneira resumida, não contemplava uma série de intervenções, uma série de debates, de falas inclusive consideradas importantes pelos conselheiros. Então fruto de própria colocação de vários conselheiros no sentido de que as

nossas atas deveriam refletir as discussões ocorridas em Plenário, a Secretaria Executiva se mobilizou e nós passamos a adotar esse procedimento de que a ata seja degravada como acontece com o CONAMA, então há uma reprodução literal de todos os assuntos discutidos e para facilitar a leitura, aí acho que é um pouco o ponto que o Conselheiro Carlos Hugo colocou, nós passamos a fazer um resumo dos encaminhamentos, ou seja, aqueles que não têm tempo ou gostariam de ir direto aos encaminhamentos, podem recorrer ao anexo 1. Aqueles que querem ter uma leitura mais detalhada, recorrem à leitura da ata degravada. Então é um procedimento que já tem, acho que um ano e meio mais ou menos, já deve ser... Não tenho aqui de cabeça, não vim preparado para isso, mas deve ser mais ou menos a quinta reunião do Conselho que vem justamente a atender essas solicitações de vários conselheiros.

O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH) - Na verdade o Márley tinha me passado que isso de fato já aconteceu em outros momentos e o contrário é que foi colocado como um problema, porque ficava o resumo com problemas e demorava um tempo muito grande para analisar. Na medida em que nós temos a degravação e aí os conselheiros têm a oportunidade de ler aquela degravação e ver se de fato tem algo que é contrário ao que ele disse. Que eu acho difícil, porque a degravação é literal do que é dito, e daí tem a oportunidade de ver ali se foi alguma coisa esquecida. Então fica registrado o que foi dito e é feito um resumo que também faz parte da ata, com o que foram as decisões tomadas pelo Conselho. Então eu queria, na verdade, me posicionar encaminhando que foi fruto de uma discussão anterior, porque eu acho que o contrário também vai merecer uma discussão muito acalorada e eu acho que nós vamos ficar aqui um bom tempo discutindo essa metodologia de fazer ata. Vão ter conselheiros que vão em sentido contrário, querendo que nós tenhamos a ata principal o resumo do que foi deliberado e a degravação como anexo. Essa discussão possivelmente vai gastar um tempo grande e nós não vamos sair daqui. Na medida em que nós temos a degravação colocada e parte integrante como sendo a ata e depois os encaminhamentos resumidos, do ponto de vista prático, eu acho que não tem nenhum prejuízo, porque não há de ter nenhum encaminhamento como decisão do Conselho diferente da degravação, porque de fato o que se fala vai ser registrado. Eu queria pedir o apoio do Conselheiro para dar esse ponto como vencido para nós podermos passar para os outros pontos, mas tendo ainda a manifestação, coloco à disposição.

O SR. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça) - Eu gostaria que isso fosse submetido à votação do Plenário, porque eu acho que é um procedimento que não é adequado pelas colocações que eu já coloquei aqui. Primeiro, nós não estamos cumprindo o que está escrito no Regimento Interno. Segundo, degravação não é ata. A ata tem que ser uma coisa clara, resumindo as principais discussões, colocando as principais deliberações, porque ela é uma ajuda à memória do que ocorreu na reunião. Como acontece no CONAMA e é degravação do CONAMA é maior do que aqui, porque normalmente são dois dias, as pessoas simplesmente não lêem o que está na degravação. Então todo mundo acaba aprovando alguma coisa que não foi lida e sem se lembrar muito de todo o conteúdo do que foi discutido na reunião. Não faz sentido uma degravação se tornar uma ata, que não é esse o objetivo. O que eu estou sugerindo é que o encaminhamento, que não é exatamente uma ata como deveria ser feita, como acontece, por exemplo, nas reuniões de câmaras técnicas, que são formuladas atas e nunca teve questionamento ou problema com relação às atas das câmaras técnicas. Coloco aqui de novo, o que foi encaminhado como encaminhamento seja aprovado como ata, porque ela cumpre melhor as funções de ata conforme o que está descrito no Regimento Interno e que se coloque como anexo a degravação para eventualmente serem dirimidas dúvidas que surgirem na aplicação do que foi decidido na reunião. Eu solicito que isso seja colocado em votação. Se por acaso for encaminhado de maneira diferente do que eu estou propondo, eu já coloco aqui então que se estude uma maneira de modificar o Regimento Interno para que nós não continuemos desrespeitando o que está escrito ali.

O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH) - Vou passar ao Márley aqui, só com a informação de que já foi apreciado pelo Conselho essa mesma questão, mas vou passar para o

1093 Márley nos ajudar na condução. **O SR. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA**
1094 **(SRHU/MMA)** - São duas questões. Uma primeira: o art. 18 do nosso Regimento Interno diz
1095 que as reuniões serão gravadas e as atas deverão ser redigidas de forma a retratar as
1096 discussões relevantes e todas as decisões tomadas pelo Plenário e depois de aprovadas pelo
1097 Conselho, assinadas pelo Presidente e pelo Secretário Executivo. Parágrafo único: as
1098 gravações das reuniões serão mantidas até a aprovação da respectiva ata. Portanto o art. 18 em
1099 momento algum fala em resumo. Este procedimento de degravação é uma opção. O
1100 procedimento anterior era outra opção. Ambos estão de acordo com o Regimento Interno. O
1101 anexo 1, que trata dos resumos é um procedimento adicional adotado pela Secretaria
1102 Executiva. Volto a falar: a ata é a degravação, o anexo 1 é uma questão adicional que nós
1103 estabelecemos para facilitar a leitura dos conselheiros. Isso é uma questão muito importante
1104 que tem que ser registrada. Uma outra questão, aí eu queria informar ao Conselheiro Hugo,
1105 essa matéria já foi discutida no Plenário do Conselho no momento que o Conselheiro Hugo
1106 teve que se afastar do Conselho por um problema de saúde. O Conselheiro Hugo teve uma
1107 ausência por cerca de uns 4 meses, não me lembro ao certo, inclusive se afastou da CTIL onde
1108 tem uma atuação muito forte, muito importante, então naquele período, Carlos Hugo, que
1109 você se afastou, essa questão foi definida aqui no âmbito do Conselho e essa definição trouxe
1110 uma série de conseqüências, dentre elas a elaboração de um processo licitatório. Nós não
1111 fazíamos um processo licitatório, ainda mais que uma coisa nova, de uma noite para o dia.
1112 Então a partir do momento que houve esse encaminhamento, nós tivemos que fazer uma
1113 mobilização interna, conseguimos a aprovação na Secretaria Executiva do Ministério de verba
1114 específica para esse tipo de trabalho e fizemos inclusive uma concertação com o CONAMA.
1115 Então a partir desse momento nós passamos a ter uma licitação única para o CONAMA e para
1116 o CNRH. Então eu queria apresentar essas justificativas e solicitar o entendimento do
1117 Conselheiro Hugo de que é um processo que já foi discutido, já foi formalizado, nós teríamos
1118 um certo prejuízo de uma possível retomada da sistemática anterior. **O SR. SILVANO**
1119 **SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** - OK. Eu também queria
1120 colocar essa discussão para o Plenário, talvez não abrindo a palavra e gastando um tempo
1121 grande, mas submeter ainda a algum Conselheiro que eventualmente queira se manifestar a
1122 esse respeito, portanto abro essa discussão para o Plenário também para que nós não tomemos
1123 essa decisão apenas por parte da Mesa Condutora aqui dos trabalhos. Algum Conselheiro se
1124 inscreve? Eu queria então pedir ao Conselheiro Hugo, no qual as explicações dadas para o
1125 Márley, vamos tentar resgatar aqui a deliberação, essa discussão no próprio Conselho e ver se
1126 na próxima reunião do Conselho, Conselheiro, se nós podem os trazer aqui as informações,
1127 porque se já foi apreciado, não cabe aqui nós ficarmos a apreciando várias vezes, ver se nós
1128 conseguimos inclusive localizar essa decisão, porque eu não estava aqui na condução, mas o
1129 Márley está dizendo que já teve decisão do Conselho a esse respeito, pedir a sua compreensão
1130 para nós colocarmos para a próxima reunião do Conselho, tentar resgatar essa discussão. Caso
1131 de fato ela já tenha ocorrido, peço aqui a sua compreensão que nós possamos, na próxima
1132 reunião do Conselho passar a apreciar essa discussão com um pouco mais de informação. Não
1133 sei se o Conselheiro está de acordo com esse nosso encaminhamento? **O SR. CARLOS**
1134 **HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** - Eu já adiantei a minha posição aqui.
1135 Eu acho que essa matéria deveria ser submetida aqui à reunião, à votação, por todos os
1136 motivos que eu coloquei. Essa discussão pode ser eventualmente feita. Eu só aponto que o
1137 que nós estamos aprovando não é uma ata, uma degravação não é uma ata. Apesar da
1138 interpretação dada pelo Márley, o que o Regimento Interno exige é assim, um resumo.
1139 Quando ele fala de principais discussões e deliberações, não são todas, mas eu entendo que o
1140 processo de degravação pode até ser importante, pode ser um apoio, como o faz CONAMA.
1141 No CONAMA eu também tenho essa posição. Uma vez eu consegui convencer o CONAMA
1142 de que é anti-democrático você fazer uma degravação, porque você restringe o acesso à
1143 informação e às deliberações do Conselho e o CONAMA realmente entendeu que era assim e
1144 depois houve uma modificação e eles retornaram ao atual sistema e eu continuo com essa

1145 minha posição. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do**
1146 **CNRH)** - OK, Conselheiro Carlos Hugo. Eu queria... O Conselheiro não abre mão de nós
1147 fazermos essa discussão na próxima reunião, é isso, Conselheiro? Façamos aqui então a
1148 discussão desse tema, é isso? Então eu queria também ouvir outros conselheiros a esse
1149 respeito, porque senão nós vamos começar aqui o processo. Queria talvez consultar ao
1150 Plenário também para além do Conselheiro Carlos Hugo, de alguém que tenha uma posição
1151 divergente da dele, senão vou colocar em votação no Plenário. **A SRª. ROSA MARIA**
1152 **OLIVEIRA MACHADO MANCINE (CERH/SP)** - Eu só quero concordar com o Márley,
1153 que realmente essa discussão já veio ao Plenário várias vezes e acho que hoje nós podemos
1154 aprovar essa degravação ou ata e na próxima reunião se traz os esclarecimentos adequados. O
1155 que está se discutindo é que teve uma fase que tinha a degravação e uma ata executiva. Se for
1156 o caso, se chegar à conclusão, pode ser introduzida a ata executiva, mas eu acho que eu vou
1157 defender a degravação, porque com a ata executiva sempre havia uma pessoa que levantava e
1158 falava: "Não foi isso que eu disse". Agora a degravação é literal, então serve como memória
1159 efetiva dos trabalhos do Conselho. Eu já defendo, particularmente, a manutenção da
1160 degravação, mas eu acho que na próxima reunião pode ser discutido isso com a memória da
1161 última. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** - Eu
1162 coloco em discussão, não a decisão em si, mas se nós discutimos isso nesta reunião ou na
1163 próxima reunião do Conselho. Eu vou colocar em votação. Portanto tem uma posição do
1164 Conselheiro Carlos Hugo, de que nós façamos a discussão aqui, da Conselheira Rosa
1165 Mancine, que nós discutamos isso na próxima reunião do Conselho, trazendo obviamente as
1166 outras informações para o Plenário ter mais informações para deliberar, até para não criar uma
1167 discussão rápida e eventualmente não atropelar também. Queria colocar então em votação
1168 duas propostas: uma de nós fazermos a discussão aqui na reunião do Conselho de hoje a esse
1169 respeito e a outra que seria de nós passarmos para a próxima reunião essa discussão sobre a
1170 ata especificamente, para uma próxima reunião do Conselho. A proposta 1, portanto, é votar e
1171 aprofundar essa discussão no dia de hoje e a proposta 2 é nós discutirmos na próxima reunião
1172 do Conselho. Portanto a proposta 1 é votar hoje e a proposta 2 é votar na próxima reunião do
1173 Conselho. Aqueles que são favoráveis de votar hoje essa discussão, por favor, se manifestem
1174 levantando o crachá. Um voto. Obrigado. Os contrários, por favor, se manifestem levantando
1175 o crachá, entendendo que essa votação é a proposta número 2. As abstenções, por favor,
1176 levantem em o crachá. Então vamos fazer esse aprofundamento na próxima reunião. Nós
1177 temos mais elementos para discutir. Obrigado. Eu queria, portanto sugerir a votação. **O SR.**
1178 **CLÁUDIO RAMOS FLORIANI JUNIOR (Prestadores)** - Eu acho que é uma questão
1179 importante que ficou uma dúvida aqui... Acho importante que se peça a Assessoria Jurídica do
1180 Ministério um parecer para que nós possamos discutir não em cima de interpretação do Hugo
1181 ou do Márley. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do**
1182 **CNRH)** - Não tem problema. Nós fazemos isso aí e coloca no próximo ponto de pauta,
1183 entendendo que isso é uma questão importante, mas não essencial. Nós colocamos essa
1184 discussão no próximo ponto de pauta. Eu queria colocar em votação a aprovação da ata, da
1185 forma que está: a ata com a degravação e o anexo 1, que é o resumo. Portanto aqueles que são
1186 favoráveis à aprovação da ata, por favor se manifestem levantando o crachá. Podem baixar.
1187 Os que são contrários à aprovação da ata, por favor, se manifestem levantando o crachá.
1188 Temos 3 votos. Quem se abstém, por favor, se manifeste levantando o crachá. 3 abstenções.
1189 Está aprovada a ata. Eu passo para o ponto 2.1, que é a deliberação sobre a Proposta de
1190 Resolução objeto de pedido de vista, que institui o Cadastro de Organizações Cíveis de
1191 Recursos Hídricos - CORI, com o objetivo de manter em banco de dados registro das
1192 organizações cíveis de recursos hídricos para fim de representação no Conselho Nacional de
1193 Recursos Hídricos - CNRH, encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e
1194 Institucionais. Convido o Conselheiro João Clímaco, que foi o autor do pedido de vista, para
1195 apresentar seu parecer no prazo de 10 minutos. Por favor, João Clímaco.

1196 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONGs)** - Primeiramente, bom dia a
1197 todos. É um prazer revê-los depois desse interregno de tempo. Espero que tenham tido boas
1198 festas e nós vamos começar agora o ano mesmo, nessa primeira Plenária. É um prazer revê-
1199 los todos, meus companheiros conselheiros e primeiramente eu quero saudar o novo
1200 Secretário de Recursos Hídricos, manifestando a nossa esperança de que seu mandato seja
1201 profícuo, exitoso e dizer para o senhor que toda vez que entra um secretário novo, aliás, tem
1202 sido muito constante isso aqui nesse Conselho, nós sempre utilizamos a máxima de que todo
1203 mundo é santo e belo e inocente até provar o contrário. Infelizmente nós não estamos tendo
1204 essa experiência em uma linha de que o santo, o belo, o competente, o soberano se mantenha
1205 nessa linha. Quem sabe com o senhor nós vamos ter um Secretário que recupere a soberania
1206 desse Conselho e tenha um êxito no seu trabalho. Todos os meus companheiros sabem que a
1207 nossa representação das organizações civis tem se pautando historicamente para consolidar os
1208 valores do princípio da participação social, da descentralização e da gestão integrada,
1209 contemplando não só as instituições, mas a inclusão social, como toda política pública que se
1210 expressa e que é a base da governança desse país hoje. Infelizmente nós não temos tido essa
1211 sensação de que esses valores estejam sendo entendidos e postos em prática aqui no Conselho,
1212 haja vista, desde o ano de 2006, logo após a nossa primeira chegada aqui nesse Conselho, se
1213 implementou, pelo menos que nós temos conhecimento, o discurso de que é preciso ter
1214 cadastro, é preciso melhorar a representação da sociedade civil, o sistema de eleição para
1215 esses membros. Nós nunca nos posicionamos contrários a isso. Ao contrário, queremos que se
1216 aperfeiçoe o sistema das organizações sociais. Então eu queria manifestar que nessa linha que
1217 nós fizemos o nosso pedido de vistas, haja vista nós entendermos que questões de princípios
1218 têm sido muito mais nosso trabalho aqui, do que até questões operacionais de implementação
1219 da política, por isso que nós falamos muito enfaticamente que se nós não conseguimos afirmar
1220 os princípios da política, não vamos conseguir implantar o sistema, o sistema de gestão. Os
1221 princípios da política estão acima da gestão. Eu estou procurando e acho que deixei com a
1222 outra Conselheira Tereza o meu documento que eu queria colocar em pauta, colocar ali
1223 naquele quadro ali. Mas me surpreendi já de imediato com uma correspondência do senhor
1224 Vicente, representante do segmento hidroviário, fazendo uma justificativa de porque não está
1225 aqui agora. Eu vou ler essa justificativa dele, dando já a entender que dentro desse Conselho
1226 nós temos uma relação boa com todos os segmentos e ela dá idéia mais ou menos do que nós
1227 entendemos como um segmento que é importantíssimo e que está imbuído de também
1228 construir a convergência e a legitimação dos princípios da política. Então o senhor Marcos
1229 Machado Soares mandou um *e-mail* para a Secretaria manifestando que não poderia participar
1230 aqui hoje e pediu para que fosse dado ciência, que acusou o recebimento do material
1231 destinado à reunião de referência, a qual está marcada para o próximo dia 23, a partir das 9
1232 horas. Em razão de compromissos profissionais que exigem minha presença no Tribunal de
1233 Justiça do Rio, como advogado que sou, estou impossibilitado de comparecer a essa reunião,
1234 motivo pelo qual já aproveito para solicitar à CNT – Confederação Nacional dos Transportes,
1235 que receba essa mensagem por cópia para que solicite ao Conselheiro Suplente para estar
1236 presente e apresentar a manifestação do setor. Entretanto, ao analisar o material recebido,
1237 pude constatar as manifestações do Conselheiro João Clímaco Soares de Mendonça a respeito
1238 da instituição do Cadastro de Organizações Civis e devo observar que quanto a isto, minha
1239 opinião contrária a exclusão de quaisquer agentes que tenham interesse em contribuir para o
1240 debate e a construção de atos que visem estabelecer a correta utilização dos meios hídricos
1241 brasileiros. A participação, quanto maior e mais diversificada, sempre dá oportunidade ao
1242 conhecimento de peculiaridades regionais que muitas das vezes são ignoradas pelos
1243 doutrinadores e legisladores desse imenso território brasileiro. Os atos normativos devem
1244 construir um ambiente harmônico e sustentável, objetivo que somente será alcançado com a
1245 mais ampla participação de todos agentes interessados. Ante o acima exposto, mais uma vez
1246 peço desculpas por minha ausência, porém coloco meu inteiro dispor para que ao se apresente
1247 e aproveito o ensejo para dispor para o que se apresentar e aproveito o ensejo para expressar o

1248 meu protesto de estima e consideração. Isso aqui é uma solicitação do segmento dos
1249 hidroviários. Agora, eu queria entrar diretamente, pedir a Raquel ou pessoal ali, para colocar o
1250 nosso parecer. Eu acho melhor eu ler e explicar do que ficar aqui divagando sobre coisas que
1251 nós podemos demorar menos tempo. Eu vou fazer o possível para dar ciência à qualidade do
1252 nosso trabalho. Então eu faço... Esse é o nosso posicionamento com o seguinte conteúdo: esse
1253 material que passou é a Proposta de Resolução do Cadastro que todo mundo conhece, que foi
1254 objeto de discussão na última Resolução, a Resolução do cadastro. Dos motivos de pedido de
1255 vista. Nosso pedido de vista portanto não foi contra a instituição do Cadastro em si mas sim
1256 com proposta de contribuir com o aperfeiçoamento da Proposta de Resolução apresentada,
1257 conformando os objetivos do cadastro com o disposto na legislação brasileira, na Constituição
1258 Federal, bem como os normativos estabelecidos em lei para o Sistema Nacional de
1259 Gerenciamento de Recursos Hídricos no que se refere à questão da participação da sociedade
1260 civil nos colegiados de gestão de recursos hídricos, permitindo que ele não seja mais um fator
1261 restritivo à participação social. Tentaremos mostrar aos meus pares conselheiros de forma
1262 clara e inequívoca o nosso fundamento em alertar para o desvirtuamento do papel dos agentes
1263 públicos nessa Câmara CTIL, tanto mais como forma de agregar valor e soluções às
1264 preocupações por parte dos nossos pares quanto ao entendimento de mecanismos que
1265 possibilitem a operação de fundamentos basilares da lei que instituiu a Política de Recursos
1266 Hídricos, em especial o título I, Capítulo I, Art. 1º, inciso 6º por parte dos agentes públicos. O
1267 inciso 6º fala: a gestão de recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a
1268 participação do poder público, dos usuários e da comunidade. Além dos demais dispositivos
1269 institutos constitucionais que acrescentam paradigmas fundamentais para uma nova
1270 construção de Estado e sociedade, sobretudo a partir da Constituição de 1988. Bem, então eu
1271 vou diretamente ao fato que nos levou a pedir vista. Manifestar o nosso desacordo
1272 fundamentado sobre a proposta de Resolução acima, em especial no seu art. 2º que assim se
1273 expressa: Para fins de habilitação para cadastramento, estão sujeitos ao cadastro observando o
1274 disposto no art. 48 e o art. 5º da Resolução 100. O art. 5º da Resolução 100 fala muito claro:
1275 para fins de representação no âmbito do CNRH, são reconhecidas como organizações civis de
1276 recursos hídricos entidades sem fins lucrativos e cujos objetivos sociais previstos nos seus
1277 estatutos constem, ao menos, uma das seguintes atividades ou atribuição: a representação no
1278 seguimento da organização civil dar-se-á por meio de instituições nacional ou regional. Esse é
1279 um parágrafo que foi colocado na Resolução 100. Bem, sobre o nosso entendimento, ou seja,
1280 não poderá inscrever-se no cadastro de organizações civis para efeitos de exercer o livre e
1281 sagrado direito constitucional de se fazer representar ou ser representado no Conselho
1282 entidades que não sejam de inspeção nacional ou regional. Praticamente explícita em dois
1283 normativos gerados pelo CNRH uma intenção de exclusão por motivo de tamanho e área de
1284 atuação da entidade. Para efeito dessa Resolução, haveria a necessidade de, portanto, se
1285 definir o que significa expressão regional ou expressão nacional. No caso em tela, a presente
1286 Proposta de Resolução tal qual a Resolução 100 adentrou-se por um caminho de atribuir
1287 competência a um colegiado além dos seus limites, haja vista querer estabelecer mais um
1288 critério para a participação das organizações civis em uma política pública, tendo como
1289 exigência o tamanho da organização em sua área de abrangência. Ora, na Lei Federal nº
1290 9.433, 1997 existe referência em relação à natureza da atuação das entidades que ocuparão
1291 acento no CNRH, que devem ser entidades civis e de recursos hídricos, isto é, devem atuar em
1292 defesa e conservação do meio ambiente, em especial a água, mas não há nenhuma referência
1293 com relação ao âmbito espacial de atuação, mas para compor os comitês de bacias, a entidade
1294 deve apresentar atuação comprovada na respectiva bacia. Isso está na lei. Então o Conselho
1295 Nacional de Recursos Hídricos é composto por representantes e tal. Os comitês de bacias
1296 hidrográficas são compostos, estão falando aqui. Aí nós temos um... Entidades de ação
1297 comprovada na bacia. São necessidades que tem que ser contempladas. Ou melhor, para
1298 compor os comitês é preciso ter atuação local, mas para atuar perante o CNRH não há
1299 qualquer restritivo legal. Está bem claro na lei isso. Para eu um órgão administrativo

1300 colegiado como o CNRH, integrante da Administração Pública Federal possa ditar
1301 regulamento, resolução, esse deve estar em estrita sintonia com o que dispõe as normas
1302 constitucionais e a legislação brasileira vigente, conforme o que preceitua o princípio jurídico
1303 da legalidade em certo, no art. 37 da Constituição Federal. Também não há na Constituição
1304 Federal de 88, no Código Civil, qualquer autorização para qualquer autorização para que se
1305 diferencie entidades civis de atuação local, regional ou nacional. A presente Proposta de
1306 Resolução agride a natureza da Lei. Na Constituição prevalece o princípio da igualdade.
1307 Princípio de igualdade, direito constitucional trata do princípio de isonomia. Todos são iguais
1308 perante a lei. No Código Civil as entidades da sociedade civil são organizadas sem fins
1309 lucrativos, são distintas entre fundações e associações sem se fazer qualquer moção à
1310 distinção com relação ao âmbito de atuação, portanto não há autorização constitucional
1311 legítima para que uma nova deliberação do Conselho, seja através de regulamentação ou de
1312 artigo de Resolução ou essa aprovada, objeto do parecer apresentado que mostra o empecilho
1313 das entidades da sociedade civil de ocuparem acento no seu Plenário. Assim sendo, qualquer
1314 proposta em tramitação nesse sentido carece de fundamento jurídico, mesmo porque restringe
1315 indevidamente o princípio da participação prevista no art. 6º da Lei 9433. Assim, no caso em
1316 análise, a proposta como essa que está sendo objeto de discussão, ela atinge o objetivo de
1317 restringir direitos fundamentais consagrados em atos constitucionais na Constituição. Isso
1318 posto, caso venha a ser formalizada e aprovada mais essa proposta pelo CNRH no sentido de
1319 restringir o acesso às funções públicas de representantes da sociedade civil apenas às
1320 entidades com atuação nacional, essa deliberação poderá levar novamente o CNRH a ser
1321 questionado judicialmente, abalando lamentavelmente a credibilidade jurídica das decisões do
1322 Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos. Então, companheiros, a nossa função no
1323 Conselho enquanto representante desse segmento, não poderíamos de maneira nenhuma ficar
1324 omissos, até porque democraticamente a nossa posição foi sempre de tentar estabelecer o
1325 contraditório a essas argumentações que foram colocadas. Em nenhum momento até hoje nós
1326 tivemos, por parte da Câmara Técnica, uma fundamentação, uma explicação que contra-possa
1327 esses artigos explícitos que são colocados como argumentação nossa. Isto posto, entendemos
1328 que a CTIL e todo esse processo que está levando anos tem levado a uma insegurança jurídica
1329 de maneira geral no país no que diz respeito ao segmento da sociedade civil, as organizações
1330 civis. Por exemplo, agora mesmo na semana passada o Conselho Estadual de Recursos
1331 Hídricos do Mato Grosso do Sul aprovou uma moção condenando e rejeitando, uma moção ao
1332 Conselho Nacional rejeitando essa proposta. Quer dizer, nós temos aqui o companheiro do
1333 Comitê do Ceará, que está o Comitê discutindo e vai fazer uma moção ao Conselho rejeitando
1334 essa proposta, sem contar com essa visão que está sendo explicitada por vários companheiros,
1335 inclusive do setor hidroviário. Isto posto, achamos que há ainda uma contaminação, que é
1336 uma palavra pouco apropriada, mas é verdade, de uma visão muito pequena de qual o papel
1337 da sociedade civil no trabalho que nós estamos querendo fazer, até porque nós estamos ainda
1338 enfrentando essa visão decorrente de práticas anteriores ao nosso mandato que previa e
1339 estimulava o tempo todo esse tipo de proposta. Vale dizer que se esse tipo de proposta vingar
1340 e teoricamente fosse posta em prática, nós esperamos por compreensão dos conselheiros que
1341 isso seja revisto, apenas no máximo 20 entidades poderiam participar da discussão do
1342 processo eleitoral aqui no Conselho. Então nossa representação que é composta por
1343 associações civis que estão em mais de 50 comitês nesse país, temos parceiros que participam
1344 do processo eleitoral aqui, eles teriam que ser excluídos, porque não poderiam se inscrever no
1345 cadastro por não serem de expressão nacional. Ribeirinhos, associação comunitária que estão
1346 atuando na política nos comitês. O argumento de que se fala de que esse sistema tem que ser
1347 entidade local para comitê, entidade regional, entidade maior vai passar para Conselho ou
1348 entidade tem que ser nacional para estar aqui. Não tem base legal dentro do princípio
1349 constitucional da isonomia. Isto posto, senhor Secretário, eu penso que há uma conduta
1350 inadequada do Conselho. Isso compromete o Conselho. No final desse nosso parecer, a qual a
1351 sua ansiedade me contamina também e me leva a ter que apressar, no final do nosso parecer,

eu estou propondo que a CTIL retome essa discussão. Eu estou lhe entregando o documento do companheiro do setor hidroviário e estou também já lhe mostrando que já existe uma ação judicial no Mato Grosso do Sul de uma entidade que se sentiu prejudicada por essa discussão e já tem ação no Rio Grande do Sul, Mato Grosso e agora São Luis do Maranhão. Gente, eu acho que nós não precisamos colocar o Conselho nessa discussão, nesse nível de debate, de exclusão e inclusão. Eu tenho certeza que as pessoas lúcidas desse Conselho vão entender que só a negociação, o debate poderá levar a uma convergência. Alguma coisa também, fechando, Secretário, eu tive discutindo até com o setor... **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Ejecutivo do CNRH)** - Eu queria te pedir a compreensão, porque nós já estamos em 20 minutos. **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONGs)** - Mas eu tive uma paciência imensa ao acompanhar a apresentação do companheiro do PNRH, com o respeito que eu tenho muito a ele e todos mais e peço a paciência também para a nossa questão que é séria, que para nós é muito séria. Ou exclui centenas de entidades no país de participar desse Conselho ou então nós vamos viver em um falseamento da política. Nesse sentido, eu estive vivendo alguns posicionamentos no Conselho e até acho que essa discussão para a sociedade civil diz respeito até ao usuário. Eu, em tese, sou contra que somente entidades sindicais possam representar o setor de usuário ou o setor econômico, mas tenho que admitir que não posso ficar perdendo meu tempo querendo ajudar, legislar a questão da organização do setor usuário, porque eu já tenho muita coisa para fazer no nosso segmento. Então não acho que é justo que eu vá brigar para que o setor sindical, só Federação ou não possa participar da representação, porque o país tem, além de federações sindicais, tem vários tipos de organização de empresários, setor econômico que não é só sindicato, mas aí a Resolução também diz: só entidades sindicais nacionais podem participar disso. Em tese eu sou contra, mas eu estou dando a oportunidade ao setor empresarial de deixar de estar defendendo esse tipo de exclusão do nosso segmento, até porque em tese, legalmente, eles estão sendo vítima, podem estar sendo vítima. Não é questão nossa, porque nós vamos questionar o total, já que nós vamos tirar das locais, vamos tirar também o privilégio do segmento... Só entidade sindical representar o segmento da coisa. Então eu estou pedindo aos companheiros para entender a seriedade disso aí. Há mais de um ano estamos vendo isso. Há motivos não explícitos para esse tipo de discussão que já deveria ter sido superada, há intenções que nós vemos como processos menores que estão colocando em risco a nossa idéia de construção de uma política realmente participativa, integrada e dentro do debate saudável e não nessa história de se eu não gosto de você, eu vou excluir você. Isso não se faz em política, até porque se tivesse algum fundamento legal que fosse me apresentado durante todo esse processo, ninguém contestou esses argumentos. Posteriormente, Secretário, eu queria dar a palavra ao meu companheiro do Comitê do rio Banabuiú, que estão lá muito preocupados com isso, porque se essa moda pega, nós vamos terminar acabando com tudo que nós construímos em 10 anos de política pública de recursos hídricos. Muito obrigado. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Ejecutivo do CNRH)** - Obrigado. Eu queria então colocar em discussão o assunto, a Resolução, lembrando que o Conselheiro João Clímaco apresentou o relatório do pedido de vista aqui sendo contrário à Resolução que institui o cadastro. **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONGs)** - Eu não disse que sou contra a instituição do cadastro. Contra os critérios que estão colocados na Resolução. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Ejecutivo do CNRH)** - Os critérios que constam dela e, portanto, pedindo que a CTIL revise. **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONGs)** - Tanto revise essa como a que deu origem a essa, que é a Resolução 100. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Ejecutivo do CNRH)** - Perfeito. Mas eu queria essa posição do Conselheiro João Clímaco, eu queria colocar em discussão, lembrando que nós temos uma Resolução apresentada ao Plenário e que, portanto afora a posição do Conselheiro João Clímaco e depois de apresentados todos os argumentos, eu queria colocar este assunto em discussão no Plenário para que nós possamos evoluir na análise dessa Resolução. Por favor, o Conselheiro Carlos Hugo está inscrito. Eu

1404 queria pedir que na fala do Conselheiro Carlos Hugo nós façamos as inscrições para logo a
1405 seguir passar à análise da Resolução em si. **O SR .CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO**
1406 **(Ministério da Justiça)** - Eu li o parecer do Conselheiro João Clímaco com relação à vista
1407 dessa Resolução especificamente e não encontrei nenhum argumento novo. O que eu entendi
1408 é que na verdade ele não tem uma posição contrária, como ele mesmo disse, com o
1409 estabelecimento do cadastro com essa Resolução específica, mas ele tem um problema com o
1410 art. 5º da Resolução nº 100 e a Resolução nº 100 foi aprovada pelo Conselho, foi analisada
1411 pela Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente, além de ter passado pela própria
1412 Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais aqui do meio ambiente e ela é uma
1413 legislação que está em vigor. Parece que há uma ação judicial contra essa ação e isso foge ao
1414 controle do Conselho. Quem vai decidir isso é eventualmente o Poder Judiciário. Essa
1415 Resolução, a nº 100, que já foi aprovada pelo Conselho foi amplamente discutida com todos
1416 os setores, inclusive com o setor de organizações civis, que sempre se mostrou preocupado
1417 com essa questão e a argumentação jurídica, digamos assim, a fundamentação jurídica que dá
1418 respaldo ao art. 5º e a outros artigos da Resolução nº 100 é a atribuição ao Conselho Nacional
1419 de Recursos Hídricos de estabelecer diretrizes adicionais para o funcionamento do Sistema
1420 Nacional de Recursos Hídricos e naquela ocasião o Conselho decidiu que uma diretriz
1421 adicional seria a qualificação das entidades e das organizações civis de recursos hídricos. Eu
1422 acho que esse é um ponto que não deve ser retornado à discussão, que o Conselho já decidiu
1423 isso por meio de uma Resolução que está publicada. Com relação a esta Resolução
1424 especificamente de cadastro, que obviamente faz referência à 100, eu não consegui ver
1425 nenhuma indicação por parte do Conselheiro João Clímaco de que ela apresente algum
1426 problema que justifique o retorno à Câmara Técnica de origem. Então a minha sugestão é de
1427 que essa Resolução não retorne à CTIL, mas que ela seja discutida e votada aqui nessa
1428 reunião. **A SRª PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (Indústrias)** - Bom dia a todos.
1429 Bem vindo, Secretário, nova função. Sucesso. Eu só queria complementar a fala aqui do nosso
1430 Conselheiro Hugo, que realmente o parecer não tem relação causal com a proposta que está
1431 em discussão. Refere-se a um tema que já foi aprovado numa outra Resolução do Conselho.
1432 Quer dizer, não é o cadastro que dá essa indicação. O cadastro é fruto da Resolução que já foi
1433 aprovada, que já é regra nesse Conselho e nesse sentido eu só queria deixar uma mensagem
1434 assim, de alívio, porque ninguém fez exclusão de absolutamente nada. Há uma democracia.
1435 Ela pressupõe representatividade, porque uma democracia não pode ser no foro dele um for
1436 exclusivo, que tire a representatividade em nome de uma questão menor. E aí a exemplo da
1437 indústria, por exemplo, não tem nenhuma indústria, enquanto empresa, com assento no
1438 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, porque tem as suas representações, que são as
1439 federações. Essas federações são formadas por sindicatos, os sindicatos, que são a base de
1440 tudo, são inscrições de empresas e porque não? Porque um ponto que todos nós às vezes
1441 esquecemos: o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos é diferente do
1442 Sistema Nacional de Meio Ambiente, porque ele tem os comitês de bacias hidrográficas. As
1443 empresas estão nos comitês de bacias hidrográficas, porque é lá que elas se relacionam com a
1444 questão da água, naquele fórum. Ela aqui teria dificuldade de representar toda a indústria
1445 brasileira. Ela teria dificuldade de fazer o que a CNI hoje faz, que nós chamamos de rede de
1446 recursos hídricos. Nós formamos uma rede e tudo das indústrias dos comitês vêm para a nossa
1447 representação nacional e vice-versa. Tudo que é discutido aqui, nós discutimos em rede até
1448 chegar na base. Uma indústria específica teria dificuldade de fazer esse acompanhamento. Ela
1449 não teria pessoas, ela não teria essa dedicação. Por isso que tem que ser Federação, por isso
1450 que tem que ser confederação. Então não há exclusão. Em absoluto não há exclusão de nada.
1451 O que há são representações. Locais dentro do sistema, nos comitês de bacias hidrográficas.
1452 Estaduais no Conselho Estadual e nos comitês de bacias de âmbito nacional e federal,
1453 nacional no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. É isso. Obrigada. **O SR. OSVALDO**
1454 **ANDRADE (Comitê rio do Banabui)** - Sou do Comitê da Sub-Bacia do Banabuiu e
1455 dirigente de uma ONGS que faz reflorestamento em microbacias. Eu queria realmente apelar

1456 para o bom senso, porque a dinâmica da representação da sociedade civil é algo difuso,
1457 totalmente diferente de uma representação de classe ou corporativa. Essa representação se dá
1458 muito por uma lógica de uma microfísica de poder, pela representação que o indivíduo tem na
1459 sociedade e o papel que o indivíduo tem na sociedade. Então isso está muito vinculado à
1460 representação da sociedade civil. O papel que o indivíduo desempenha. Então, quando você,
1461 na Resolução 100, que é o que está dando origem a essa casca de banana, que na realidade
1462 isso está gerando uma casca de banana para o Conselho, uma cortina de fumaça que vai
1463 inclusive dificultar o foco para as discussões dos temas que realmente interessa para o
1464 sistema, os desafios que estão aí à frente, de mudanças climáticas, de gestão integrada, o
1465 próprio reflorestamento, de nós sairmos dessa coisa de estar bem na fotografia, como o
1466 próprio Ministro Minc falou aqui na sua saudação de despedida, que muitas vezes nós está
1467 com a legislação, a coisa resolvida no papel e lá na base, lá na escala 1 para 1, essa coisa está
1468 totalmente mal resolvida. Então essa sensibilidade nós precisamos ter, de reconhecer que a
1469 sociedade civil, a representação da sociedade civil, quando se atribui a ela um caráter nacional
1470 ou regional, você está restringindo esse papel do indivíduo, que muitas vezes várias
1471 organizações da sociedade civil que têm atuação local ou naquela bacia pode ter para o
1472 sistema. Eu queria realmente que essa Resolução, porque nós não estamos em de acordo com
1473 o cadastro em si que está colocado, porque o cadastro inclusive não vai citar nenhum tipo de
1474 representação da sociedade civil pelo seu caráter nacional e a Resolução em si não faz essa
1475 distinção. Na página 4, se a organização puder localizar aí, fala: organizações não-
1476 governamentais com objetivo de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade. É isso
1477 e ponto. Agora, quando você remete uma Resolução anterior que foi aprovada aqui por esse
1478 Conselho, colocando esse caráter de representatividade nacional ou regional, você cria outra
1479 lógica, você cria realmente um processo de questionamento, de divisão, de cerceamento da
1480 representação e é isso que nós estamos questionando, a possibilidade de, por exemplo, um
1481 representante de um estado que tem uma atuação efetiva, porque qual é o nosso parâmetro que
1482 nós vamos realmente, inclusive nas reavaliações do Plano Nacional, verificar se nós estamos
1483 conseguindo avançar ou não? É a recomposição das micro bacias e muitas vezes nós temos
1484 várias organizações pequenas atuando ali e que estariam, porque não têm uma representação
1485 nacional, porque não estão dentro de um sistema de representação, de construção de
1486 representações, que isso é próprio de corporações, de indústrias, que é uma outra lógica, isso é
1487 que realmente está causando essa dificuldade e eu espero que os conselheiros atinem para essa
1488 casca de banana que está jogada aqui dentro. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA**
1489 **(Secretario Executivo do CNRH)** - Eu vou submeter então à análise do Plenário. Há o
1490 pedido de vista e, portanto, submeter à discussão e aprovação do Conselheiro João Clímaco
1491 de retornar à CTIL a Proposta de Resolução em função de todos os argumentos aqui
1492 apresentados. Então, por favor, os conselheiros que votem por considerar o relatório do
1493 Conselheiro João Clímaco ao pedido de vista que retorna à CTIL para re-análise da questão,
1494 por favor, se manifestem, os que estiverem favoráveis ao retorno da Resolução para a CTIL
1495 para reconsideração a partir dos argumentos apresentados pelo Conselheiro João Clímaco, por
1496 favor, se manifestem levantando o crachá. 4 votos. Deixa-me colocar novamente em
1497 discussão. Por favor, eu queria colocar em votação a aceitação do relatório do Conselheiro
1498 João Clímaco, que retorna para a CTIL a Resolução para reconsideração por todos os
1499 argumentos aqui apresentados por ele. Foi apresentado, é legítima a posição e que eles
1500 querem que retornem à CTIL. Então eu estou colocando em votação o relatório do
1501 Conselheiro João Clímaco que pede o retorno à CTIL da Resolução para re-análise com base
1502 nos argumentos aqui apresentados. Aqueles que são favoráveis ao relatório do Conselheiro
1503 João Clímaco remetendo a CTIL, por favor, se manifestem levantando o crachá. 9 votos. Os
1504 contrários, por favor, se manifestem levantando o crachá. Não sei se precisa contar. Está
1505 rejeitada a proposta, João Clímaco, então nós passamos... Por favor, as abstenções. 3
1506 abstenções. Eu não contei os votos favoráveis, mas foi uma quantidade superior de votos. 9
1507 favoráveis ao retorno à CTIL e 18 contrários ao retorno à CTIL, portanto nós vamos votar

1508 agora a Resolução, na sua íntegra, que estabelece, portanto, institui o Cadastro de
1509 Organizações civis de Recursos Hídricos, com o objetivo de manter em banco de dados
1510 registro das organizações civis de recursos hídricos para fins de representação no Conselho
1511 Nacional de Recursos Hídricos, encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e
1512 Institucionais. Então em votação a Resolução. Pois não? O Conselheiro Carlos Hugo está
1513 inscrito. Eu queria abrir as inscrições na fala do Conselheiro Carlos Hugo, que eu imaginei
1514 que estivesse devidamente aprofundado a discussão sobre essa Resolução, mas parece que
1515 tem pontos a serem abordados. **O SR. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério**
1516 **da Justiça)** - Só um esclarecimento. É que como foi retirado de pauta na última reunião, ela
1517 não foi exatamente discutida com relação ao mérito. É só uma alteração pequena, depois eu
1518 até queria que o Mário se pronunciasse para ver se eu estou correto no meu entendimento. O
1519 art. 2º diz que para fins de habilitação para representação no CNRH estão sujeitas a cadastro
1520 as seguintes organizações e daí tem 3 itens ali. Organizações técnicas, organizações não-
1521 governamentais e outras organizações. O que eu estou sugerindo é que nós reproduzamos os 3
1522 tipos de organizações civis que estão previstos no Decreto 4613, que seriam os comitês,
1523 consórcios e associações intermunicipais, além das OTEPs e das ONGs. E nós eliminássemos
1524 o último item, que é outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional de Recursos
1525 Hídricos, porque elas só poderão fazer parte do cadastro e daí nós teríamos que regulamentar
1526 elas de alguma forma, depois que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos reconhecesse
1527 essas outras organizações e de repente elas teriam que ter uma regulação específica de
1528 participação e de escolha da representação e etc. Estou sugerindo essa eliminação e
1529 acrescentar aqui: comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacia hidrográfica para
1530 ficar coerente com o que está disposto na Resolução 100 e também no Decreto 4613. Seria o
1531 inciso I, para ficar na mesma ordem do 4613, que seriam comitês, consórcios e associações
1532 intermunicipais de bacia hidrográfica. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA**
1533 **(Secretário Executivo do CNRH)** - Incluir esses outros itens no inciso I. **O SR. CARLOS**
1534 **HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** - É exatamente e é exatamente
1535 também como está na Resolução nº 100 e daí retirar o “outras organizações” e deixar para
1536 tratar desse assunto quando eventualmente o Conselho reconhecer outros tipos de
1537 organizações. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do**
1538 **CNRH)** - Só esclarecendo, o Márley é representante do Ministério do Meio Ambiente no
1539 Conselho. **O SR. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (SRHU/MMA)** - Na verdade
1540 eu queria resgatar a nossa reunião da CTIL em Uberlândia acontecida em novembro. Nós
1541 discutimos essa questão e a nossa conclusão lá seria pela não citação, não detalhamento
1542 citando comitês, consórcios e associações, por conta da questão que envolve os comitês. A
1543 natureza jurídica de comitê não é organização civil de recursos hídricos. Então nós não temos
1544 como submeter os comitês a esse tipo de cadastramento. Então nós fizemos essa discussão lá.
1545 Não sei se você está estava na reunião, então nós chegamos à conclusão de que o ideal era não
1546 citar, não fazer esse detalhamento por conta dos comitês. Essa inclusão com relação ao inciso
1547 V do art. 38 que foi reproduzido aqui no inciso III do art. 2º foi justamente para reproduzir o
1548 que está previsto na Lei. Outras organizações reconhecidas pelo CNRH é uma previsão
1549 contida no inciso V do art. 38. Então seria uma explicitação do que está lá na Lei. Então seria
1550 importante, Hugo, você relembrar essa discussão que nós fizemos e nós mantermos essa
1551 redação original. **O SR. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** -
1552 Me lembro dessa daí sim, mas analisando depois, tentando fazer compatibilização com a 100,
1553 eu acho que teria que deixar assim. Deixa eu te colocar qual é o problema: com relação às
1554 outras organizações reconhecidas, se eventualmente nós quisermos deixar porque está lá, não
1555 teria problema, mas nós não mencionamos esse tipo de organização na Resolução nº 100 e foi
1556 justamente pelo que eu coloquei aqui, para colocar em um outro momento. Acho que é
1557 realmente adequado nós não tratarmos desse assunto aqui assim, apesar de estar previsto na
1558 Lei, não há ainda nenhum outro tipo de organização reconhecido pelo Conselho Nacional de
1559 Recursos Hídricos. Com relação a comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias

1560 hidrográficas, a Resolução 100... Na verdade o cadastro diz que vai regular e cadastrar a
1561 totalidade das organizações civis de recursos hídricos. Apesar de não estar previsto em Lei,
1562 mas de estar previsto em Decreto, eu acho adequado que haja esse tipo de cadastramento,
1563 especialmente porque na Resolução nº 100, os consórcios, comitês e associações
1564 intermunicipais também vão ter que fazer o processo de habilitação e também preencher todos
1565 os formulários para concorrer a uma vaga no Conselho. Se nós deixarmos eles fora daqui, eles
1566 vão ter que fazer todo aquele processo de habilitação fora do cadastro. Eu acho que é mais
1567 adequado incluí-los aqui, porque eles já ficam pré-cadastrados e esse é o objetivo todo do
1568 cadastro. Esse foi o meu raciocínio, apesar de eu me recordar do que foi discutido lá em
1569 Uberlândia. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** -
1570 Eu vou então, na fala do Vicente, terminar as inscrições. **O SR. VICENTE ANDREU**
1571 **(MMA/ANA)** - Eu tive bastante contato com o tema na época que eu tinha o cargo de
1572 Secretário e nós nos deparamos é de que há necessidade de uma definição mais precisa das
1573 entidades que possam participar além daquilo que está constando na Lei, porque quando nós
1574 vamos para organizações técnicas, está claro, organizações não-governamentais. Agora, a
1575 sociedade comporta outro nível de entidades que teriam alguma dificuldade na classificação
1576 proposta no âmbito da lei. Então a minha defesa, em particular, eu não tenho clareza sobre o
1577 item I. Queria até depois ouvir melhor a Secretaria Executiva, mas é pelo retorno do item III,
1578 de outras organizações como está previsto, porque não é o Conselho que reconhece. É uma
1579 solicitação da entidade para que ela seja reconhecida pelo Conselho e venha ao Conselho para
1580 que o Conselho então reconheça ou não se aquela entidade, dada sua característica, pode
1581 participar no âmbito da representação do Conselho Nacional. Eu vou citar um exemplo
1582 concreto, que é a questão dos sindicatos de categoria profissional. Há uma dificuldade muito
1583 grande da classificação de sindicatos de categoria profissional no âmbito dessa definição e há
1584 vários, eu não sei quantos, mas posso afirmar pelo meu sindicato de origem, eu sou
1585 eletricitário da base do PCJ, que sempre o sindicato de categoria se envolveu na participação
1586 no comitê de bacias, buscando a sua representação. Então se nós não contemplar
1587 eventualmente entidades com essa natureza, que pleiteiem o seu reconhecimento pelo Conselho
1588 Nacional como está previsto na Lei, há dificuldade depois da sua classificação dentro da
1589 definição existente. Então a minha defesa é pelo retorno do item III, fazendo com que se
1590 defina mais claramente também como é o processo de reconhecimento, porque passado já
1591 vários anos, nenhuma entidade solicitou esse reconhecimento, mas que pudesse depois haver
1592 um detalhamento no Regimento, como esse reconhecimento no âmbito do Conselho se dará,
1593 mas que obviamente parte de uma solicitação da entidade para que o Conselho a reconheça e
1594 esse Plenário, analisando as condições, vai dizer “sim” ou “não” para essa entidade para fins
1595 de representação no Conselho Nacional. Acho que isso amplia, favorece a democracia, não
1596 cria nenhuma contradição em relação à representação das demais entidades e permite que nós,
1597 de forma soberana, decidamos sobre a participação e inclusão dessas entidades. **O SR.**
1598 **SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** - Nós temos
1599 inscritos o Conselheiro João Clímaco, Conselheira Tereza e o Carlão, que foram as únicas
1600 inscrições. Nós encerramos na fala do Carlão e vamos passar ao encaminhamento do Plenário.
1601 **A SRª. THERESA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (ONGS)** - Bom dia a
1602 todos. Sou Conselheira e represento o seguimento das organizações não-governamentais. Na
1603 verdade, o que nós estamos colocando aqui merece uma análise mais profunda, aonde nós
1604 viemos até prestar um depoimento. Eu fui Conselheira, no primeiro mandato eu era suplente
1605 do Conselheiro João Clímaco. No segundo mandato galguei *status*. Hoje em dia eu sou
1606 Conselheira titular e aí nós podemos observar esse processo, que foi um processo, uma luta
1607 muito grande, um processo muito bacana que nós ganhamos no processo eleitoral, porque na
1608 verdade foi criado um Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos onde ele reconhece
1609 uma sociedade civil dentro dos comitês de bacias. Se a sociedade não está dentro dos comitês,
1610 não é sociedade civil. Por exemplo, o estado do Maranhão. O estado do maranhão não tem
1611 comitê, não tem estado, não tem a sua política implementada. Então lá a sociedade está fora

1612 da discussão, porque se a sociedade só se faz representar através dos comitês, onde que nós
1613 vamos nos colocar? Bom, outro ponto... Aí nós vemos que, na verdade, a sociedade tem uma
1614 dinâmica totalmente diferente do exemplo que foi dado aqui quanto ao setor indústria. Eu não
1615 posso comparar o Sistema Industriário com o Sistema da Sociedade Civil. Eu não vou entrar
1616 no mérito dessa discussão, mas é muito óbvio que nós estamos tratando de dois contextos com
1617 características muito particulares e extremamente diferenciadas. Vou fazer um resgate aqui da
1618 fala do Conselheiro Vicente, quando na verdade ele fala dos sindicatos. Nós temos
1619 experiência na gestão do Sindicato dos Engenheiros do Maranhão, aonde tem uma atuação
1620 fortíssima da discussão de recursos hídricos, outros sindicatos do Companheiro Oswaldo do
1621 Ceará que não foram habilitados para compor o Plenário da última eleição, quando na verdade
1622 ele discute, ele faz a gestão, ele acompanha, ele é um autor da governança. Então, na verdade,
1623 esses conceitos, toda essa dinâmica precisa ser reconhecida. Então, na verdade, até o que está
1624 acontecendo é o seguinte: eu represento, por exemplo, a COOPERMIRA. Essa entidade que
1625 eu tenho assento, mas fui eleita com 58 votos no colégio eleitoral de 88 entidades, nós fomos
1626 eleitos por várias entidades, de vários seguimentos, desde Associação de Bairros que está lá
1627 na bacia, que está fazendo seu trabalho, que está discutindo, que está cobrando, que está
1628 participando, até outras entidades, como a do Oswaldo, que é uma entidade, uma ONGS que
1629 está trabalha num determinado tema específico. Então, na verdade, senhores conselheiros, me
1630 parece que nós temos o dever, esse Conselho tem o dever de avançar nessa discussão, de
1631 entender como esse processo da participação da sociedade civil vem se dando nesse
1632 colegiado. Essa é uma discussão que sempre me bato e tenho assim momentos de muita
1633 reflexão e observação da fala de todos os senhores, de todos os seguimentos que estão aqui
1634 representados, que todos juntos precisamos avançar nesse sentido. Eu tenho pena de ver essa
1635 discussão não ter um outro encaminhamento. Isso nos mostra o quanto ainda precisamos
1636 sermos mais reflexivos, perdermos um pouco mais e expressões como eu vi, assim: isso nós
1637 não queremos. Acho que esse espaço aqui do Plenário não é para eu dizer “isso nós não
1638 queremos”. Muito pelo contrário. Nós estamos aqui para compor, para ter um ambiente de
1639 compactação que nos permita que a gestão das águas do Brasil avancem. Se eu ouço de
1640 alguém dizer que nós não queremos, é uma palavra muito forte, o verbo “querer” ou “não
1641 querer”, “poder” ou “não poder” é uma coisa muito forte. Na verdade, essa discussão avança
1642 para essa temática, a nossa representação tem feito um esforço imenso de colocar esses pontos
1643 dentro dessa discussão, mas nós sentimos uma resistência em vários momentos. É muito
1644 sentido uma resistência a que esse processo seja oxigenado, até por práticas que vêm
1645 acontecendo dentro desse Conselho com relação ao segmento das organizações não
1646 governamentais. Muito obrigada. **O SR. SILVANO SILVERIO DA COSTA (Secretario**
1647 **Executivo do CNRH)** - Eu queria colocar para os conselheiros e conselheiras: nós estamos
1648 com um problema, porque nós precisamos fechar essa Resolução e tem uma outra Resolução
1649 que passou para a parte da manhã e que já não é tão manhã assim, do Conselheiro Oscar. Eu
1650 queria consultar se nós podemos segurar um pouco a fome até nós podermos avaliar a outra
1651 Resolução prevista também antes do período do almoço, para que nós consigamos discutir
1652 essa Resolução. Essa Resolução vai prosperar e nós podermos também analisar a outra
1653 proposta. Eu queria avaliar a possibilidade de nós podermos seguir direto e eventualmente
1654 chegar aí até 1h 30 para fazermos um intervalo e ver se é possível nós contarmos com a
1655 contribuição dos Conselheiros. É possível? Podemos seguir? Tudo bem? Eu peço que nós...
1656 Desculpe, tem posição contrária? Então vamos colocar em votação, só que eu peço a
1657 colaboração para que os... É uma questão de ordem que a própria Mesa coloca, porque nós
1658 estamos com problema de horário aí. Eu queria colocar então uma questão de ordem, que é o
1659 término da sessão da parte da manhã, que nós temos ainda uma Resolução para ser discutida.
1660 Ela foi passada para o ponto de pauta inicial. Então eu coloco em votação. Aqueles que se
1661 propõem a seguir direto até 1h 30 para nós discutirmos a outra Resolução da Câmara Técnica
1662 do Plano e na verdade é uma proposta contra a outra. Aqueles que querem ir até ações 13h30,
1663 por favor, se manifestem levantando o crachá. Temos 7 votos. Aqueles que se manifestam

1664 contrários, por favor, se manifestem levantando o crachá. 10 contra. Abstenções? 1 abstenção.
1665 Nós estamos com um problema de... Depois desse ponto de pauta nós terminamos. O
1666 Conselheiro Oscar está aqui voltando à apresentação da proposta original, já que vai ficar para
1667 a parte da tarde, se pode ficar para o 3.5, que nós voltamos à pauta anterior, porque ele não vai
1668 poder estar aqui na... A pauta foi aprovada, Conselheiro Oscar. Se nós formos aqui até 1h da
1669 tarde, 1h10 mais ou menos, nós começaríamos exatamente às 2h da tarde, colocaríamos a
1670 Resolução em discussão e nós tentamos encaminhar o mais rápido possível, está certo,
1671 Conselheiro Oscar? OK. Então encaminhando, vamos então terminar essa discussão. Nós
1672 temos várias pessoas inscritas. Eu queria, portanto encaminhar à votação. Terminamos as
1673 inscrições. Nós temos aqui o Carlão, por favor. Mais um inscrito. **O SR. CARLOS**
1674 **EDUARDO NASCIMENTO ALENCASTRE (Comitês)** - Eu sou pela manutenção. Manter
1675 como veio da Câmara Técnica uma questão do item I do art. 2º, porque isso é matéria vencida
1676 lá na Câmara. Foi bastante discutido e os comitês, consórcios e associações intermunicipais já
1677 têm a sua habilitação. O intervalo do almoço ocorreu das 12h45 às 14h. **O SR. SILVANO**
1678 **SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** - Gente, nós estamos com um
1679 problema de horário, quorum é o de menos (Risos!), é mais um problema de horário com o
1680 presidente da Câmara Técnica, Oscar. E também nós temos um problema de terminar essa
1681 reunião, no máximo, umas 5 e 30, por aí, 5 horas, 5 e 30. Então, não sei se vocês têm alguém
1682 que podem chamar para ajudar no quorum. Como é que está aqui de quorum. Só fazer uma
1683 contagem informal do quorum. Quem é Conselheiro aqui, por favor? A Conselheira Rosa
1684 Mancini quer dar um informe e nós estamos com um quorum ainda se constituindo, mas não
1685 tem prejuízo, Marco Neves logo depois já passa à apresentação da resolução e aí eu pediria
1686 que a Conselheira Rosa Mancini fizesse uso da palavra por 3 minutos. **A SRª. ROSA**
1687 **MARIA OLIVEIRA MACHADO MANCINI (CERH/SP)** - Eu tenho a declarar que eu
1688 quase fui linchada logo que terminou a reunião. Todos os meus companheiros paulistas
1689 vieram "como é que você fala mal de São Paulo?" mas eu continuo achando que o trânsito e
1690 as condições realmente dificultam a realização de uma reunião lá. Porém, eu fui conversar
1691 com meus amigos aqui da bacia do Piracicaba, afluente do Tietê, que contribui para o Paraná
1692 e foi proposto que fizesse em Campinas que tem o aeroporto que é central, é fácil de todo
1693 mundo acessar e é uma cidade que tem como receber todo mundo, de fácil acesso. Então, fica
1694 a proposta. Perdão as paulistas. (Palmas!) **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA**
1695 **(Secretario Executivo do CNRH)** - Obrigado Rosa Mancini. Bom, os paulistas se redimiram
1696 então (Risos!). Consideremos para efeito de registro e encaminhamento para o Fórum de
1697 gestores das águas. Eu passo ao Marco Neves, Marco Neves está aqui na condição de
1698 participante da Câmara Técnica do plano para relatar e apresentar a proposta de resolução que
1699 cria unidades de gestão de recursos hídricos, de bacias hidrográficas de domínio da União,
1700 UGRH e estabelece procedimentos complementares para a criação e acompanhamento dos
1701 comitês de bacia, encaminhada a Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos.
1702 Então, com prazo de 10 minutos, Marco Neves, por favor. **O SR. MARCO JOSÉ MELO**
1703 **NEVES (SRHU/MMA)** - Quem faria essa apresentação é o professor Oscar, presidente da
1704 Câmara Técnica do plano, ele pedia aquela inversão de pauta, logo pela manhã, por causa de
1705 um compromisso que ele tem agora à tarde, às 14 e 30. Como não foi possível apresentar a
1706 matéria pela manhã, ele me pediu para apresentar à tarde, logo nesse primeiro ponto de pauta.
1707 Essa proposta de resolução ela entrou na Câmara Técnica do plano e no âmbito da Câmara
1708 Técnica do plano, quer dizer, gerou a necessidade de criação de um Grupo de Trabalho para
1709 ampliação do debate sobre a proposta. O que eu vou apresentar aqui é mais a dinâmica do que
1710 aconteceu, é uma apresentação que foi preparada pela Marta Sugai e pelo professor Oscar,
1711 mais da dinâmica do que aconteceu para informar a plenária do Conselho como é que foi essa
1712 dinâmica até chegar a essa proposição da resolução de criação das UGRH. Então, a proposta
1713 cria unidade de gestão de recursos hídricos nas bacias hidrográficas de rios de domínio da
1714 União e estabelece procedimentos complementares para criação e acompanhamento dos
1715 comitês. Bom, na 55ª reunião da Câmara Técnica do plano, em fevereiro do ano passado, a

proposta foi analisada e aprovada por meio dessa nota técnica aí, a 1/2009 da Câmara do plano. Na 107ª reunião da CTIL, em março de 2009, a proposta foi analisada e aprovada e encaminhada ao plenário. Na 24ª reunião extraordinária do Conselho, em março de 2009, a plenária decidiu pela ampliação do debate, antes de deliberação. Foi quando aconteceu uma primeira oficina, referente à proposta de resolução, essa proposta de resolução, em 14 de maio de 2009. A tramitação desse assunto, do tema da criação dessa proposta de resolução. Na 21ª reunião do Conselho Nacional, em maio de 2009, o que foi deliberado lá? Que no âmbito da Câmara Técnica do plano... sim, o prazo de conclusão dos tiramos. A primeira reunião do Conselho a ser realizada no segundo semestre de 2009 ampliou para, quanto à deliberação quanto a essa proposta de resolução, para o primeiro semestre de 2010 e o objetivo: analisar e apresentar uma nova proposta de resolução para criação dessas unidades de gestão. Foi criado, no âmbito da Câmara do plano, um Grupo de Trabalho e esse GT teve 3 reuniões. Em junho, no mês 6, 8 e 9. Qual foi o principal papel da ampliação do debate, que foi demandado pela plenária aqui do Conselho Nacional de Recursos Hídricos? É que os estados da Federação participassem da proposição dessa resolução, porque até então a participação dos estados tinha sido pequena. Então, por meio dessas três reuniões o debate sobre a resolução que cria as unidades de gestão foi ampliado, principalmente com a presença dos estados da Federação. Esse, eu diria, que foi o principal ponto de ampliação do debate. Então, dessas 3 reuniões do GT, a primeira, que aconteceu em junho de 2009, foi distribuída uma primeira minuta do relatório do GT, com fatos de antecederam a criação, enfim, nessa primeira reunião foi uma ambientação quanto à proposição da resolução, foi o foco da primeira reunião. A segunda reunião, em agosto de 2009, houve a discussão sobre alterações introduzidas na segunda minuta do relatório. Então, começaram os debates mais em termos do conteúdo. Foi também mencionado que essa proposta de resolução se encaixa num programa, é um subprograma específico do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que é o subprograma 1.4 do plano. E esse subprograma 1.4 está no âmbito dos estados estratégicos do Plano Nacional de Recursos Hídricos e esse especificamente, são 4 sub-programas, esse 1.4, especificamente, trata dessas proposições da proposição de criação de unidades de gestão com vistas à criação de comitês de bacia. Esse é o foco desse estudo estratégico demandado pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado por esse Conselho. As questões quanto ao conteúdo foram agrupadas em 6 temas: objetivos da resolução, as unidades de gerenciamento, a classificação, a questão do comitê de integração, a questão do pacto e a questão do acompanhamento. Então, nessa segunda reunião, em agosto de 2009, foi aplicada a seguinte metodologia, aplicação da metodologia proposta a 3 exemplos selecionados, que são esses exemplos aí, o exemplo do Rio Grande, ou seja, optou-se por pegar exemplos concretos para aplicação de como seria a aplicação da resolução. Então, o exemplo do Rio Grande, do Parnaíba e do Mundaú Parnaíba, isso em agosto de 2009. Foi comentado sobre a distribuição das vagas dentro do comitê de integração do doce e foram expostos também os mapas, mostrando a aplicação às demais bacias e ficou decidido que para a base territorial, para que a base territorial contasse da proposta da resolução, a ANA iria elaborar uma nota técnica e a ANA, de fato, veio elaborar uma nota técnica para subsidiar a proposta de resolução. Bem, isso tudo se refere à segunda reunião que aconteceu em agosto de 2009. Então, ficou decidido que uma vez que o GT tivesse uma proposta consolidada, essa seria enviada para consulta aos estados, foi a decisão da segunda reunião. Na terceira reunião, reunião de setembro de 2009, houve a revisão dos considerados e a discussão de todos os artigos da proposta de resolução, levando-se em conta as novas sugestões encaminhadas pelo Conselho de recursos hídricos de São Paulo e pela Agência Nacional de Águas, foi a terceira reunião e também a discussão sobre o anexo da resolução, que apresenta o mapa daquelas unidades de gestão de recursos hídricos. Então, houve também um debate sobre a proposta, o mapa das UGRH. Foi sugerido, nessa última reunião, a criação de UGRH na região hidrográfica amazônica, que fosse remetida à revisão do plano em 2014. O que acontece? Anteriormente a região hidrográfica amazônica aparecia sem nenhuma divisão. Como teve um debate sobre essa questão, o que se criou foi

1768 processo de dinâmica que a cada revisão do plano, aquela região hidrográfica amazônica
1769 passasse, no que diz respeito às UGRH para um novo momento de debate quanto à sub-
1770 divisão ou não, ou seja, criaria uma dinâmica de possibilidade da revisão da região
1771 hidrográfica amazônica em sub-divisão e também a delimitação da unidade do Tocantins
1772 levou em conta a disposição do que está na resolução 101, que aprovou o plano estratégico do
1773 Tocantins Araguaia, aprovado por esse Conselho. Estabelece que devem ser empreendidos
1774 esforços visando, com brevidade possível, promover as condições necessárias à criação e ao
1775 funcionamento do comitê de bacia. A própria resolução que aprova o Tocantins Araguaia
1776 menciona. Bem, esse é o contexto de onde a proposta de resolução se encaixa, já mencionei,
1777 dentro do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Essa é a contextualização do subprograma 1.
1778 4. Por causa do tempo, eu não vou adentrar de onde ela se encaixa. O que eu acho que é
1779 importante ficar configurado é que é um estudo estratégico demandado pelo plano, aprovado
1780 por esse Conselho no que diz respeito à unidade de gestão. O subprograma 1. 4 tem todos os
1781 seus objetivos, as diretrizes que o amparam, enfim, só para ficar claro que a proposição que é
1782 apresentada em termos de conteúdo nessa proposta de resolução é demandada pelo Plano
1783 Nacional de Recursos Hídricos. Quais são os encaminhamentos sugeridos pelo GT? Da nova
1784 proposta de resolução sobre a UGRH à Câmara Técnica, o GT foi criado no âmbito da
1785 Câmara Técnica do plano. De proposta de que o tema relativo à possibilidade de delegação de
1786 atribuições do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, aos conselhos estaduais de recursos
1787 hídricos, conforme previsto na proposta original da resolução seja apreciado pelas instâncias
1788 competentes do Conselho Nacional, visando avaliar sua pertinência, adequação,
1789 temporalidade e, caso conveniente, os procedimentos legais para sua implementação. Bem,
1790 quais são os documentos do processo da proposta de resolução? O ofício 07 de 2010, da
1791 Câmara do plano, com encaminhamento. Os documentos do Grupo de Trabalho que foi criado
1792 no âmbito da Câmara do plano, o relatório do GT, de primeiro de outubro de 2009, que tem
1793 essa itemização, tem como anexo a lista dos participantes, a memória das reuniões do GT, a
1794 proposta de resolução e um relatório de apoio para os trabalhos do GT. A nota técnica que eu
1795 mencionei, da Agência Nacional de Águas e a nossa técnico da Câmara Técnica do plano e a
1796 proposta de resolução. Esse é o conteúdo dos documentos que eu imagino que os senhores e
1797 as senhoras receberam. Eu não sei, Hugo, você participou bastante desse GT. Não sei se você
1798 quer complementar com alguma informação mais pertinente. Eu estive numa dessas reuniões,
1799 não sei, se for o caso, o Hugo também pode aprofundar algum tema específico. Algumas
1800 questões suscitadas durante a discussão da proposta na Câmara Técnica do plano. Quanto aos
1801 artigos 1 e 2. A legalidade da resolução a limitar procedimentos de criação de comitês de
1802 iniciativa local, que a lei permite a criação de comitês em 3 níveis e a proposta de resolução
1803 restringe essa interpretação vigente. Uma outra questão, que deveria constar o conceito de
1804 comitê de integração, isso já no debate no âmbito da Câmara do plano. A questão de um
1805 comitê federal dentro de um outro comitê federal, as atribuições compartilhadas e a definição
1806 do arranjo institucional, visto que os comitês não possuem personalidade jurídica e não
1807 podem celebrar os acordos, ficam esses a cargo somente da União, dos estados ou do Distrito
1808 Federal, quando for o caso e o que seria arranjo institucional e maiores esclarecimentos sobre
1809 a definição de atribuições compartilhadas entre os comitês na UGRH. E essa ressalva aí, de
1810 que a proposta de resolução, o propósito dela é propiciar uma orientação para criação,
1811 Constituição dos comitês. De fato, lá no início do processo o que se tinha em mente é que
1812 teriam várias possibilidades de criação de comitês de rio de domínio da União. O que iniciou
1813 o processo lá atrás e que se fossem criados comitês de rios de domínio da União em todas
1814 essas possibilidades, seriam inúmeras as possibilidades de criação. Então, lá na base o estudo
1815 estratégico do Plano Nacional de Recursos Hídricos demanda um norte, uma orientação para
1816 criação desses comitês, foi o que resultou nessa proposição de minuta de proposta de
1817 resolução que foi aqui apresentada. No artigo terceiro da resolução, na proposta, foi sugerido
1818 a exclusão desse artigo, mas acabou-se votando pela sua manutenção, para que o Conselho
1819 acompanhe as atividades dos comitês e também quais as penalidades, casasse obrigações

1820 impostas pelo artigo não sejam cumpridas. Foi sugerido que se solicitasse à CTIL para
1821 elaborar um dispositivo sobre esse tema. Bem, é isso, essa é a dinâmica. **O SR. SILVANO**
1822 **SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** - OK? Marco Neves, muito
1823 obrigado. Eu agradeço a apresentação e abro a matéria para discussão do plenário. Eu pediria
1824 que o pessoal projetasse a resolução, por favor. Eu pediria a contribuição dos Conselheiros e
1825 das Conselheiras para, no prazo de 3 minutos, para a gente conseguir varrer a nossa agenda.
1826 Ainda temos 9, entre resoluções e moções, para votar hoje. Eu pedi ao Conselheiro que
1827 passasse informalmente a palavra, porque está sendo gravado. **O SR. FLÁVIO ANTÔNIO**
1828 **NEIVA (Concessionárias)** – Eu passo a palavra à aparecida para falar em meu lugar aqui. A
1829 **SR^a. MARIA APARECIDA VARGAS (Concessionárias)** – Boa tarde Conselheiros. Maria
1830 Aparecida Vargas, representante do setor de hidroeletricidade, concessionárias. Eu cheguei a
1831 levantar essa questão no âmbito da Câmara Técnica do Plano Nacional e ficou, me parece, até
1832 tinha pedido que colocasse o último slide, porque ali fala artigo terceiro, mas se não me
1833 engano deve ser o quinto atual hoje, o comentário que fala na apresentação do Marco Neves
1834 sobre o artigo terceiro e eles ficaram de remeter para a CTIL. A minha preocupação é nesse
1835 artigo quinto você cria obrigações para um comitê, através de um relatório anual, mas você
1836 não define nenhuma sanção ou penalidade para aquele comitê que não cumprir. Isso, para
1837 mim, fica no vazio. Se não vai acontecer nada com você se você não fizer esse relatório,
1838 simplesmente não se faz. E a minha pergunta é, eu acredito que a intenção desse artigo é
1839 acompanhar o funcionamento dos comitês. A resolução 5 é para criar e instalar comitê. Talvez
1840 o que a gente esteja precisando é de uma resolução específica para definir em que critérios
1841 nós vamos ter os comitês em funcionamento. Eu posso dar um exemplo de casa com a bacia
1842 do Paraíba do sul, que nós temos hoje um comitê de rio de domínio da União, dentro de um
1843 comitê de rio de domínio da União, que é o comitê pomba Muriaé federal, dentro da bacia do
1844 rio Paraíba do sul, que teve extrema importância no fortalecimento do próprio CEIVAP, no
1845 fortalecimento dos comitês estaduais, mas que nós tivemos legislações do Estado do Rio e do
1846 Estado de Minas posteriores à criação deste comitê e que hoje ele é totalmente inoperante,
1847 você tem um comitê estadual na parte mineira e um estadual na parte Fluminense e esse
1848 comitê federal que foi criado simplesmente está no vácuo. Então, talvez remeter esse artigo
1849 para uma nova resolução e a gente definir melhor esses procedimentos. Essa é a minha
1850 sugestão. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** -
1851 OK, agradeço. Algum outro inscrito? Na fala do Conselheiro Carlos Hugo a gente encerra as
1852 inscrições ou vamos deixar mais uma fala para encerrar na próxima, o pessoal está retornando
1853 do almoço e digerindo ainda. **O SR. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da**
1854 **Justiça)** – Eu só queria um pouquinho falar sobre a lógica da resolução e também para deixar
1855 claro para os Conselheiros qual é o objetivo da resolução. Então, essa resolução visa criar
1856 essas unidades de gerenciamento de recursos hídricos e somente poderão ser criados comitês
1857 que abranjam a totalidade de uma dessas áreas ou que eventualmente tenham mais de uma
1858 UGRH, desde que sejam contíguas. Então, o que essa resolução está propondo é exatamente
1859 isso, limitar o número de comitês de rios de domínio da União e por que isso? Porque as
1860 pessoas que trabalharam nisso e as Câmaras Técnicas acreditam que neste momento fazer esse
1861 tipo de limitação é o melhor para o sistema de gerenciamento de recursos hídricos e onde
1862 ainda não há uma definição clara com relação a quais são as unidades de gerenciamento de
1863 recursos hídricos que merecem ser configuradas num comitê, essas partes vão ficar para uma
1864 segunda etapa. Isso que essa resolução está propondo. Então, o UGRH é a unidade mínima
1865 para estabelecimento de comitês de bacias da União. A Lei nº 9.433, de 1997 diz que comitês
1866 de bacia podem ser estabelecidos naquelas 3 hipóteses, ou a totalidade de uma bacia, ou
1867 bacias contíguas e ainda o que a gente costuma chamar de sub-bacias que é até nível de
1868 tributário de tributário. Eu entendo que a lei não obriga todos esses níveis de bacias a terem
1869 um comitê de bacia hidrográfica, ela simplesmente permite e o que o Conselho está propondo
1870 por meio dessa resolução é que essa faculdade de criação de comitê se limite às unidades de
1871 gerenciamento de recursos hídricos. Tendo colocado isso daí e por conta da racionalidade que

está na resolução como um todo. Eu quero propor então que seja suprimido o parágrafo segundo do artigo 4º, que diz que excepcionalmente poderão ser criados dentro de uma UGRH, para viabilizar o processo de gestão de recursos hídricos outros comitês de rede domínio da União. E porque que eu estou propondo isso? Porque eu acho que esse artigo especificamente ele fragiliza o resto da resolução, porque a racionalidade da resolução é justamente você criar comitês onde tem o UGRH. Se você permitir ainda que de maneira excepcional, que outros comitês da rede de domínio da União sejam criados, e que não configurem nenhuma UGRH, você estaria fragilizando o resto da resolução porque na verdade você estaria permitindo a criação de comitês de rios de domínio da União. Onde houver a, uma bacia e leito e etc... Então de a nós podemos excepcionalmente criar esse comitês de rede domínio da União fora de UGRH. Então eu acho que, não faz sentido nós termos uma resolução estabelecendo UGRH. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretário Executivo do CNRH)** - Eu pediria a contribuição dos Conselheiros e Conselheiras para se aterem de fato aos 3 minutos, porque já encerramos as inscrições na fala do Carlos Hugo, registramos aqui uma inscrição. Próximo inscrito Carlão. E pediria de fato que vocês me ajudassem no tempo, porque eu vou passar a ser um pouco mais rígido, quando faltar um minuto eu peço, para conclusão, está bom? **A SRª. VIVIANE DA SILVA PAES (IEMA/ES)** - Boa tarde! Então meu nome é Viviane, eu estou trazendo algumas considerações do Órgão Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, IEMA do Espírito Santo, a respeito dessa proposta de resolução. Considerando que a bacia do rio Itaúnas, cujo o rio principal é de domínio do Estado do Espírito Santo, como afluente dos estados de Minas Gerais e Bahia, tem áreas de drenagem de 4932 km², sendo que 4391 km², 89% encontra-se no Espírito Santo. Considerando-se que foi criando por meio do decreto estadual 909R, de 31 de outubro de 2001, o comitê do Itaúnas, o primeiro comitê do estado, que vem mantendo suas atividades de rotina com apóio do IEMA, e do Instituto Hidrográfico e Ambiental da Bacia do Itaúnas, já tendo promovido inúmeras atividades na região a divulgação do comitê de bacia. Outorga, além de atuar na captação de recursos para reflorestamento de matas auxiliares. No momento o comitê esta passando por um processo de readequação de seu regimento interno, e mantido discussões com Universidade Federal do Espírito Santo, para elaboração do seu plano de bacia. Então tendo por base essas considerações que o rio Itaúnas, é um rio que sua calha principal esta totalmente dentro do estado do Espírito Santo. Eu venho com uma sugestão de exclusão da bacia hidrográfica do rio Itaúnas, entre os UGRHs, por não se tratar de rio de domínio da União, e sendo estado. **A SRª. ROSA MARIA OLIVEIRA MACHADO MANCINE (CERH/SP)** - Na verdade é um depoimento e uma sugestão de pauta futura para complementar a essa para o próprio Conselho. Primeiro como eu participei do GT, fui um das pessoas que inclusive demandou a criação do GT, acho que é interessante falar. O processo do grupo, processo de discussão, antes de qualquer coisa, foi absolutamente esclarecedor, o nós estávamos em dúvida era várias intenções de que estava escrito, qual era a intenção? Isso foi muito positivo dentro do grupo. Teve uma forte participação dos estados, pelo menos 9 estados estavam ali atuantes, participando ativamente da discussão isso é importante, então, cumpriu com o objetivo quando nós pedimos a maior discussão. E o grande avanço que nós demos é que teve um avanço na definição da base territorial para criação do comitê, isso é inegável, hoje temos condições. Tem problemas, vão ainda ter questões e coisas a aparar, unidades a serem criadas? Sim, em toda questão o desafio grande é a região amazônica é o Tocantins que são regiões muito grandes para poder fazer gestão integrada, mas acho que isso, com tempo nós vamos conseguir avançar, e ter o caminho preparado aqui. Porém, a grande questão que permanece que nós debatemos, mas foi decisão do grupo não inserir, é a questão do modelo institucional de gerenciamento, uma complementação na, verdade da Resolução CNRH nº 5, é uma questão que continua sendo precária e carente a nosso sistema, porque isso cabe tanto na questão que o Hugo apresentou agora, para a questão de formar um outro comitê federal dentro de um comitê federal, como também cabe para o comitê do grande, que logo mais será discutido aqui, que é um comitê de integração, que não pode ser

1924 chamado de integração, porque ainda não foi institucionalmente validada essa denominação.
1925 A minha observação é que: o grupo andou muito bem, acho que avançou na base territorial,
1926 porém, nesse aspecto do modelo institucional de gerenciamento, ele tem que avançar e acho
1927 que isso tem que ser uma prioridade básica agora para se pensar na Câmara Técnica
1928 adequada. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** -
1929 A proposta desculpe Rosa Mancine qual é? A proposta de retornar a uma câmara, desculpe eu
1930 não entendi? **A SRª. ROSA MARIA OLIVEIRA MACHADO MANCINE (CERH/SP)** -
1931 Não é retornar, é avançar. Eu acho que tem que ter uma nova discussão para discutir o modelo
1932 institucional de gestão. Acho que deve ser na CTIL, mais avançar. Não eu estou só dando o
1933 depoimento, e propondo encaminhamento. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA**
1934 **(Secretario Executivo do CNRH)** - Próximo, Márley, com a palavra. 3 minutos, senão eu
1935 corto, ok? **O SR. MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA (MMA/SRHU)** - Bom, eu vou
1936 falar rapidamente, esta marcando aqui, em seguida eu vou passar para o Wilde da ANA
1937 complementar, eu só queria rapidamente é responder a questão que a aparecida colocou, acho
1938 que ela foi muito feliz porque isso foi muito discutido na CTIL, a questão do artigo quinto
1939 estabelecimento de sanção, penalidade a comitês, e nós chegamos à conclusão, da
1940 impossibilidade de estabelecimento de alguma sanção, por duas razões maiores, uma primeira
1941 por falta de base legal, o Conselho Nacional aplicar sanção a um comitê. Quer dizer, o
1942 Conselho não tem atribuição legal de fazer isso, são entes que estão, são ambos os órgãos de
1943 Estado, estão no mesmo nível, o que diferencia são áreas de atuação, atribuições e tudo mais,
1944 então não teríamos base legal para isso. E segundo, que também não seria mesmo se tivesse,
1945 não seria conveniente, não seria esta a intenção, a intenção é de, já que o Conselho aprova a
1946 criação de um comitê, ele não pode ficar como é hoje, os comitês são criados e o Conselho
1947 não acompanha o funcionamento desses comitês. Eu concordo com você que esse assunto
1948 merece uma resolução específica, mais detalhada, porém nós entendemos que já é um
1949 primeiro passo, um passo inicial, para que haja um acompanhamento dos comitês pelo
1950 Conselho Nacional e mais para frente nós a partir dessa aprovação nós passaríamos a pensar
1951 no detalhamento, ver o nível de detalhamento que é possível nós estarmos fazendo, até
1952 mesmo retomando a velha intenção de se revisar a resolução cinco, enfim. Queria registrar
1953 que é importante essa aprovação nesse momento, mas você tem razão, que é um assunto que
1954 merece um detalhamento, um cuidado melhor. Passar para o Wilde, para complementar. **O**
1955 **WILDE GONTIJO JÚNIOR (ANA)** - Boa tarde a todos! Eu sinto-me, pessoalmente, muito
1956 satisfeito de estar aqui hoje, porque essa discussão já tem dois anos, e um ano atrás, vários de
1957 vocês devem lembrar, de quando esse tema veio aqui, e que se remeteu a um grupo, grupo
1958 formado com bastantes representantes de dos estados, para que essa discussão pudesse ser
1959 aprofundada. Como disse bem a Rosa, foi um aprendizado para todos nós. Acho que tanto o
1960 Governo Federal, quanto os estados, deram a prova, de como fazer com que o art. 4º da Lei nº
1961 9.433, de 1997, possa ser implementado. Ou seja, esse sistema, ele não vai para frente se nós
1962 não tivermos aproximação entre a gestão feita pelo Governo Federal, e a gestão dos estados.
1963 Então, nessa linha é que foi construída essa resolução, Ou seja, se fazer um trabalho sinérgico,
1964 um trabalho integrado, estados união, com bases territoriais que possam efetivamente efetivar,
1965 sendo redundante na palavra, o comitê na bacia como um todo, e não somente o comitê de
1966 calha como nós temos visto em várias vezes. Eu acho que para concluir. Queria só expressar a
1967 satisfação de ver, esse tema sendo colocado, expressar a minha concordância com o Márley
1968 no sentido de que essa resolução é um avanço, mas não encerra todos os problemas que nós
1969 temos, e que a gestão dinâmica como é, ela vai requerer que nós, a cada ano faça dessa
1970 experiência nossa, um processo contínuo de aprimoramento. Então, eu gostaria que os
1971 senhores Conselheiros refletissem, entende-se, o esforço que foi feito, nesse último ano, e
1972 aprovassem essa proposta. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario**
1973 **Executivo do CNRH)** - Eu queria então colocar em votação, já temos discutido a resolução, a
1974 aceitação e aprovação da resolução ou não, e depois a gente discute, tem duas propostas de
1975 alteração, uma feita pelo conselheiro Carlos Hugo e outra feita pela nossa companheira do

1976 Espírito Santo, Viviane. Qual é a sua proposta, pode repetir? **A SRª. VIVIANE DA SILVA**
1977 **PAES (IEMA/ES)** - Ou se retirasse o artigo cinco, ou que se remetesse então com C TI L,
1978 como é o entendimento do Márley, caso a revisão da Resolução CNRH nº 5, então o que não
1979 dá é para nós, Ah!, Realmente temos que avançar, e continua aprovado do jeito que está e lá
1980 na frente pensa nisso. Se a gente está identificando o problema, tem que dar continuidade aí.
1981 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** - Vamos
1982 colocar em votação, eu pediria que você ajudasse ali depois o pessoal na redação, por favor,
1983 Maria Aparecida. É, João Clímaco, nós já encerramos as inscrições, agora nós estamos em
1984 processo de votação. É questão de ordem? É uma questão de ordem, é isso? **O SR. JOÃO**
1985 **CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONGs)** - Em respeito a plenária, e ao esforço pelo
1986 debate, que já vem de longo tempo, e o qual nós, tal qual aconteceu na outra, não fomos
1987 contemplados em função do entendimento de que nós temos de que essa resolução, ela uma
1988 via de mão única, não tem uma via de mão dupla, ela consolida uma visão muito assim, uni
1989 lateral do Estado organizando e não as propostas que nós fizemos de atendessem a demanda
1990 da sociedade que eu propus na CTIL para que fosse incluso aí. Então nós construímos
1991 entendimento, que essa resolução na forma como está, não vai atender o nosso segmento.
1992 Então, diante disso eu vou antecipar a vocês que nós vamos pedir vista e fazer uma proposta
1993 com uma nova redação. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo**
1994 **do CNRH)** - Tem um problema aí que é o seguinte, as inscrições já encerraram, nós estamos
1995 em processo de votação, infelizmente você chegou atrasado e a gente não pode dar esse
1996 encaminhamento, porque nós já estamos em processo de votação, Nós vamos colocar em
1997 votação porque, já tivemos toda uma discussão aqui, sinceramente, nós já estamos em
1998 processo de votação, eu poço desculpas mais, nós temos que acatar aqui o que já foi colocado,
1999 nós estamos em processo de votação. Eu queria então colocar em votação, desculpe João, mas
2000 estamos aqui há mais de meia hora discutindo, já encerramos as inscrições na fala do
2001 Conselheiro Carlos Hugo, já está vencido. Eu vou colocar em votação. Aqueles favoráveis em
2002 relação a resolução. **O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores, Lazer e**
2003 **Turismo)** - Eu só queria saber, nós estamos votando a resolução e vamos votar depois os
2004 destaques, na votação dos destaques vai ser possível fazer interferências? Obrigado. **O SR.**
2005 **SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** - Em votação
2006 aqueles que são favoráveis à resolução, por favor, se manifestem levantando o crachá.
2007 Aqueles que são contrários, por favor, se manifestem levantando o crachá. Abstenções? Uma
2008 abstenção. Então esta aprovada a resolução, e agora vamos colocar em discussão as emendas.
2009 Nós temos aqui duas emendas, na verdade temos duas emendas e tem ainda uma proposta de
2010 alteração do ituanas. Então, eu vou colocar, primeiro em discussão o parágrafo segundo, que é
2011 do artigo quarto, coloca que a proposta de criação de comitê de bacia hidrográfica de rios de
2012 domínio da união, com definição de sua área de atuação, observará a área de delimitação da
2013 UGRH. As disposições estabelecidas na Resolução CNRH nº 5, de 2000, e a celebração
2014 prévia de acordo entre união estados, ou quando for o caso, DF, ouvindo os comitês de bacias
2015 hidrográficas existentes no respectivo UGRH Considerando os seguintes aspectos, aí tem 3
2016 incisos, o parágrafo primeiro e o parágrafo segundo diz: Que excepcionalmente poderão ser
2017 criados dentro de uma UGRH, para viabilizar o processo de gestão de recursos hídricos,
2018 outros comitês de rios de domínio da União. A proposta do Conselheiro Carlos Hugo, eu
2019 queria colocar em votação esse destaque. Portanto... Pois não? **O SR. WILSON DE**
2020 **AZEVEDO FILHO (Pescadores, Lazer e Turismo)** - Eu gostaria de fazer uma intervenção
2021 sobre a retirada desse parágrafo segundo no seguinte sentido. A Lei nº 9.433, de 1997, prevê a
2022 criação de comitês de bacia grama hidrográfica em três níveis de rios. Rio, afluente do rio
2023 principal, e afluente do afluente. Essa resolução restringe o que está previsto na lei, à medida
2024 que cria uma figura, unidade de gerenciamento de recursos hídricos. Bom, até aí tudo bem
2025 porque eu concordo que tem determinadas unidades que são criadas, que são interessantes de
2026 serem criadas porque, um rio, por exemplo: Mampituba, que é entre Rio Grande do Sul e
2027 Santa Catarina, não interessa à união criar um comitê lá, isso pode ser delegado aos estados

do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que o Rio faz fronteira. Agora, saiu dessa resolução, o aspecto da delegação de competência da Agencia Nacional de Águas, para os estados fazerem a gestão desse recurso hídrico. Quer dizer, deveria estar a resolução isso. Saiu da resolução. Agora, com relação a esse parágrafo segundo, o que me preocupa um pouco, é que com a criação do comitê de integração, que prevê que a gestão vai ser feita através de indicação de representantes dos comitês de afluentes, um rio de domínio da União que faça parte de uma unidade de gestão, não vai ser, não vai poder criar seu comitê de bacia, como é que ficaria a representação desse rio de domínio da União, no comitê de integração? Por isso foi sugerida esse parágrafo segundo, nesse sentido, que excepcionalmente, para viabilizar o processo de gestão, poderá ser criado, excepcionalmente, isso não quer dizer que vai ser criado. Em casos excepcionais, como é o caso do comitê de integração, que se faria essa criação, vou dar um exemplo: o Paranáiíba, o São Marcos é um rio de domínio da União, tem uma irrigação grande no São Marcos. Como é que vai ser feita a representação do São Marcos no comitê do Paranáiíba? São pequenos detalhes que acho que nós poderíamos ter nos aprofundado mais, se tentou na CTIL se aprofundar isso, mas não chegou esse consenso, esse parágrafo foi incluído, com base em voto. Mais, então eu, eu pensei em pedir vistas dessa resolução, mas, entendendo o mérito dela eu resolvi não pedir vistas, mais estou fazendo essa explicação aqui para vocês, para justificar, e pedir a permanência do parágrafo segundo. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** - OK, Conselheiro, eu agradeço, e abro mais uma inscrição por tanto, para fazer defesa pela retirada do parágrafo segundo, e depois, nós colocamos em votação. Algum Conselheiro gostaria de fazer a defesa da retirada do parágrafo segundo? Estamos instruídos para fazer a votação? Eu, portanto coloco em votação, a retirada ou a manutenção do parágrafo segundo. A proposta um, seria a manutenção do parágrafo segundo. Eu vou ler aqui, diz que: Excepcionalmente poderão ser criados, dentro de uma UGRH, para viabilizar processo de gestão de recursos hídricos, outros comitês de rio de domínio da União. A proposta um, é a manutenção do parágrafo segundo, e a proposta... Seria a manutenção, a exclusão. Aqueles que são favoráveis à manutenção do parágrafo segundo, por favor, se manifestem levantando a mão. Peço ajuda ao Márley para fazer a contagem. São dezesseis votos. Os contrários, podem se manifestar levantando a mão. Dois votos. Abstenções? Ok, uma abstenção. Então, está mantido o parágrafo segundo. Passo à discussão do artigo quinto, proposta da Maria Aparecida, de exclusão do artigo quinto, ou alterar a resolução numero cinco, eu acho que nós estamos prejudicados por essa discussão, porque, senão vai ter que botar em discussão outra resolução condicionada. Nesse caso não votaria a resolução, essa discussão já esta feita. A resolução ela já esta aprovada, nós estamos discutindo aqui a manutenção, ou a retirada do artigo quinto. A resolução cinco, perfeito, tudo bem, estou dizendo o seguinte, nós colocamos aqui em discussão e votação, a manutenção do artigo quinto, ou a retirada do artigo quinto. Caso seja retirado, mantido o artigo quinto, se discutir ou propor para a CTIL apreciar a revisão da resolução número cinco, é isso? O que nós temos é o seguinte, nós estamos discutindo essa resolução aqui, nós vamos botar em votação a manutenção ou retirada do artigo quinto, certo? A outra discussão é sobre a revisão da resolução número cinco, é outra discussão, certo? Então para fazer a votação, vamos votar aqui, João Clímaco, é questão de ordem? **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONGs)** - Essa questão é muito séria, e estamos vendo na forma que estamos caminhando que, vai terminar tirando a qualidade do que se tinha de qualidade da resolução, daqui a pouco fica só osso. Eu acho, estou querendo, em função disso, já que eu perdi a oportunidade de solicitar a revisão dela, o senhor veja o Regimento se é de ver a questão de quorum para esse tipo de votação. **SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** - Você está pedindo a contagem de quorum, é isso? Vamos pedir a contagem do quorum. Eu vou pedir a todos os Conselheiros que levantem o crachá. Tem 22, é isso? 23. Então, estamos com 23 presentes, o quorum é, tem 27? Temos 25. Eu vou dar um intervalo de uns 10 minutos, o conselheiro Clímaco pediu a contagem dos votos, então nós vamos dar um prazo de 10 minutos para reverificação do

quorum. E em 10 minutos nós retomamos reunião do Conselho, está certo? 10 minutos a gente refaz o quorum, peço que a contribuição dos Conselheiros para reposição. Eu pediria aqui a apresentação do Jeferson. Jeferson de Castro representado o Dr. Otto, secretário de planejamento do estado de Goiás para fazer aqui a apresentação em nome do Conselho do Comitê Gestor do Tocantins Araguaia. Pessoal, eu peço a contribuição, dos conselheiros nós estamos aqui trabalhando para reconstruir o quórum, eu pediria então essas duas apresentações e que também se prepara-se, temos uma apresentação também sobre o SIGEOR, que é o Marco Neves, e logo depois nós vamos colocar a apresentação, ok? Bom, primeiro aqui do Tocantins do Araguaia, aqui do colegial do gestor, Já esta pronta, no prazo de 15 minutos, ok? **O SR. JEFFERSON MILTON MARINHO (Representante do Comitê Gestor do Tocantins Araguaia)** - Boa tarde, obrigado a todos! Estou aqui representado o secretário Otto Nascimento, que é o presidente do comitê. Então eu vou fazer uma breve exposição para vocês: Esse é o colegiado gestor do plano estratégico da bacia hidrográfica dos rios, Tocantins e Araguaia, que foi constituído no ano passado em 2009. Aqui uma pequena retrospectiva, em abril, foi aprovado nosso plano estratégico, em setembro, a posse dos membros colegiados, e novembro foi a primeira reunião extra-ordinária. Essa é a nossa bacia, uma bacia de 919.000 km², que são os estados: Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará, e Distrito Federal, são 409 municípios, uma área imensa, mais de 7 milhões de habitantes, uma área agrícola com 4 milhões de hectares, com 124 mil irrigados, com a produção de energia elétrica de mais de 11 mil MW, e potencial para chegar a 23. E essa área hidrográfica, ela pega cinco províncias minerais incluindo Carajás. Portanto pela aprovação do plano estratégico foi de uma forma inovadora, o conselho aprovou, essa bacia, o plano estratégico é uma das ações pré-vistas no programa do plano nacional de recursos hídricos, e prevê, para suplementação, a criação do colegial do gestor com a participação de secretários de recursos hídricos, e que logo em seguida, incluiu também secretário de planejamento. A que a ANA institui o colégio gestor, a resolução numero onze, define a indicação de um representante, do colegiado, posteriormente a presença do secretário de planejamento, nosso caso, o secretário Otto Nascimento, da Secretária do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás, em Junho institui o colegiado gestor, e logo em seguida, os pedidos de ofício, essa parte burocrática para os Governadores e solicitando a indicação dos representantes. Aqui foi a posse dos membros, dia 23 de setembro, o secretário de planejamento, e desenvolvimento de Goiás, Otto Nascimento, é o secretário executivo, e o suplente é o Roberto Gonçalves Freire, que é o secretário de recursos hídricos. Essa é a composição do colegial do gestor, Diretor presidente da ANA, diretor da área de gestão da ANA, a secretária nacional de recursos hídricos, uma indicação do conselho nacional de recursos hídricos, secretários de estados de recursos hídricos, e secretário e seis secretários de Estado de planejamento, no total são 16 membros. A primeira reunião extraordinária, aprovação do Regimento interno, em 4 de novembro, a definição dos temas estratégicos para 2010, e aqui são os calendários das reuniões, 2010, primeira reunião em fevereiro, em maio, junho, em novembro, portanto, são 4 reuniões por ano. Essas são as definições dos temas estratégicos para 2010, são 3 grandes temas, o primeiro grande tema é a questão da navegação, a realização de uma reunião sobre as ações em andamento, relativos a hidrovia do Tocantins. O segundo grande tema é a questão da irrigação, foi criado um grupo gestor para organizar o seminário para propor diretrizes e parcerias para promover o aproveitamento sustentável da atividade na bacia. E por fim, a questão do saneamento que é uma terceira agenda importante, que é acompanhar as ações do Atlas de Abastecimento Urbano, que deverá ser feita até o final de 2010, e recobrir, toda e integralmente a bacia e propõe investimentos em água e esgoto. Isso aqui é uma comparação que nós fizemos só para se ter uma idéia a bacia do Araguaia Tocantins com a Ucrânia, pode passar o próximo, Só para se ter um idéia, enquanto nossa bacia são 919 mil quilômetros quadrados, a Ucrânia 603, a área agrícola da bacia são 4 milhões de hectares, e da Ucrânia, a área irrigada são 22 mil, a Ucrânia produz 80 milhões de toneladas, nós produzimos a expectativa de 12 milhões. Então esse

quadro é só para mostrar que é possível, do ponto de vista sustentável, nós termos aí, uma grande produção agrícola nessa região da bacia. Essa é uma preocupação atemática extremamente importante que nós estamos discutindo. Além disso também é importante destacar, que essa bacia vai ser cortada, hoje sendo inaugurada pelo Presidente da República em Tocantins, mais uma parte da ferrovia norte sul, nós temos uma ferrovia norte sul, que vai ser a espinha dorsal para o Brasil, que ela corta Maranhão, Tocantins, Goiás e agora vai em direção a estrela do oeste São Paulo, tem a questão da trans-nordestina que vai cortar grande parte dessa região da bacia Tocantins, e ferrovia também centro norte, nós temos que fazer um trabalho extremamente importante para aproveitar o potencial da ferrovia norte sul, e dessas duas ferrovias que vão cruzar.essas regiões Aqui são as potencialidades, arroz irrigado já temos, milho também irrigado, a questão da melancias, abacaxi, nós temos uma grande preocupação, essa aqui é uma foto do rio Araguaia, uma preocupação com a questão do turismo, turismo sustentável. E por fim nós temos já página na Internet do colegiado gestor, esse colégio já foi criado, já tem uma página disponível no sítio da ANA, que disponibiliza o regimento, as atas e as convocações de reuniões e apresentações. Então, nosso objetivo era só apresentar esse comitê e mostrar como é que está funcionando. Muito obrigado. (Palmas!) **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** - Marco Neves, então passo a palavra para você, para fazer a apresentação do SIGEOR. Queria falar alguma coisa? Por favor. Patrícia Boson. **A SRª PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (Indústrias)** - Eu só queria fazer uma pergunta porque a opção do Conselho gestor só de público, que a gente apelida de chapa branca, porque não uma opção de acordo com modelos, usando as federações das indústrias, a federação de agricultura, as federações, por que essa opção por um conselho gestor só de órgão público? Se inclusive já está nessa resolução que nós interrompemos a votação, a proposta até de formação de um comitê Tocantins Araguaia, Nós já estaríamos até amadurecendo a sociedade por uma proposta de informação de comitê, não precisa ser tal como é a formação de comitê, mas minimamente pelo menos convidar as federações da indústria, as federações da agricultura e etc.. Eu não entendi com base em que, essa opção por um Conselho gestor só de órgão público. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** - Ok, Patrícia, a própria resolução que aprovou o plano também instituiu o Conselho gestor, e ele foi instituído assim, então é uma questão de origem. Mas nós vamos dar uma olhada ainda na resolução. Eu pediria aos Conselheiros, já tem Conselheiros chegando, eu tinha pedido um prazo de 15 minutos, eu queria adiar por mais meia hora, os conselheiros já estão vindo para cá, já conseguimos localizar alguns, eles já estão vindo para nós reconstituirmos o quorum. Eu queria passar aqui à participação, ouviu Patrícia, o pessoal esta pegando a resolução para dar uma analisada. Eu passo ao Marco Neves para apresentar o SIGEOR. **O SR. MARCO JOSÉ MELO NEVES (SRHU/MMA)** - Bom, o informe previsto na resolução que aprova o plano nacional, no processo do plano, é um informe anual, que é apresentado a esse Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre a implementação do plano. No quarto ano, ou seja, quando o plano é revisto, o que acontece a cada 4 anos, o informe ele faz uma análise um pouco mais aprofunda. Não sei se está tendo algum problema aqui com o PowerPoint, mas se não tiver o PowerPoint nós explicamos não é? Esse informe então, ele é apresentado anualmente, e o conteúdo dele, diz respeito a uma análise, sobre a execução, implementação de cada uma das ações do Plano Nacional de recursos hídricos, ele esta dentro, daquele programa 13, do plano nacional que eu mencionei hoje pela manhã na apresentação, que é aquele programa que trata do monitoramento, avaliação da implementação do plano. Foi concebido esse informe SIGEOR, é uma resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e ele tem como, na realidade o SIGEOR, ele tem como saídas dele de informações, tanto informes, anuais, um deles é informe SIGEOR o outro é o conjuntura, como relatórios que acontecem a cada 4 anos que é um relatório mais robusto, que faz uma análise mais aprofundada da implementação do plano. Esse ano, em especial, que é o ano de revisão do plano, essas análises que serão apresentadas pelo informe SIGEOR, elas serão utilizadas como insumo e tal do processo de revisão do Plano Nacional de recursos

2184 hídricos. Então, ele tem essa racionalidade, essa lógica. Eu vou chamar a Daniele para fazer
2185 essa apresentação aqui, trazer as informações, só lembrando que esse processo da elaboração
2186 do informe está em andamento para ser apresentado então a esse Conselho, na próxima
2187 reunião plenária do Conselho. **A SRª. DANIELLE BASTOS SERRA DE ALENCAR**
2188 **(SRHU/MMA)** - Boa tarde a todos, infelizmente a gente, ao abrir a apresentação,
2189 desconfigurou, então eu vou tentar falar para vocês o que estava lá na apresentação. Parte do
2190 que eu ia dizer é o que o marco já falou, que o plano tem um programa de gerenciamento e
2191 monitoramento da avaliação de sua implementação, é o programa 13, e parte desse programa
2192 foi detalhado, e esse Conselho aprovou esse detalhamento que é a proposta de concepção do
2193 SIGEOR, que é um sistema de gerenciamento orientado para resultado. Esse sistema de
2194 gerenciamento foi elaborado com base em uma metodologia de gerenciamento orientado para
2195 resultados, cujo foco é nos resultados e não nas atividades. O foco é apresentar o que mudou,
2196 com a implementação dos programas do plano. Parte desse sistema de gerenciamento
2197 orientado, já começou a ser implementado pela Secretaria, pela ANA e por aquele grupo guia
2198 que o Marco apresentou de manhã. O que já houve o que foi feito, foi o primeiro informe do
2199 andamento da implementação do plano, que foi apresentado ano passado aqui no Conselho,
2200 foi o informe 2008, e agora está em andamento a elaboração do informe 2009, já está
2201 basicamente na fase de conclusão o informe 2009, mas a proposta de concepção do SIGEOR,
2202 que esta na resolução 69, também prevê, a apresentação quadrianual de um relatório de
2203 andamento de uma relatório de avaliação do plano. Então, a idéia é apresentar nesse
2204 Conselho, um documento conjunto, que vai apresentar tanto informe quanto esse relatório, de
2205 avaliação então, ele tem um cunho, um objetivo de fazer uma análise interpretativa do que quê
2206 foi feito, dos resultados que foram alcançados, e o objetivo, é também estar subsidiando essa
2207 revisão que tem, propondo adequações com essa avaliação, e a idéia é apresentar esse
2208 documento e na próxima reunião aqui do Conselho, como está sendo elaborado isso? Está
2209 sendo elaborado em conjunto com a agência nacional das águas, as fichas do informe SIGEO,
2210 já estão todas preenchidas por todos que são responsáveis pelo acompanhamento dos
2211 programas. E agora a gente está numa fase de avaliação. Está fazendo a elaboração da
2212 avaliação, do que foi implementado. A previsão é de que isso seja primeiro apresentado na
2213 Câmara Técnica do plano, seja discutido esse documento, e que seja trazido para o Conselho
2214 na próxima reunião do Conselho em junho, que está previsto. Agora a intenção era dar esse
2215 informe para vocês, que esse documento está sendo elaborado, e conforme o previsto, tem um
2216 cronograma lá no SIGEOR, que estava prevendo esses documentos para agora. Os relatórios
2217 de conjuntura, também fazem parte do SIGEOR, que teve ano passado e hoje não apresentou
2218 o outro, o segundo, e também são documentos previstos no sistema de gerenciamento
2219 orientado por resultado do plano, que ele apresenta o Estado os Recursos Hídricos, e acho que
2220 é isso, talvez tenha algum detalhe que tenha sido perdido na minha memória, mas o mais
2221 importante foi dito. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do**
2222 **CNRH)** - OK. **O SR. MARCO JOSÉ MELO NEVES (SRHU/MMA)** - Só para deixar
2223 claro, que o objetivo é tornar a implementação do plano, a informação sobre a implementação
2224 do plano, sempre clara e exposta aqui no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. E também,
2225 nesse caso, nesse ano especial, esse informe, ele vai possibilitar com que o processo de
2226 revisão do plano, receba adequações em função, da avaliação da implementação. Como eu
2227 mostrei hoje pela manhã, um dos focos da revisão do plano é avaliar sua implementação, na
2228 realidade nesses cinco primeiros anos, de 2006 até 2010. Então, nesse caso, nesse ano em
2229 particular, um informe, essa análise da avaliação ela se reveste de um significado especial,
2230 porque, ele é a porta em insumo, para revisão do Plano Nacional de recursos hídricos.
2231 Obrigado! **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** -
2232 Obrigado Marco Neves. Eu queria compartilhar aqui ainda com os remanescentes, a
2233 conveniência de interrompermos a reunião do Conselho, porque chegaram Conselheiros, mais
2234 eventualmente entre e sai Conselheiros, nós estamos tendo uma dificuldade para formar o
2235 quorum. Podia fazer uma avaliação, mas acho que ainda não temos quorum, mas a gente fazer

2236 uma avaliação se a gente aguarda mais um pouco para a constituição do quorum, ou a gente
2237 interrompe a Reunião do Conselho aqui, com o prejuízo da gente deixar de votar questões
2238 importantes. Eu acho, nós, eu já queria compartilhar essa decisão com vocês, em respeito aos
2239 presentes, e ao mesmo tempo nós vemos o indicativo de outra reunião extraordinária, e daí eu
2240 gostaria de abrir aqui a palavra para os Conselheiros, para ajudar nesta decisão. É isso, eu
2241 acho que a gente está com um problema, eu estou achando que não vale a pena nós seguramos
2242 muito aqui esse esforço para trazer o restante que está ausente, nós estamos com 25 pessoas,
2243 chegaram mais dois, 27, mas parece que saíram mais dois por questões de viagem. Vamos
2244 fazer um esforço para reavaliar o quorum, para ver se esse número está correto, pedir aos
2245 meus companheiros para me ajudar na avaliação do quorum. Por favor, os Conselheiros,
2246 portanto, pediria ao pessoal do lado de fora que pudesse dar uma olhada, e nós vamos ver a
2247 possibilidade de trazer mais uma reunião extraordinária. Nós temos um prazo para as reuniões
2248 extraordinárias, vamos abrir já uma reunião extraordinária, porque temos ponto, temos pauta,
2249 tem dois do lado de fora. Por favor, os Conselheiros levantem o crachá, pediria ao Ednaldo, e
2250 ao Aureliano, que ajudasse a gente na contagem, para ver como está o quorum, mãos ao alto...
2251 Dezenove, contou com esses dois aqui? Bom, então gente realmente não tem quorum, o
2252 pessoal esta ainda dispersando. Eu acho que nós poderíamos cancelar a Reunião do Conselho,
2253 pois não? O Vicente pode dar alguns informes, aproveitar a oportunidade. Agora eu queria
2254 que a gente já marcasse uma próxima reunião do Conselho, nós temos aqui, Márley, qual é
2255 prazo mínimo para convocação do Conselho, por favor? 13 de abril, é uma data
2256 regimentalmente impossível. Reunião marcada de câmara? Seis de abril é antes do prazo.
2257 Pessoal, vamos passar para os informes então. O Vicente está inscrito, e depois nós vamos
2258 marcar a data, só um indicativo de que vai ser a data mais próxima possível, porque a nós
2259 temos pauta, nós temos pauta, e temos assunto para manter. Então, Vicente. Nós vamos partir
2260 a reunião de onde nós terminamos, para continuidade... Pessoal, já estamos terminando, só
2261 peço ajuda para terminar. Nós vamos retomar a reunião, na próxima reunião do ponto que
2262 estiver. Aqueles pontos já vencidos estão válidos, a resolução está aprovada, nós estamos
2263 acertando ainda aquela questão do artigo quinto, e depois, colocar em votação a resolução
2264 número cinco, e vamos partir daí para os outros pontos, vamos chamar a reunião para o mais
2265 perto possível, e daí a nós contamos com a participação dos senhores e das senhoras. Eu
2266 chamo, portanto o Vicente, depois o Carlão, para fazer os informes. **O SR. VICENTE**
2267 **ANDREU (MMA/ANA)** - Bem, Silvano, em primeiro lugar, eu acho que o, conversava agora
2268 também com a Rosa, em relação ao acontecido, e visto que grandes partes das representações
2269 dos estados, da sociedade civil aqui se encontram e que obviamente esse quorum com
2270 raríssimas e justas exceções aqui, ela se deve a não participação da representação do próprio
2271 Governo Federal, que acaba contribuindo para que esse quorum não se estabeleça. Eu acho
2272 que deve permanecer como bandeira, eu não consegui, na época era secretário, mas acho que
2273 nós devemos perseverar, junto com o Regimento interno, no sentido de que a composição do
2274 Conselho Nacional permita uma maior participação daqueles mais diretamente interessados
2275 com o tema, reformulando essa maioria, que acabou tendo isso como consequência. Porque é
2276 justo qualquer manifestação de eventualmente alguém que não concorda com o tema ou não,
2277 estar presente para dar ou garantir o quorum, mas sem dúvida há necessidade de uma
2278 estrutura, de uma musculatura, de ter assim uma direção permanente do Conselho, que
2279 assegure a sua continuidade. É muito desagradável que as pessoas que se mobilizaram e
2280 vieram aqui para decidir acabem enfrentando esse problema. O informe que eu gostaria de
2281 dar, nós estamos encaminhando para a CTIL, vocês se recordam que, em função do
2282 alinhamento do Brasil no Fórum Mundial da Água, em relação a garantir o acesso, reconhecer
2283 o acesso a água como um direito fundamental, isso causou certo desconforto dentro da
2284 representação do Conselho Nacional, vocês se recordam também que inclusive o Marcos
2285 Coimbra, que era o representante do MRE deu uma informação, o próprio José Machado,
2286 também informou, sobre aquele evento. Eu tive oportunidade, recentemente, de ter uma
2287 reunião com o Secretário Executivo do MRE, Embaixador, Antônio Patriota, e nessa

oportunidade já comuniquei ao Silvano, nós dissemos a ele que nós entendíamos era necessário, ter um alinhamento mais próximo entre a posição técnica, a técnica somos nós, a respeito desse tema, onde há, me parece, uma forte convergência de reconhecer o acesso a água como um direito fundamental, e a posição política representada pelo M R E nos fóruns internacionais que foi levada lá em Istambul, então em função disso ele sinalizou positivamente no sentido dessa aproximação da construção de uma resolução comum que alinhe, que dê o posicionamento brasileiro nos fóruns internacionais. Diversos fóruns vão acontecer, e a gente não pode ir para esses fóruns sem nenhuma orientação mais geral em relação a esse tema, e seremos cobrados, então, qual foi a sugestão. Nós estamos encaminhando para CTIL uma primeira. Elaboração de um texto que dê esse alinhamento, resguardando todas as preocupações levantadas pelo MRE, vamos encaminhar, para a CTIL, a CTIL então, submetera, a quem tiver de submeter, e nós traríamos então para a próxima reunião do Conselho, senão para essa extraordinária, para uma seguinte, aonde nós tomaríamos uma posição técnica, vamos chamar assim, é política, evidentemente mas técnica, do Conselho Nacional como órgão máximo de setor de recursos hídricos, para que então depois, a partir dessa resolução, nós façamos a negociação e aí sob a coordenação da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, a gente faça negociação política com o MRE, no sentido de ter um posicionamento comum, para todos os fóruns mundiais, globais, que tratem do tema da água. Era esse o informe que eu gostaria de passar a vocês. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Ejecutivo do CNRH)** - Muito bem Vicente, eu passo agora para o Carlão, a gente já termina. Eu queria também dizer o seguinte, nós temos condições de convocar a reunião extraordinária amanhã, e estamos propondo dia 8 de abril, a próxima reunião extraordinária do Conselho, e por tanto nós não perdemos tanto tempo assim, Encaminha, e dá um passo rápido nessas resoluções que são de fato importantes para o sistema, porque o sistema já perdeu muito tempo, e nós não podemos perder mais tempo ainda. Então, Carlão com a palavra, e nós logo depois encerramos. **O SR. CARLOS EDUARDO NASCIMENTO ALENCASTRE (Comitês)** - Só para anunciar que já está definido, o XII Encontro de Comitês de Bacia desse ano, vai ser realizado, no período de 22 a 26 de novembro, na cidade de Fortaleza, o cartaz já está pronto, tentador, não é? Então, aqui estamos só para dar o primeiro anúncio, depois nas próximas reuniões nós vamos dando mais detalhes para vocês, desse décimo segundo encontro. Obrigado. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Ejecutivo do CNRH)** - OK, João Clímaco. **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA (ONGs)** - Eu queria participar a todos os presentes, que a nossa representação, em nome do Fórum Nacional da Sociedade Civil dos Comitês de Bacias Hidrográficas, que atuam consolidando várias entidades nos estados, que atuam em comitês, e na militância política pelas águas, que nós vamos fazer o quinto encontro Nacional da Sociedade Civil, nos comitês hidrográficos na cidade de Curitiba, agora essa semana, no dia 25 a 27 de março. Esse encontro ele visa, objetiva, fazer a qualificação, e a capacitação, e a articulação, das entidades que estarão lá presentes, e que atuam no país inteiro na política de recursos hídricos, no sentido de criar diretrizes para nossa atuação do comitê, diretrizes para nossa atuação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. É um encontro que vai, que tenta qualificar melhor a atuação política de cidadãos que participa dessas instâncias de gestão. Queria dar esse informe, manifestando a nossa satisfação, de contar com a presença de qualquer Conselheiro que queira estar vendo nosso trabalho, que é dentro de uma visão de espírito público, e dessa forma fortalecer a Política Nacional de Recursos Hídricos, porque entendemos que lutar pela água, não é, ficar somente na celebração da semana da água, nos eventos alegóricos, mas sim, ter uma atitude permanente de organização, de articulação política, e de afirmação nesses comitês de bacia do País, e aqui no Conselho. Sobre isso eu gostaria de aproveitar secretário, para terminar, manifestar a minha solidariedade ao Senhor, eu quero dizer que esse momento que eu tive que pedir quorum foi uma atitude regimental, mas muito incomoda para mim, em respeito a seu início de trabalho, eu gostaria que não fosse assim, mas eu penso que o há de compreender, que temos que

2340 chegar num momento que todos os segmentos tenham que negociar, e chegar a consenso onde
2341 todo mundo perde e todo mundo ganha. Então eu lhe agradeço, e espero que quem quiser
2342 participar do nosso Encontro Nacional, será em Curitiba, no Hotel, Paraná Suítes, estaremos
2343 lá reunindo 150 entidades do país inteiro, discutindo o papel da ANA, papel da S R H, papel
2344 nosso no comitê, e vários tipos de iniciativas que estamos tendo que fazer. **O SR. SILVANO**
2345 **SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** - Pessoal de Poços, Piracicaba,
2346 Judiai também tem um informe? **O SR. DALTO FAVERO (Comitês)** - Bom tarde
2347 secretário, boa tarde a todos eu vim dar um recado, vocês receberam? Foi distribuído um
2348 folder sobre o segundo simpósio, experiências em Gestão dos Recursos Hídricos que nós lá
2349 na, bacias PCJ, o consórcio com o apoio dos comitês PCJ, aqui da SRHU da ANA, do
2350 governo do Estado de São Paulo e Minas estaremos promovendo, Então, esse simpósio.
2351 Infelizmente vai coincidir com o Encontro Nacional dos Comitês, que inicialmente estava
2352 previsto para ser em agosto, foi transferido para novembro, mas o nosso vai ser em, Atibaia.
2353 Eu gostaria de aproveitar, parabenizar, apesar de uma estréia não muito, foi calorosa, mas
2354 parabenizá-lo e desejar um feliz e cheio de sucesso, na gestão, e dizer para o nosso presidente
2355 da ANA, Vicente Andreu, palmeirense assim como eu, que hoje temos mais palmeirenses,
2356 então o nosso quorum está bem cheio aqui. Obrigado. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA**
2357 **COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** - Bom, eu queria me referir aqui às falas
2358 preocupadas, que isso é da democracia, não tem jeito, vai ser assim sempre e João Climaco,
2359 assim como foi derrotado em algumas questões, ele tem o Regimento em mãos, todo
2360 Conselheiro tem, isso faz parte da democracia, eu não fico preocupado. Na verdade perde o
2361 sistema por gastar um tempo mais, por convocar reunião, gastar dinheiro, e nós termos a
2362 impossibilidade de evoluir com questões importantes, mas nós vamos estar aqui dia 8 de abril,
2363 eu queria, portanto, encerrar a reunião... Tem uma solicitação de abertura de manifestação
2364 aqui que acho que interessa ao sistema. Pediria que fizesse aqui ao microfone, ainda que, eu
2365 cancelo o cancelamento da reunião, e dou a palavra à Rosa Mancine. **A SRª. ROSA MARIA**
2366 **OLIVEIRA MACHADO MANCINE (CERH/SP)** - Bom, novamente, é na verdade o Oscar
2367 esta aqui, ele poderia passar uma informação, porque ele acabou de chegar do Senado com a
2368 última informação com relação ao PL, mas eu queria, na verdade, relatar o que São Paulo,
2369 Minas e o próprio Fórum Nacional de Órgãos Gestores, já tomaram uma atitude e
2370 providência, com o apoio do Paraná, com certeza, com relação a esse assunto. O Conselho
2371 Estadual de Recursos de São Paulo aprovou uma moção contrária ao PL 315. A mesma coisa
2372 procedeu também com o Conselho de Minas Gerais, Santa Catarina e na última reunião do
2373 Fórum Nacional de Órgãos Gestores, também retiramos uma moção contrária a esse PL que
2374 se encontra aqui, depois vamos disponibilizar para todos para que tenham conhecimento e a
2375 ser encaminhada pela direção por própria direção do Conselho. É uma questão hoje, acabei de
2376 saber isso por telefone, hoje não teve quorum. Então, novamente a Comissão de Assuntos
2377 Econômicos acabou não votando, mas não é um assunto que já está resolvido, é um assunto
2378 que continua em pauta, e que exige uma atenção constante nossa, nós estamos montando
2379 barricadas praticamente no Senado, com o apoio do Romero Jucá, com o apoio do Suplicy,
2380 com o apoio da Senadora Mariza Serrano, no sentido de impedir a votação, e impedir a
2381 aprovação dessa proposta, que vai nada mais do que fazer concentrar renda na mão dos
2382 Municípios dos Estados em detrimento dos próprios Estados que utilizam esse recurso para
2383 alimentação de seus fundos, e para a própria política de Recursos Hídricos de uma maneira
2384 direta. Hoje 645 municípios recebem esse recurso, desses 645 tem uma concentração muito
2385 grande em São Paulo, que são 190 municípios, e Minas Gerais que são 160, e no Paraná que
2386 acho que são 45, não é? 66. Então, só esses 3 estados praticamente vão ficar com todo o
2387 percentual a mais. Portanto, é uma concentração e vai, de fato, debilitar todo o funcionamento
2388 dos fundos estaduais de Recursos Hídricos. Peço o apoio a todos, em nome do Conselho, acho
2389 que o Conselho deveria também se posicionar com relação a isso, para que acompanhe esse
2390 processo legislativo, e que todo mundo sempre que puder, acione seus Senadores, seus
2391 Políticos, de apoio para que nós consigamos de fato, impedir essa votação e aprovação dessa

2392 coisa. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** - Bom
2393 pessoal tem...**A SRª. ROSA MARIA OLIVEIRA MACHADO MANCINE (CERH/SP)** -
2394 Eu achei que todo mundo soubesse do PL, eu já parti para o ataque, e não expliquei. O PL 315
2395 na verdade ele altera uma legislação federal, que define a repartição dos 6,35% de área
2396 alagada, que hoje é repassado desses 6,35%, hoje 45% vão para os estados, 45% para esses
2397 645 municípios, e 10% para a união. Esse PL está prevendo, que começou na Câmara Federal
2398 e que foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, já foi diretamente para o Senado,
2399 ele está mudando esse percentual, mantém os 10% da União, e passa a ser 65% para os
2400 municípios, e apenas 25% para os estados, eu achei que todo mundo já soubesse, por isso que
2401 eu não comecei fazendo essa explicação. Portanto, vai ter uma concentração na mão de
2402 poucos municípios, e de poucos municípios que estão apenas em 3, 4 estados, em detrimento
2403 em todos os 22 estados Brasileiros que recebem o recurso. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA**
2404 **COSTA (Secretario Executivo do CNRH)** - É sobre esse tema, Patrícia? **A SRª PATRICIA**
2405 **HELENA GAMBOGI BOSON (Indústrias)** - Eu tinha até feito uma ementa a essa moção,
2406 porque acho importante acrescentar, nos considerados, que o Sistema Nacional de
2407 Gerenciamento de Recursos Hídricos se estrutura pelos princípios da descentralização e da
2408 participação da sociedade civil. Eu acho que nos considerando é importante chamar atenção,
2409 para o Congresso Nacional de que o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos ele é
2410 estruturado sobre os princípios da descentralização e da participação da sociedade civil dos
2411 usuários, está faltando esse considerando e é da maior importância para poder saber como que
2412 esse recurso é gasto, que é diferente de um recurso que nem todos os municípios têm processo
2413 de orçamento participativo, essa questão toda, e esse é, um recurso que a sociedade participa
2414 da decisão na aplicação dele. Esse é um considerando que eu acho que deve ser acrescentado.
2415 Agora, outro ponto que eu gostaria de pedir, secretário, é que o Ministro mandasse essa
2416 moção a de referendo, porque com o cancelamento dessa coisa (Palmas!) não vai haver
2417 tempo, e na próxima reunião nós referenda eu acho que não tem ninguém que seja contra isso,
2418 nós referendamos na próxima reunião, acho que é muito importante e o Ministro encaminhe, a
2419 referendo o mais rápido possível, amanhã, se for possível, porque as coisas lá tramitam muito
2420 rápidas e a gente pode ter uma surpresa. **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA**
2421 **(Secretario Executivo do CNRH)** - Bom, nós vamos fazer o encaminhamento dessa forma,
2422 temos a possibilidade, o Regimento permite e o Ministro encaminha a referendo, perfeito, na
2423 verdade encaminha e depois aprova. Eu queria só ver uma sinalização do plenário ainda
2424 remanescente, para ver como é que esta essa aceitação. Eu faço a consulta ao plenário, ainda
2425 que não tenhamos quorum, mas para ver uma avaliação, eu levar isso para o Ministro,
2426 portanto, aqueles que são favoráveis, por favor, se manifestem levantando o crachá. Os
2427 contrários, por favor, se manifestem levantando o crachá. Os que se abstem, por favor,
2428 levatem o crachá. Então, vou me reportar ao Ministro, de fato temos uma votação simbólica,
2429 apesar do baixo quorum, e pedir a ele, e recomendar que houvesse uma manifestação do
2430 plenário, para uma votação a referendo do plenário para ser encaminhada e dar seguimento a
2431 essa moção e a gente aprecia na próxima reunião após o quorum. Pessoal, acho que em nada
2432 mais havendo a tratar, eu queria suspender a reunião, mas pedir para que os estados, os
2433 Órgãos de Gestão de Recursos Hídricos pudessem estar presentes para ainda continuar aquela
2434 conversa com o Marco Neves para a gente tentar, identificar datas, locais, o que nós pudermos
2435 complementar para aproveitar esse tempo remanescente. Eu queria agradecer, dizer que a
2436 inauguração foi bastante quente, e que o processo democrático é isso. Eu tenho costume de
2437 trabalhar nesse regime e é isso mesmo. Dia 8 de abril a nova reunião, eu peço, portanto que
2438 tenhamos quorum. Bom retorno para todos, muito obrigado.